



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS
TERRITORIAIS E SOCIEDADE NA AMAZÔNIA
ÁREA: INTERDISCIPLINAR



CRISTIANO BENTO DA SILVA

A COMUNICAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE MARABÁ
TRADUZINDO UMA SITUAÇÃO SOCIAL DE CONFLITO: reflexões a partir da
vila Espírito Santo (território ribeirinho do sudeste paraense)

MARABÁ-PA
2014

CRISTIANO BENTO DA SILVA

A COMUNICAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE MARABÁ
TRADUZINDO UMA SITUAÇÃO SOCIAL DE CONFLITO: reflexões a partir da
vila Espírito Santo (território ribeirinho do sudeste paraense)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA), vinculado à Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - campus de Marabá-, como um dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Silva dos Santos Filho

MARABÁ-PA
2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Biblioteca Josineide Tavares, Marabá-PA)

S586c Silva, Cristiano Bento da.

A comunicação da Usina Hidrelétrica de Marabá traduzindo uma situação social de conflito: reflexões a partir da vila Espírito Santo (território ribeirinho do sudeste paraense)./Cristiano Bento da Silva. – 2014.

135 f.: 29,7 cm

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Silva dos Santos Filho.

Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

Inclui referências

1. Conflito social– Marabá, (PA). 2. Usinas Hidrelétricas– Marabá, (PA). 3. Assentamento humano. 4. Homem– influencia sobre a natureza– Marabá (PA). I. Título.

CDD - 22 ed.: 303.6098115

CRISTIANO BENTO DA SILVA

A COMUNICAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE MARABÁ
TRADUZINDO UMA SITUAÇÃO SOCIAL DE CONFLITO: reflexões a partir da
vila Espírito Santo (território ribeirinho do sudeste paraense)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA), vinculado à Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - campus de Marabá-, como um dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia.

Aprovado por:

Prof. Dr. Alexandre Silva dos Santos Filho (Orientador/UNIFESSPA)

Prof.^a Dr.^a Rosa E. Acevedo Marin (Examinadora/UFPA)

Prof.^a Dr.^a Sônia M. S. Barbosa Magalhães Santos (Examinadora/ UFPA)

Prof.^a Dr.^a Nilsa Brito (Examinadora – suplente/UNIFESSPA)

Data: 04/07/2014

MARABÁ-PA
2014

À minha família.

AGRADECIMENTOS

Início agradecendo a todos os professores do Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, pela coragem em iniciarem e continuarem levando adiante o primeiro programa de mestrado público dessa região.

De modo igual, agradeço ao professor Alixa por se dispor a conduzir a minha orientação e por me auxiliar neste novo caminho/percurso da vida acadêmica. Apesar das minhas limitações (teórico-metodológicas e em relação à condução do tema), finalmente conseguimos produzir esta dissertação.

Não poderia deixar de agradecer ao amigo Bruno Malheiro, por depositar a sua confiança em mim e por mostrar que conhecimento social não se faz sem dialogar com as experiências e com a realidade concreta das pessoas. Além disso, devo a ele a continuidade das pesquisas sobre esta temática, já que foi sob o seu incentivo que pude ingressar no mestrado e esticar as pesquisas nesse âmbito.

Indispensável não lembrar o amigo Marcelo Melo e a amiga Edileuza Miranda, já que me auxiliaram nos momentos difíceis, e por sempre insistirem no fato de que não é possível praticar uma neutralidade diante das questões sociais.

Agradeço a minha amiga Etiane, pelo incentivo e carinho com que me trata e por me emprestar o seu computador, por mais de um mês, diante do fato de que o meu resolveu criar vida própria e decidiu não mais me emprestar os seus serviços.

Também a Rita, Mayka e a professora Rosa por permitirem a minha inserção, na condição de colaborador, na equipe do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) do sudeste paraense. Foram momentos muito produtivos e, com certeza, repercutiram no aprendizado que trago na minha bagagem. E, claro, pude ver mais de perto as tensões com que se defrontam, cotidianamente, as Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, Indígenas e vários outros grupos engalfinhados em disputas pela vida em seus territórios.

Agradeço a Priscila, por estar comigo nessa empreitada e por me auxiliar na transcrição das entrevistas. Agradeço-a também pelo afeto com o qual sempre me acolhe.

A todos os habitantes da vila Espírito Santo por compartilharem comigo as suas angústias em relação à barragem de Marabá, e também por compartilharem as suas histórias e diversos momentos de alegria.

Agradeço às pessoas que compõe o Movimento dos Atingidos por Barragens em Marabá, em especial a Dani, Rogério, Cristiano e a Giseli, por fazerem com que eu tivesse legitimidade para adentrar na vila Espírito Santo. Em outros termos, eles tornaram a minha pesquisa possível, pois me apresentaram ao grupo e, a partir de então, tive possibilidades de conduzir as entrevistas em campo.

Também agradeço a CAPES pelo apoio financeiro durante boa parte do mestrado.

Não posso me furtar a agradecer à professora Célia Congílio que brigou para que as quatro bolsas iniciais disponíveis para o mestrado, e esquecidas em algum lugar institucional por aí, fossem achadas e liberadas.

Aos amigos da minha turma Flávia, Valtey, Renato, Tiese, Andre, Anilson, Laécio, Ribamar, Rose, Joyce, Bressan, também agradeço pelo tempo em que passamos juntos e pelas discussões que travamos, seja em sala de aula ou em qualquer outro espaço. Fomos as “cobaias” do mestrado. No fim, só consigo avistar pontos positivos em todo esse processo.

RESUMO

Este trabalho aborda o tema do conflito social tendo como referência a disputa pelo território ribeirinho da vila Espírito Santo (sudeste paraense), o qual está sendo pleiteado para a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Marabá. Os agentes sociais daquele espaço veem de forma crítica a ideia de terem que deixar o seu território, que é representado, dentre outras formas, tanto como um espaço de reprodução material da vida, quanto como espaço de referência simbólica. Esta situação específica conduz este trabalho a perseguir o seguinte objetivo, qual seja: estudar a dimensão do conflito que permeia a relação entre os agentes sociais do território ribeirinho da vila Espírito Santo e os grupos vinculados ao projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Marabá. No plano metodológico o esforço é para discutir o conceito de conflito social buscando um diálogo com a noção de território na perspectiva geográfica. Ainda, nessa discussão, optou-se por tratar da noção de efeitos sociais para falar do comportamento revelado pelos grupos sociais quando estes estão sob a ameaça de barragens. A partir disso foi possível compreender que os conflitos sociais no entorno de projetos hidrelétricos não só desintegra os grupos, mas impulsiona-os a relações de cooperação. E o objetivo deles é a autopreservação. No contexto da vila Espírito Santo as relações sociais entre os habitantes dali e os segmentos empresariais vinculados à barragem de Marabá não é nada amistosa. Há um processo de construção social do conflito na medida em que falta esclarecimento sobre o que vai significar (numa escala mais aprofundada) a presença desta tecnologia no referido território. Ali, a comunicação/anúncio da referida usina hidrelétrica significa a perda da tranquilidade de viver o presente, e as narrativas se referem ao futuro como um lugar de incertezas. Portanto, o futuro é sempre tido como um tempo onde não vai haver possibilidades de uma vida digna. E isso concorre para que a barragem de Marabá, já em processo, simbolize algo desastroso para a existência (simbólica e cultural) naquele território, o que faz dela algo contestável.

Palavras- chaves: Conflito Social; Hidrelétrica de Marabá; Território; Efeitos Sociais; Sofrimento Social.

ABSTRACT

This work addresses the theme of social conflict with reference to the dispute over the territory of the riverside village Espírito Santo (southeast Pará), which is being pleaded for the construction of the Hydroelectric Plant (HEP) of Marabá. Social agents that space see critically the idea of having to leave their territory, which is represented, among other ways, both as a space of material reproduction of life, and as a space of symbolic reference. This particular situation leads this work to chasing the next goal, which is: study the dimension of the conflict that permeates the relations between social agents of the territory riverside village Espírito Santo and the groups attached to the project of construction of the Hydroelectric Plant of Marabá. At the methodological level the effort is to discuss the concept of social conflict seeking a dialogue with the notion of territory in geographical perspective. Still, in this discussion, it was decided to treat of the notion of social effects to discuss the behavior shown by social groups when they are under threat from dams. From this it was possible to understand that social conflicts around the hydroelectric projects not only disintegrates the groups, but drives them to relations of cooperation. And their goal is the self-preservation. In the context of the village Espírito Santo social relations between the inhabitants there and business segments related to dam of Marabá is nothing friendly. There is a process of social construction of conflict in as much lack of clarity about what will mean (on a more detailed scale) the presence of this technology in that territory. There, the communication / announcement of the hydroelectric plant means losing the tranquility of living in the present, and the narratives refer to the future as a place of uncertainty. Therefore, the future is always seen as a time where there not will be opportunities for a dignified life. And this contributes to the dam of Marabá, already in process, symbolize something disastrous for the existence (symbolic and cultural) in that territory, which makes her something questionable.

Key-words: Social Conflict; Hydroelectric of the Marabá; Territory; Social effects; Social Suffering.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA - 1	BARRAGENS NO RIO TOCANTINS ATÉ 2025.....	57
FIGURA - 2	UMA DAS “PORTAS” DE ENTRADA E SAÍDA DA VILA APINAJÉS: ilustração do porto em época de seca do rio Tocantins.....	75
FIGURA - 3	UMA DAS “PORTAS” DE ENTRADA E SAÍDA DA VILA APINAJÉS: ilustração do porto em época de cheia do rio Tocantins.....	75
FIGURA - 4	<i>CROQUI</i> : representação da primeira forma de organização sócioespacial da vila Espírito Santo.....	87
FIGURA - 5	<i>CROQUI</i> : representação da segunda forma de organização espacial da vila Espírito Santo.....	93
FIGURA - 6	À MARGEM DO RIO: o trabalho cotidiano na/com as águas do rio Tocantins.....	95
FIGURA - 7	À MARGEM DO RIO: o trabalho cotidiano em função da estreiteza com as águas.....	96
FIGURA - 8	À MARGEM DO RIO: pequenos comércios provisórios situados próximos às águas do rio.....	96
FIGURA - 9	IGREJA CATÓLICA: um dos símbolos da religiosidade presente na dinâmica da vila.....	98
FIGURA - 10	SANTUÁRIO DE SANTO EXPEDITO: lugar de culto de mais uma das tradições religiosas do grupo.....	101
FIGURA - 11	PRÉDIO DA ESCOLA JOSÉ FREIRE DE ALENCAR: hoje ele é utilizado como residência e, a área externa, como estacionamento direcionado aos turistas.....	103
FIGURA - 12	ANTIGA SALA DE AULA DA ESCOLA JOSÉ FREIRE DE ALENCAR: marco do primeiro espaço voltado para a educação institucionalizada na vila Espírito Santo.....	103
FIGURA - 13	ENCONTRO ÀS MARGENS DO RIO TOCANTINS: o debate sobre as repercussões da Usina Hidrelétrica de Marabá no território da Vila Espírito Santo.....	117

LISTA DE QUADROS

QUADRO - 1	ALAGAMENTO TOTAL DE “ÁREAS URBANAS” PELA UHE DE MARABÁ.....	67
QUADRO - 2	ALAGAMENTO PARCIAL DE “ÁREAS URBANAS” PELA UHE DE MARABÁ.....	68

LISTA DE MAPAS

MAPA - 1	EIXO DE INTERVENÇÃO DA BARRAGEM DE MARABÁ..	19
MAPA - 2	CADEIA DE BARRAGENS NA BACIA DO RIO TOCANTINS ATÉ 2025.....	58
MAPA - 3	PROJEÇÃO DA ÁREA A SER ATINGIDA PELA BARRAGEM DE MARABÁ NO SUDESTE PARAENSE.....	66
MAPA - 4	RESERVA INDÍGENA MÃE MARIA E TERRITÓRIOS ADJACENTES.....	69
MAPA - 5	TERRITÓRIO DA VILA ESPIRITO SANTO.....	85

LISTA DE SIGLAS

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CNEC – Consórcio Nacional de Engenheiros Construtores
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CRAB – Comissão Regional dos Atingidos por Barragens
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura e Trânsito
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
ELETROBRÁS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A
ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte do Brasil
EPE – Empresa de Pesquisa Energética
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
LASAT – Laboratório Sócio-Agrônomo do Araguaia-Tocantins
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
SGH – Superintendência de Gestão e Estudos Hidroenergéticos
UHE – Usina Hidrelétrica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. ÁREA E ITINERÁRIO DA PESQUISA: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	19
2. BASE E FUNDAMENTOS: ELEMENTOS PARA PENSAR O FENÔMENO SOCIAL DO CONFLITO.....	26
2.1 Conflito social: alguns aspectos.....	28
2.2 Contribuições da teoria de George Simmel para o estudo do conflito social.....	31
2.3 Território e conflito: uma aproximação conceitual necessária.....	35
2.3.1 Território e conflito social: o contexto de edificação da UHE de Belo Monte....	38
2.4 A disputa pela definição de atingidos por barragens.....	43
2.5 Barragens na perspectiva dos efeitos sociais.....	47
3. USINAS HIDRELÉTRICAS E CONFLITOS SOCIAIS NO SUDESTE PARAENSE.....	56
3.1 A atualidade da barragem de Tucuruí.....	56
3.2 A barragem de Marabá e as perspectivas em conflito no sudeste paraense.....	64
4. DISPUTANDO O TERRITÓRIO: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO CONFLITO A PARTIR DA VILA ESPÍRITO SANTO.....	85
4.1 Espaço da pesquisa: dinâmica de formação da vila Espírito Santo e do círculo de sociabilidade.....	85
4.2 A experiência do contato com a Usina Hidrelétrica de Marabá.....	105
4.3 “É a nossa vida que vai embora, é a vida”: a barragem de Marabá como marco de um tempo de perdas.....	112
4.4 Autoavaliar-se como atingido.....	116
4.5 A solução imprópria: ir morar na cidade.....	121
4.6 Resposta cabível: possíveis soluções.....	123
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
REFERÊNCIAS.....	132

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda o tema do conflito social tendo como referência a disputa por um território ribeirinho no sudeste paraense, que está sendo pleiteado para a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Marabá. Trata-se da vila Espírito Santo¹: *locus* empírico desta pesquisa. Ali, as experiências e práticas socioculturais referenciadas nas águas do rio Tocantins estão ameaçadas. Por isto, os agentes sociais veem com um olhar crítico a ideia de terem que deixar o seu território, o qual é representado tanto como um espaço de reprodução material da vida, quanto como espaço de referência simbólica.

A Usina Hidrelétrica de Marabá foi pensada para a Bacia do Araguaia-Tocantins ainda na década de 1976, em virtude do primeiro estudo de inventário realizado pela Eletronorte. Depois de muito tempo sem ganhar destaque, o referido projeto foi reavivado, no limiar do século XXI, pelo governo brasileiro. Através do ofício n.º 1173/2005-SGH/ANEEL houve a liberação dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental desta barragem. À frente de tais estudos estão as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A (ELETRONORTE), e o grupo Construção e Comércio Camargo Corrêa S.A.

Conforme apontam os dados da ELETRONORTE, serão afetadas cerca de 7.888 pessoas, somando as populações rurais e urbanas, do estado do Pará, Tocantins e Maranhão. Estes números, traduzidos em termos de famílias, correspondem a 2.075 grupos familiares. Destes, 858 habitam a zona urbana e 1.217 habitam o meio rural². Entretanto, tais números têm sido contestados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens em Marabá. Ao invés de serem afetados apenas 2.075 grupos familiares, a estimativa é a de que 10 mil famílias, que vivem as margens do rio Tocantins possam ser atingidas pela construção desta tecnologia de utilização das águas do rio.

Na região sudeste do Pará, diversos espaços e suas organizações sociais também serão afetados, sobretudo, assentamentos, vilas e partes urbanas de municípios que

¹A vila Espírito Santo esta situada na região sudeste do estado do Pará, à margem direita do Rio Tocantins.

²ELETOBRAS/ELETRONORTE. *AHE Marabá*. Câmara Municipal de Vereadores de Marabá. Apresentação de Power Point. 23 de maio de 2013.

margeiam o rio Tocantins. No principal eixo de alagamento está o território da vila Espírito Santo: espaço marcado para servir de “canteiro de obras” ao projeto hidrelétrico aludido. Em virtude disto, a vila tem estado na agenda de visitação de movimentos sociais diversos; de pesquisadores filiados a instituições distintas; ou mesmo de pessoas interessadas em pôr a vista no primeiro território a ser desabitado para o erguimento da barragem.

A comunicação do empreendimento repercute de forma desagradável entre os agentes sociais, porque produz certa intranquilidade nas mais de 100 famílias que, historicamente, habitam aquele território (RIBEIRO, 2013). Conviver com a notícia de que o território em que vivem e se reproduzem social, econômica e culturalmente deverá ser desapropriado para a instalação de uma usina hidrelétrica é algo inquietante para muitos. A situação se agrava quando já se sabe que a rede de relações sociais-experienciada naquele cotidiano através do parentesco, da vizinhança, da afiliação religiosa e das relações com outros lugares fora da vila-, está em vias de ser desconstruída. Essa situação social, no contexto da presente dissertação de mestrado, ganha significância em termos de problematização.

Ir aos lugares de enunciação e tomar como interlocutores aqueles agentes sociais pode ser promissor no sentido de entender como eles lidam com esta questão, e de que forma está sendo construída a relação com os grupos a frente do projeto hidrelétrico. Tornar essas vozes audíveis significa perceber o desdobramento da atual situação de ameaça de deslocamento compulsório; entender quais as dimensões da vida são postas como afetadas e, enfim, compreender, antes de tudo, as narrativas como marcadores de posicionamentos políticos expressos num contexto de disputa pela vida no território. Ou seja, cuidar para não reduzi-las a meros dados descritivos da realidade empírica.

Nesse sentido, e tendo como lastro a temática exposta, uma questão emerge como central para orientar a investigação proposta, qual seja: de que maneira a comunicação da Usina Hidrelétrica de Marabá expressa uma dimensão de conflito social envolvendo os agentes do território da vila Espírito Santo e as instituições interessadas na construção desta tecnologia?

O escopo fundante é o de estudar a dimensão do conflito social que permeia a relação entre os agentes sociais do território ribeirinho da vila Espírito Santo (sudeste paraense), e os grupos/instituições vinculados ao projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Marabá.

Para operacionalizar tal proposta, busca-se identificar e analisar as avaliações feitas pelos agentes sociais da vila Espírito Santo, perante o processo de comunicação de que a Usina Hidrelétrica de Marabá será instalada a altura do território no qual eles vivem; outrossim, apontar e analisar como esta situação de disputa pelo território remete a um processo de construção social do conflito.

As argumentações sobre o fenômeno social (e sociológico) do conflito estão assentadas na teoria simmeliana, a qual trata este fenômeno da sociedade afirmando que ele possui uma escala gradativa de manifestação e também revela uma tendência de aproximação entre grupos que estão sob a ameaça de inimigos em comum. Além disso, as situações de ameaças refletem positivamente na coesão interna de determinados grupos sociais. Esta coesão, conforme Simmel (1983) aparece na forma de uma unidade tanto em termos de pensamento quanto de ação.

A abordagem acima pode nos instrumentalizar a apreender o universo no qual a barragem de Marabá está em processo e é apresentada como um fato consumado, principalmente, nos discursos dos grupos empreendedores (ELETRONORTE e Camargo Corrêa). Na tentativa de exercitar a interdisciplinaridade, e também de dar conta de uma dimensão mais ampla da realidade pesquisada, buscou-se apoio na concepção de território do ponto de vista do entendimento de Haesbaert (2004).

Para este autor, o território que (de uma forma sintética) representa a espacialidade humana precisa ser analisado a partir de uma perspectiva integradora. Ou seja, ele “carrega sempre, de forma indissociável, uma dimensão simbólica, ou cultural em sentido estrito, e uma dimensão material, de natureza econômico-política” (HAESBAERT, 2004, p. 74). Partimos do pressuposto de que, quando está em jogo a construção de empreendimentos hidrelétricos, a disputa por territórios interpõem-se como o centro irradiador dos conflitos.

Geralmente, o que se apresenta é a valorização do território numa perspectiva econômica e política, onde a acumulação de capital dá a tônica do processo. Ornelas (2008), analisando a questão por essa perspectiva, reflete que no espaço-tempo da América Latina os conflitos sociais não estão mais concentrados só nos espaços da exploração- como o mercado e a fábrica- e da política. Eles tem se espalhado até os territórios e afetado diversas modalidades de vida, as quais se referenciam (simbólica e geograficamente) nestes espaços. E aí a conflitualidade vai se desenhando em função da disputa pela existência.

A importância desta pesquisa está ancorada em alguns aspectos. Ela é relevante porque, na situação atual em que se encontra a barragem de Marabá, há uma certa carência de estudos dimensionando o modo como este projeto vem se inserindo no sudeste paraense, apesar de que ele está em andamento (estudo) desde 2005. Então, é oportuno trazer este estudo, a partir dos relatos de campo, porque ele contribui com a visibilidade do processo de chegada desta tecnologia na região.

Outro ponto é que a pesquisa pretende construir um registro histórico da forma como os agentes sociais do território elencado para estudo estão lidando com a barragem. E isto significa entender esta tecnologia através das narrativas e perspectiva das pessoas. Além disso, ficará evidente também o quanto as instituições ligadas a este projeto vêm estreitando o diálogo com o grupo / interlocutores elencados.

Em escala, o referido trabalho pretende contribuir com os estudos que abordam a temática do conflito social envolvendo projetos hidrelétricos, articulando-a com uma dimensão da vida, que é o território: base de reprodução material e simbólica de povos e comunidades tradicionais, sobretudo, na Amazônia.

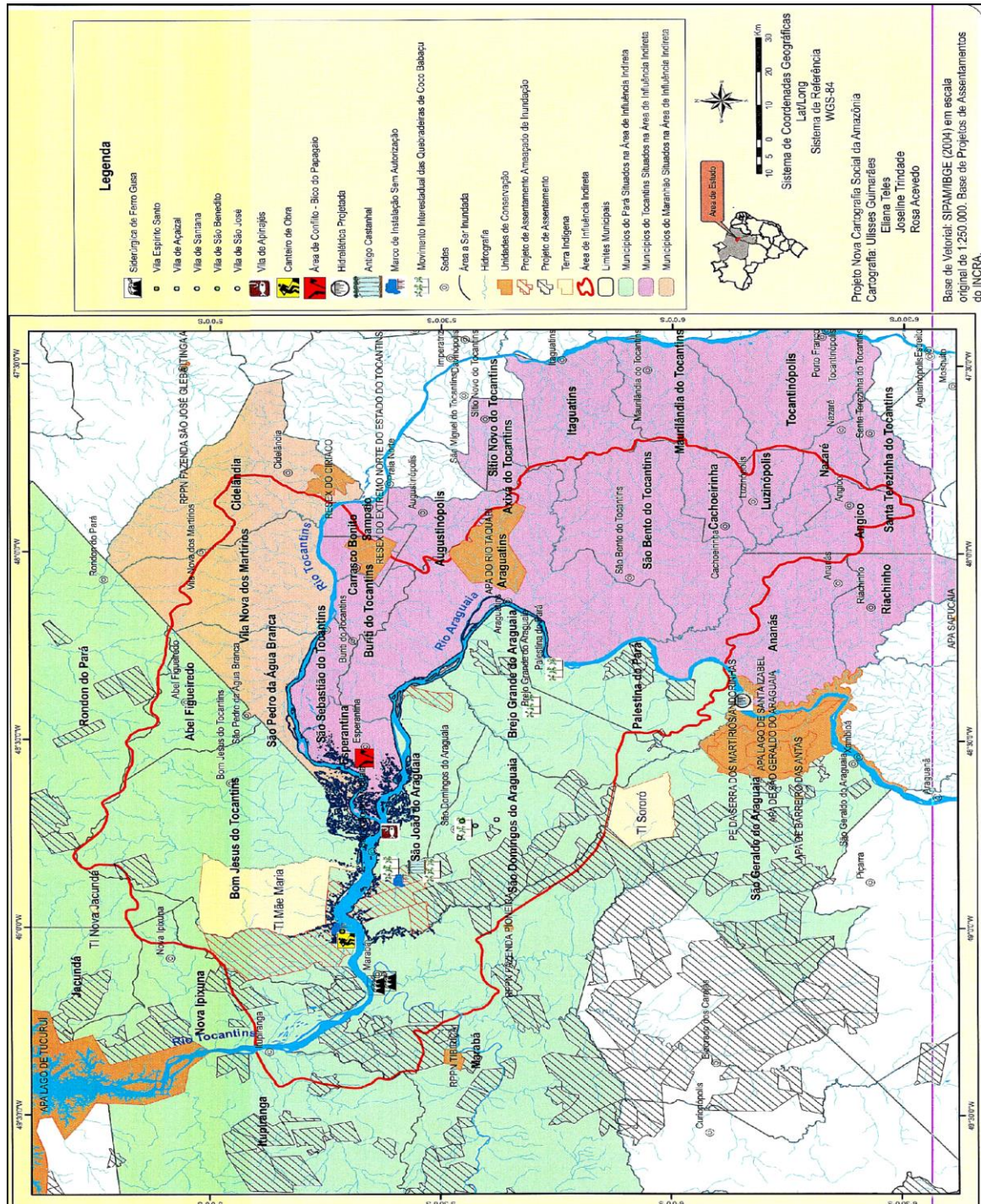
As argumentações desta dissertação estão dispostas em três capítulos. O primeiro capítulo demonstra a fundamentação conceitual do estudo, trazendo o conceito de conflito social baseado no entendimento simmeliano. Ainda, nessa perspectiva, verifica-se como este fenômeno da sociedade tem sido inscrito em contextos marcados pela construção de barragens, e qual tem sido o papel da disputa por territórios em todo esse processo.

O segundo capítulo mostra, baseado em situações concretas a partir do sudeste paraense, a manifestação do conflito social e as suas relações com a disputa pela vida nos territórios. E isto se traduz, por exemplo, quando se evidencia a atualidade do conflito no entorno da barragem de Tucuruí, e também o desencadeamento das reações após a comunicação da barragem de Marabá.

O terceiro capítulo pretende fornecer uma visão de como a comunicação da Usina Hidrelétrica de Marabá repercute entre os agentes sociais da vila Espírito Santo, e quais são os desdobramentos dessa situação. Ainda, a ideia é verificar as experiências e relações sociais contabilizadas como ameaçadas naquele território. Além disso, busca-se compreender o modo como as relações estabelecidas entre os segmentos ligados à esta tecnologia e os grupos da vila Espírito Santo configura uma situação social de conflito.

1. ÁREA E ITINERÁRIO DA PESQUISA: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

MAPA 1- Eixo de intervenção da barragem de Marabá



Fonte: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (2010).

No mapa (1) acima busca-se ilustrar a abrangência dos territórios afetados pelo lago do projeto em destaque, bem como a diversidade de grupos humanos presente nestes espaços. As áreas em proeminência dizem respeito a vilas, a Terra Indígena Mãe Maria, municípios situados à margem do rio Tocantins e assentamentos pertencentes ao estado do Pará, Tocantins e Maranhão, dentre outros locais.

Essa miríade de espaços no eixo da barragem de Marabá exerceu profunda influência na motivação que levou ao desenvolvimento deste estudo. Isso remonta ao início do ano de 2010, quando fiz parte de um projeto de extensão vinculado ao curso de Educação do Campo, da Universidade Federal do Pará (UFPA campus de Marabá). Intitulado “Às margens do rio e nas margens sociais: representações e educação ambiental das comunidades ameaçadas pelo projeto da Usina Hidrelétrica de Marabá”, o projeto de extensão me levou a diversas incursões pelo sudeste paraense, em territórios habitados por pescadores, assentados, mulheres quebradeiras de coco babaçu- todos situados à margem do rio Tocantins.

Após a realização de um conjunto de reuniões, nas quais ouvíamos os agentes sociais e suas inquietações diante da ameaça posta pela usina hidrelétrica destacada, fui percebendo a riqueza que seria alongar os estudos iniciados no correr do ano 2010. Embora o projeto de extensão tenha tido um tempo de duração determinado, o movimento da realidade e as relações nela processadas, entretanto, se mostravam sempre mais dinâmicas.

No transcurso do tempo, técnicos das empresas ligadas à ELETRONORTE e a CAMARGO CORRÊA (setores responsáveis pela elaboração do EIA/RIMA da barragem de Marabá) intensificavam as atividades nas áreas demarcadas para sofrerem a interferência do reservatório e, por conta disso, era cada vez mais frequente escutarmos relatos apontando intervenções daqueles profissionais a diversas propriedades, não raro, sem a aquiescência dos seus proprietários.

Como estava ainda na graduação, continuei pesquisando para efeitos de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. Elegi uma comunidade específica (a vila Apinagés, situada em São João do Araguaia), dialoguei com o orientador e adotamos a estratégia de aplicação de questionários e entrevistas semi-estruturadas como técnicas de captura dos dados em campo.

No segundo semestre do ano de 2011, depois de participar de algumas reuniões promovidas pela ELETRONORTE e a empresa de consultoria “DIÁLOGO”, e de ter em mãos dados sistematizados da comunidade na qual concentrei os estudos, elaborei o TCC. Intitulado “Entre o recurso e a vida: territorialidades em disputa na dinâmica de construção da Usina Hidrelétrica de Marabá” ele foi defendido no início de 2012.

Não obstante, as inquietações continuavam pululando em minha mente. Prevalecia o desejo de entender como esta tecnologia de barragem está se instalando nessa região sem produzir muitos alardes (reação) entre a sociedade local, e como as pessoas ameaçadas por este empreendimento estão lidando com este momento. Ouve quem me questionasse: “mas como estudar um projeto sem ele ter apresentando o EIA/RIMA?”. Sempre procurei demarcar, com nitidez, que são as relações o substrato das pesquisas as quais desenvolvi / desenvolvo. Ancorar e centralizar os estudos só em documentos (inclusive produzidos ao sabor das pretensões dos empreendedores) não era o foco. Ao mesmo tempo, essa foi uma estratégia para antecipar os estudos nesse contexto em que o projeto está em processo de concepção.

Após realizar esta pequena trajetória, surgiu a oportunidade de continuar desenvolvendo estudos, agora, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA), vinculado a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Tive, então, mais uma chance de, no interior da academia, continuar adentrando essa realidade na qual esta tecnologia de barragem vem se instalando, porém, com poucos esclarecimentos às pessoas que estão nas áreas de interferência do reservatório, nem aos grupos urbanos. Novamente elenquei uma comunidade à margem do rio Tocantins. Desta vez a margem direita: vila Espírito Santo.

Além disso, um dos motivos fundamentais para que as pesquisas nesta dissertação acontecessem na vila Espírito Santo é o fato de que a vila tem sido marcada, no discurso das empresas, como “o canteiro de obras da barragem”. Inclusive, um engenheiro da empresa CAMARGO CORRÊA estivera percorrendo aquele território, analisando diversos espaços e tomando-os como futuros lugares onde se concentrarão os alojamentos.

Observadas estas diferentes situações pude iniciar os levantamentos de campo. Antes havia feito contato com algumas pessoas do Movimento dos Atingidos por Barragens em Marabá (MAB), e eles estavam dialogando com os agentes sociais da

comunidade. A minha primeira ida à vila foi para participar de um destes momentos de debates. Fui apresentado à comunidade e, após isso, segui sozinho. Uma agente social me recebia na sua casa e promovia o contato entre mim e outras pessoas com as quais dialoguei.

Os trabalhos de campo foram divididos entre os meses de novembro e dezembro de 2013, e fevereiro, março e em alguns momentos de abril de 2014. Os primeiros (as) interlocutores (as) da pesquisa foram as lideranças da vila: em geral mulheres que também estão a frente da igreja católica. Por seu envolvimento com as questões centrais relacionadas ao grupo, as agentes sociais, na medida em que iam cedendo entrevistas, indicavam a casa ou o lugar em que estavam situados outros possíveis informantes.

As narrativas obtidas foram também oriundas de pessoas com mais idade. Esta foi uma estratégia para que eu pudesse obter o panorama histórico da formação do povoado; das atividades na época dos castanhais; das atividades na agricultura; da pesca e dos diversos usos atribuídos ao rio. Além disso, quis entender o quão profunda é (e pode ser ainda mais) a violência desencadeada pela barragem de Marabá à vida naquele território.

À medida que fui transitando por entre as ruas e casas do povoado, tive a chance de contar com mais pessoas dispostas a dialogar comigo. No início soou estranha a minha presença ali. Entendi que era preciso me situar socialmente. Despertei curiosidade em muitos e, por diversas vezes, senti o dever de esclarecer que não era um dos técnicos ligados à ELETRONORTE, mas, sim, um estudante ligado a outra instituição com o objetivo de desenvolver uma pesquisa para efeitos de elaboração de um trabalho acadêmico.

Fui me aclimatando ao ambiente e às pessoas (e elas a mim), à medida que deixava bem claro de onde vinha, quem eu era e o que estava fazendo ali. Percebi certo estranhamento de todos em relação àquela abordagem que eu protagonizava: um sujeito munido de gravador de voz, máquina fotográfica, inquirindo sobre um assunto quase inenarrável, pelo terror que significa (a barragem de Marabá), de fato representava algo insólito.

Contudo, após os devidos esclarecimentos, as narrativas começaram a se adensar. E, graças ao interesse dos agentes sociais em relatar a experiência deste momento, pude caminhar com as pesquisas. Durante o período em que estive em

campo, permaneci na casa de uma determinada família. Assim, pude ganhar legitimidade e confiança para dialogar sobre temas diversos relacionados à vida daquele grupo familiar, e, ao mesmo tempo, da história da vila e entender melhor o posicionamento das pessoas sobre a barragem em tema.

Esta foi uma forma de tentar seguir os ensinamentos de Lalanda (1998), a qual enfatiza que a empatia é fundamental na hora da realização de uma pesquisa de campo. O pesquisador e o seu interlocutor, para o êxito do empreendimento que é a pesquisa, devem estar numa relação de confiança mútua. Em outros termos, é preciso que o pesquisador conquiste a sua legitimidade social, isto é, inspire confiança dos agentes do campo onde busca desenvolver a sua atividade.

Além do gravador de voz, o caderno de campo e o registro fotográfico foram essenciais para a captura dos dados. Todas as entrevistas estiveram conduzidas, ainda que semiestruturadas, rumo a uma tentativa de compreender a configuração do conflito que vem se desdobrando no território da vila Espírito Santo neste contexto. Lalanda (1998, p. 874) é instrutiva nesse sentido, pois, de acordo com as suas análises:

[...] a entrevista é conduzida segundo os objetivos definidos pela própria investigação. Não se trata, por isso, de ouvir um qualquer relato ou uma história sem estrutura de sentido, mas de ouvir falar a realidade segundo um traçado que lhe é proposto e em relação ao qual o entrevistado se cola ou se desvia.

Esta perspectiva se aproxima daquela proposta por Oliveira (2000). O referido antropólogo analisa que o ato de olhar, ouvir e escrever, desde que orientado pelo rigor do saber acadêmico ou pela disciplina pode ser bastante útil na produção de conhecimento. Nesse caso, o olhar, o ouvir e o escrever “tem características bem precisas quando exercitados na órbita das ciências sociais e, de um modo especial, na antropologia” (OLIVEIRA, 2000, p. 34). É transitando por estes meandros que “o pesquisador busca interpretar- ou compreender- a sociedade e a cultura do outro ‘de dentro’, em sua verdadeira interioridade” (OLIVEIRA, 2000 p. 34 grifos do autor). Esse procedimento, norteado por um objetivo previamente definido, permite ao pesquisador, além do trânsito por sociedades e culturas diferentes, alterar a sua própria forma de ver e pensar o mundo.

No caso aqui em destaque, a intenção foi a de captura e sistematização de dados que mostrem uma situação social de conflito em função da comunicação da barragem de

Marabá. Então, já há uma leitura sobre conflitos dentro do arcabouço conceitual imprimindo, de certa maneira, uma direção a este estudo. Sem esquecer que este arcabouço não é, necessariamente, uma camisa de força. Ele serve como um meio para a compreensão de uma situação social concreta.

Neste percurso apontamos as experiências sociais de conflito relacionadas a outros territórios interpelados pela presença de barragens, identificando também a dimensão dos efeitos sociais traduzida pelas ações de agentes sociais que põe em questão este tipo de tecnologia.

Tais abordagens me permitiram ter contato com a situação de diferentes grupos, para melhor analisar o momento vivenciado na situação empírica aqui investigada. Os estudos dos quais lancei mão procuram enfocar mais a reação dos grupos em situação de dominação- quando estes são obrigados a conviver com uma tecnologia de barragem-, que a atuação das empresas. E a noção de efeitos sociais, presente na literatura socioantropológica de Daou (1996; 2013); Magalhães (1996; 2005; 2007); Reis (1998); Sigaud (1992; 1996), foi fundamental para esta empreitada.

Através da noção de efeitos sociais há a possibilidade de que, em uma relação de dominação, se consiga traduzir o posicionamento daquele que está sendo dominado. A sua reação. Além disso, ela trata a conduta dos grupos sociais e o desenrolar dos acontecimentos, nestas situações, como sendo imprevisíveis. A noção de impactos sociais, embora seja fundamental, não alcança esta amplitude, pois está centrada mais na ação dos grupos empreendedores, deslocando de seu conteúdo analítico, muitas vezes, a reação (por menos intensa que seja) dos grupos situados no eixo de um projeto hidrelétrico.

Nessa perspectiva de evidenciar outras experiências de conflito, o trabalho explana a forma como a barragem de Marabá está sendo compreendida por diversos grupos do sudeste paraense: assentados, mulheres quebradeiras de coco babaçu, o próprio poder público municipal, pescadores e indígenas. Assim, é possível não dar um caráter tão localizado a este estudo, tendo em vista que distintos agentes sociais, no sudeste paraense, já sentem as implicações dessa tecnologia no seu cotidiano.

A opção para construir essa dissertação destacando experiências de conflito em outros contextos e territórios foi um caminho necessário para demonstrar: 1) o quanto é recorrente a conflitualidade na órbita de projetos hidrelétricos; 2) também para fazer ver a atualidade do tema (sobretudo quando tratamos da construção da barragem de Belo

Monte); 3) como é recorrente este confronto entre a lógica da produção de energia vide Usinas Hidrelétrica e povos e comunidades tradicionais da Amazônia- e o caso estudado na vila Espírito Santo é ilustrativo desta questão.

CAPITULO 1- BASE E FUNDAMENTOS: ELEMENTOS PARA PENSAR O FENÔMENO SOCIAL DO CONFLITO

Numa perspectiva sociológica, a origem do conflito encontra-se na estrutura social. Em todas as sociedades há interesses desiguais para os cidadãos e para os grupos, o que leva alguns deles a assumirem posições de domínio relativamente aos outros. Por seu turno, e da parte dos restantes surge a recusa desse domínio.

Maria da Saudade Baltazar

O conflito impõe um passo além do agora construído. Ele é uma ação desencadeadora de reviravoltas, mudanças sociais, constituindo-se num componente regular do próprio cotidiano e substância existente nos diversos movimentos efetuados pelas mudanças nas relações humanas.

José O. Alcântara Junior

O presente capítulo se propõe a discutir a fundamentação conceitual desta pesquisa, especialmente a partir de uma imersão na teoria sociológica do conflito de Simmel (1983). A ideia é verificar como esse âmbito do conhecimento sociológico pode contribuir para a compreensão das relações de conflitualidade em contextos reivindicados para a instalação de projetos hidrelétricos, sobretudo, na vila Espírito Santo- *lócus* desta pesquisa empírica. Ainda, em termos de fundamentação conceitual, e na tentativa de dar conta da realidade pesquisada, lançou-se mão do conceito de território baseado na perspectiva de Haesbaert (2004).

Ornelas (2008) já sinalizava a fecundidade de pensar as relações de disputa por esta perspectiva. Para ele, no contexto da América Latina “o substrato dos conflitos sociais transita dos espaços da exploração (o mercado, a fábrica) e da política até o território”. Desta maneira, o conflito tem chegado ao conjunto das esferas da existência social e “tende a se expressar em sua maior agudeza em aquelas que constituem o substrato da vida: as comunidades, suas condições de existência e seus espaços geográficos e simbólicos” (ORNELAS, 2008, p. 93). Em outros termos, a expansão da lógica capitalista alcançou uma escala tão ampla que chegou a afetar os territórios onde diversos grupos constroem as suas experiências de vida. Estes, por sua vez, se recusam a ter as suas histórias escritas pela ação de outros que não sejam eles próprios. E aí a conflitualidade vai se desenhando.

Na Amazônia brasileira, o conflito entre os povos indígenas, pescadores, extrativistas, mulheres quebradeiras de coco babaçu, pequenos comerciantes de beira de rio, assentados e os propositores de usinas hidrelétricas tende a revelar este aspecto. Escusado dizer que a conduta humana, em tais situações, não é nada pacífica.

Por isto, pensar as relações entre o setor elétrico e os povos e comunidades tradicionais que estão no eixo das barragens é pensar em relações de disputa pela existência nos territórios. Aliás, a conflitualidade que modela as relações entre estes segmentos da sociedade tem vários desdobramentos, conforme se verá ao longo da exposição.

2.1 CONFLITO SOCIAL: ALGUNS ASPECTOS

Este estudo - embora tenha sido adotado outro referencial teórico para fundamentar as arguições sobre o tema do conflito social- não pode se furtar a mencionar o pioneirismo de Karl Marx na análise sociológica deste fenômeno social. Engels (2003) demonstra que, de acordo com o pensamento de Marx, tanto os conflitos políticos, religiosos, filosóficos, quanto os embates no plano ideológico são expressões, mais ou menos claras, de luta entre classes. Os conflitos entre classes, por sua vez, seriam condicionados pelo grau de desenvolvimento da situação econômica destes agentes, e também pelo modo de produção e de troca no qual eles estão inseridos. Embora não tenha deixado um tratado sociológico sobre esse tema, o legado de Karl Marx engloba esta discussão principalmente pelo âmbito da luta de classes.

Contemporaneamente, o conflito tem sido analisado cada vez mais por diferentes prismas. De certa maneira, isto é enriquecedor para a temática. Tavares dos Santos (1999), por exemplo, demonstra que na busca pelos homens e mulheres que tecem o espaço social é necessário se apoiar na noção de relações sociais e de agentes sociais.

De acordo com o referido autor, estes agentes sociais devem ser entendidos, dentro das suas complexidades, “pela posição de classe, de gênero ou de etnia; e diferenciados internamente em classes, frações de classe, categorias, grupos sociais” (TAVARES DOS SANTOS, 1999, p. 19). Ou seja, é preciso observar a variedade de sujeitos que estão na linha de confronto com os poderes dominantes e, com base nisso, atentar para o fato de que todo esse conjunto é constituído por forças sociais, as quais podem engendrar estratégias de manutenção ou de transformação da ordem social.

Para Tavares dos Santos (2004) as relações de sociabilidade passam por uma espécie de transformação, que é recente, onde coexistem processos como os de integração comunitária e de fragmentação social, de massificação e de individualização, de ocidentalização e de desterritorialização.

As questões sociais se acirram no início do século XXI, o que faz desencadear um processo de exclusão social e o resultado pode ser visto na existência dos “sem classe”, ‘sem terra’, aqueles que vivem a exclusão digital, os ‘sem teto’, aqueles que passam fome ou os ‘sem trabalho” (TAVARES DOS SANTOS, 2004, p. 4 grifos do autor). Somado a isso, estão as repercussões das inovações tecnológicas, principalmente

no campo, onde acarretam grandes mudanças na dinâmica de existência individual e coletiva de muitos agentes sociais.

Ainda conforme preleciona o mencionado autor, todos estes processos devem-se, especialmente, à predominância da mercantilização do social, o que resulta na destruição de formas de sociabilidades coletivas. E isto não deve ser visto só como um problema sociológico, mas também da sociedade.

Silva (2011), também analisando a dimensão do conflito social, demonstra que não se pode deixar só a cargo das perspectivas macro-históricas e macrosociológicas a compreensão deste fenômeno. Isto porque, cada nação, cada cultura, cada sociedade engendra modelos de relações sociais que são, peculiarmente, tecidas com os fios do conflito. Nesse sentido, as avaliações baseadas em parâmetros microsociológicos poderiam contribuir com estes estudos na medida em que se preocupam, de forma mais detida, com as situações particulares.

Entre críticas e consenso, Tavares dos Santos (2002) analisa que deve haver um permanente diálogo com diferentes instrumentos teóricos, incorporando aqueles que primeiro se debruçaram sobre o estudo dessa temática e, na medida do possível, fazê-los dialogar com os aportes teóricos praticados na contemporaneidade das ciências sociais. Com base nisso, as possibilidades de acompanhar a dinâmica da(s) realidade(s) pelo prisma do conflito se tornam mais elásticas.

A atualidade dos estudos a respeito de situações de conflito é bastante profícua. Elementos de aparente irrelevância têm sido problematizados no âmbito das ciências sociais. Trata-se da inclusão do sofrimento social, e da dor desencadeada por ele, no rol das abordagens. Koury (1999) ressalta que a manifestação destes fenômenos está intrínseca a exposição de populações a situações de risco determinadas. O sofrimento social e a dor são fenômenos que não estão circunscritos, unicamente, às experiências individuais. Também é preciso avaliar as suas manifestações não perdendo de vista a coletividade. Ou seja, tem aí uma dimensão social.

De acordo com as análises de Koury (1999, p. 76), “a dor e o sofrimento podem ser pensados como categorias analíticas no quadro de uma ciência social”. Por isso é preciso, antes de tudo, buscar o espaço social em que esses fenômenos se inscrevem para perceber as relações que os engendram. Em contextos de conflito, a dor e o sofrimento social ganham notoriedade. Por outro lado, Barreto (2001) ressalta que o

sofrimento social, apesar de ser senso comum que ele faz parte da vida, dentro do campo das ciências sociais tem sido timidamente abordado.

O sofrimento social remete a questão das emoções e está ligado “com valores e sentimentos do tipo dor, contentamento, honra, vergonha, humilhação, embaraço, orgulho, rejeição, medo, respeito, amor, inadequação, nojo, repugnância, raiva, pesar” (BARRETO, 2001, p. 16). O conjunto destes elementos, no entanto, não deve ter suas origens imputadas, única e exclusivamente, a motivações puramente subjetivas. Eles surgem das relações objetivas de poder presentes na sociedade.

O sofrimento social, quando considerado por esse prisma, tem relações com “as ações dos poderosos e tem sua visibilidade na esfera pública, contrastando com aquele sofrimento que se desenrola dentro da esfera privada e tem o indivíduo como seu principal sujeito” (BARRETO, 2001, p. 16). A configuração das relações de conflitualidade é que influencia o desencadear desse elemento.

De acordo com Baltazar (2007), o comportamento humano é bastante complicado e tem múltiplas faces, sendo muito pouco provável que uma única perspectiva teórica possa dar conta de todas as suas características. Mas, como identificar situações de conflito? Baltazar (2007) ressalta que os primeiros passos devem ser dados no sentido de apreender o contato entre os grupos. Sem contato entre os setores em querela, não pode haver manifestação dos interesses em antagonismo. Assim:

[...] quanto mais frequente e sistemática a comunicação, maior e mais clara é a percepção da diferença de interesses entre os possíveis adversários, o que por sua vez tende a intensificar aquela comunicação e contribuir para a sua dinâmica comportamental (BALTAZAR, 2007, p. 99).

Comunicar-se pode significar, além da demarcação das diferenças de interesses, a projeção de uma dada perspectiva da realidade como a única válida. E isto já se apresenta no contexto da barragem de Marabá. Aliás, o que parece está em evidência é a sobreposição da lógica de exploração das águas do rio, baseada na geração de energia elétrica, como a forma legítima de utilizar aquele recurso natural. Além disso, a projeção desta tecnologia pode significar a anulação do lado oposto que, no caso da realidade aqui estudada, é o território da vila Espírito Santo.

2.2 CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DE GEORGE SIMMEL PARA O ESTUDO DO CONFLITO SOCIAL

A teoria simmeliana reconhece que as sociedades, ao longo da história, foram edificadas com base em relações onde se verifica a unidade dos grupos ou então a contrariedade dessas unidades. Nesse sentido, “a contradição e o conflito, ao contrário, não só precederam esta unidade como operam em cada momento de sua existência” (SIMMEL, 1983, p. 124). Harmonia e desarmonia, associação e competição, tendências favoráveis e opostas estiveram sempre presentes na dinâmica da vida.

De acordo com a perspectiva em destaque, o fenômeno social do conflito possui variantes que estão em permanente diálogo. Ele tem em seu substrato aspectos positivos e características negativas. Na realidade concreta, o referido fenômeno expressa as suas duas faces de maneira articulada. Por isso, elas podem até ser separadas no plano conceitual, o que não deve ocorrer no plano empírico.

O esforço da teoria simmeliana ocorre no sentido de tomar o conflito que emerge das esferas sociais e problematizá-lo a partir de uma perspectiva sociológica. Para o referido autor, “todas as formas sociais aparecem sob nova luz quando vistas pelo ângulo do caráter sociologicamente positivo do conflito” (Idem, 1983, p. 123). A crítica simmeliana recai sobre as abordagens em que tal fenômeno aparece somente como algo negativo, no sentido de que é desarticulador dos grupos. E os tópicos tradicionais da sociologia teriam dado uma grande contribuição a este respeito.

A teoria de George Simmel demonstra que as discordâncias existentes no seio da sociedade não são absolutamente meras deficiências sociológicas ou exemplos negativos (algo patológico). As forças em contradição concorrem, decisivamente, para a formação de sociedades com arranjos coletivos e sociais específicos. Ainda, de acordo as análises deste autor:

O desaparecimento de energias de repulsão (e isoladamente consideradas, de destruição) não resulta sempre, em absoluto, numa vida social mais rica e plena (assim como o desaparecimento de responsabilidades não resulta em maior propriedade), mas num fenômeno tão diferente e irrealizável quanto se um grupo fosse privado das forças de cooperação, afeição, ajuda mútua e convergência de interesses (SIMMEL, 1983, p. 127).

Júnior (2005, p. 8), analisando a questão do conflito definido por George

Simmel como algo também positivo, reflete sobre o fato de que, quando considerado “enquanto uma forma social, o conflito pode possibilitar momentos de construções e destruições, quer sob as instituições, estruturas, arranjos, processos, relações e interações sociais”. A positividade mencionada é no sentido de que o referido fenômeno social não é só destrutivo, isto é, desagregador de grupos sociais. Ele tem influência na organização e aproximação dos grupos que estão em situação de querela com um poder dominante. Na situação de conflito social, os defensores de interesses comuns tendem a se tornar mais coesos.

Além de entender o conflito como algo que repercute no processo de integração social, se reconhece também os seus diferentes graus de manifestação. Dependendo das circunstâncias, ele pode se expressar de forma latente, isto é, “pela aversão e por sentimentos de mútua estranheza e repulsão que, num contato mais íntimo, não importa quão ocasional, transforme-se imediatamente em ódio e lutas reais” (SIMMEL, 1983, p. 128). O conflito, nessa perspectiva, vai sendo modelado e construído socialmente e nas disputas.

De acordo com Junior (2005, p. 9), em análise do conflito na perspectiva simmeliana, este fenômeno social tende a se expressar “sob a forma de um gradiente, indo das relações sociais ásperas até, às vezes, ao confronto físico”. Importante reter este caráter processual do conflito. Se encarado dessa forma, isto é, em seus diferentes níveis de existência e manifestação, a possibilidade de estudá-lo quando ele ainda não desembocou em dimensões mais acirradas de confronto pode ser viabilizada.

A teoria simmeliana demonstra que “a antipatia é a fase preliminar do antagonismo concreto que engendra as distâncias e as aversões” (SIMMEL 1983, p. 128). Ratificando o pressuposto de que o conflito é um processo, a referida teoria assinala que este fenômeno social deve ser buscado, tanto no âmbito empírico quanto teórico, em conjunto com as situações de cooperação. É preciso entender como, nestas situações, os grupos estão buscando articulações entre si e se tornando mais coesos, internamente.

No sentido posto, há uma conexão entre as situações sociais de conflito e a aproximação dos membros internos de determinados grupos sociais, e destes com grupos externos. Esta aproximação tem um propósito essencial, que é o de defesa. Nos casos envolvendo os enfrentamentos com projetos hidrelétricos o que se defende é a

continuação da vida nos espaços pretendidos para a instalação deste tipo de tecnologia. Em outros termos, é o impulso da autopreservação.

O conflito, na perspectiva simmeliana, é também um elemento ordenador dos confrontos. É ele quem define e normatiza os embates. Assim,

Se o conflito é causado por um objeto, pela vontade de ter ou controlar alguma coisa, pela raiva ou por vingança, tal objeto ou estado de coisas desejado cria as condições que sujeitam a luta a normas ou restrições aplicáveis a ambas as partes rivais (SIMMEL, 1983, p. 133-134).

As partes envolvidas na querela tendem a entrar em conflito por uma determinada causa. E esta é quem vai definir o formato do confronto. O conflito existe, conforme demonstra Simmel (2011, p. 568), com o fito de “resolver dualismos divergentes, é uma maneira de conseguir algum tipo de unidade, mesmo que seja através da aniquilação de uma das partes em litígio”. Nesse caso, torna-se necessário que o grupo pratique um comportamento semelhante, em uma situação também idêntica. Este é um princípio importante para a unidade grupal. Assim, as organizações sociais se apresentam de forma diferente nos tempos de paz e em tempos conflituosos, onde a cada situação corresponde uma formatação social específica.

A relação antagonica com um poder exterior provoca o estreitamento entre os membros do grupo, intensificando a sua unidade em consciência e ação. Simmel (1983) salienta que, nos tempos de paz, o grupo permite aos antagonistas conviverem conjuntamente em seu interior, mesmo sabendo que há divergências. Entretanto, “uma condição de conflito, todavia, aproxima os membros tão estreitamente e os sujeita a um impulso tão uniforme que eles precisam concordar ou se repelir completamente” (SIMMEL, 1983, p. 154). Quando ocorre a convivência com os indivíduos de pensamento e conduta desviantes na situação de conflito, nada mais é do que uma aparente tolerância, mas o objetivo é o de expulsá-los com maior tenacidade e definitivamente do convívio com o grupo.

A teoria de George Simmel destaca que não são todas as situações de conflito que concorrem para a formação de uma unidade entre o grupo. Quando ele está ameaçado, essa possibilidade torna-se mais real. Ou seja, “é especialmente favorável à unificação se, em vez da luta real contra o inimigo, existe uma *ameaça* permanente de sua parte” (SIMMEL, 1983, p. 162 grifos do autor). A unificação, nesse sentido, decorre

de uma situação de conflito sempre latente, mas nunca detonada. É no processo do confronto que os grupos tendem a cooperar.

O trabalho de George Simmel tem importância nesta pesquisa por dois fatores fundamentais: primeiro porque apresenta o conflito na sociedade como a causa da aproximação entre grupos; segundo, porque mostra que o conflito possui diferentes graus de manifestação. No primeiro caso, o conflito é o fator que se inscreve na sociedade como algo que aproxima as pessoas cujos interesses são comuns. Mais que isso, essa atitude representa um grau de maturidade política do grupo, adquirido em função da circunstância conflituosa. Todavia, situações como estas, e é continuamente importante enfatizar, são sempre corrosivas, individual e também socialmente.

O segundo fator está relacionado às indicações simmelianas sobre os diferentes graus de manifestação do conflito na sociedade. As possibilidades de ir às situações de confronto o mais prematuramente estão dadas, levando em consideração o modo como as relações sociais estão sendo construídas. Nesse sentido, essa perspectiva teórica pode nos auxiliar na compreensão da forma como estão sendo construídas as relações entre os segmentos empresariais ligados à construção da Usina Hidrelétrica de Marabá, e os agentes sociais da vila Espírito Santo (sudeste paraense). Compreender estas relações pode significar um entendimento do próprio processo de construção social do conflito, já que a comunicação da barragem destacada já ecoa, naquela realidade, modelando a opinião e o comportamento do grupo.

O que tem se revelado é que os conflitos na órbita dos projetos hidrelétricos devem-se, de uma forma geral, às disputas por territórios. Nesse sentido, o território acaba sendo visto pelos grupos econômicos interessados na construção dessas tecnologias como uma fonte de recursos de onde se pode extrair lucros. Por outro lado, desconsideram o fato de que este espaço é, ao mesmo tempo, abrigo econômico, político e simbólico- cultural da diversidade de grupos e classes sociais que o habitam. Cabe ancorar aqui a definição de território sobre a qual este estudo constrói as suas argumentações, relacionando-a, ao mesmo tempo, com o conceito de conflito social aqui utilizado. Aliás, é sobre esta definição que o tópico a seguir pretende se debruçar.

2.3 TERRITÓRIO E CONFLITO: UMA APROXIMAÇÃO CONCEITUAL NECESSÁRIA

O conflito, tanto do ponto de vista conceitual quanto empírico, fornece uma base essencial para este estudo. Quando se fala das relações sociais de conflito envolvendo diferentes agentes sociais afetados por projetos hidrelétricos, é preciso levar em consideração que estes conflitos têm um ensejo. Em geral eles se originam da disputa por territórios, os quais, na maioria das vezes, são habitados por agentes sociais distintos e são, ao mesmo tempo, reivindicados pelo setor elétrico para erguimento de barragens.

A arguição sobre o referido fenômeno social nesse cenário amazônico em que a barragem de Marabá (e tantas outras) está em processo pretende ocorrer articulada ao entendimento de território, na perspectiva de Haesbaert (2004). Tal autor propõe a discussão do conceito de território a partir de uma abordagem multidisciplinar. Ainda que este conceito esteja presente em várias disciplinas das ciências humanas, o debate e a reflexão nesses campos são bastante precários.

De fato, o conceito de território deriva de uma diversidade de áreas do conhecimento, onde cada uma aborda este tema a partir de sua diretriz específica. Haesbaert (2004, p. 37 grifos do autor) demonstra que:

Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (...), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes ligada à concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais; a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o a escala do indivíduo.

Os múltiplos enfoques assinalam a polissemia deste conceito. Deixam evidentes, outrossim, que é perigoso tomar uma dessas perspectivas isoladamente, pois há um risco de deixar de fora questões nas quais as outras abordagens podem auxiliar. Estas separações, conforme aponta o trecho acima, ocorrem devido aos recortes disciplinares.

De todas estas noções de território, quatro delas ganham centralidade: àquela vinculada a concepção política, a simbólico-cultural, a econômica e a natural. A

concepção política ou jurídico-política de território o insere na relação entre o espaço e o poder. Nesta concepção, que é a mais difundida, o território é tido como um espaço delimitado e controlado por meio do qual se exerce um determinado poder. Este poder, na maioria dos casos, mas não somente, está relacionado ao poder político do Estado.

A segunda abordagem remete aos espaços de vivência e interações sociais nos quais determinados grupos imprimem as suas marcas. A esta perspectiva dá-se o nome de cultural ou simbólico-cultural. O território é visto, nesse sentido, especialmente como o produto da apropriação e valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

Um terceiro sentido de território, e com menos expressão, é o que enfoca a dimensão espacial das relações econômicas. Concebe-se o território como fonte de recursos que está ligado à luta entre classes sociais e ao embate da relação capital-trabalho, que permeia a divisão territorial do trabalho. A quarta definição de território é a mais antiga e pouco usual. Ela procura estabelecer uma relação entre o comportamento dos homens- comportamento este tido como “natural”- e o seu ambiente físico. É a visão natural de território.

De acordo a perspectiva haesbaertiana, para compreender com maior clareza o conceito de território e as suas distinções (estas mencionadas acima), é necessário organizar o raciocínio em uma escala mais ampla. Ou seja, é preciso ir além da diferenciação jurídico-política, simbólico-cultural, econômica e natural deste conceito, e buscar a fundamentação filosófica correspondente a cada abordagem. Nesse sentido, Haesbaert (2004, p. 41 grifos do autor) organiza as perspectivas teóricas por ele adotadas na sua abordagem sobre o território segundo:

- a) O binômio materialismo-idealismo, desdobrado em função de duas outras perspectivas: i. a visão que denominamos “parcial” de território, ao enfatizar uma dimensão (seja a “natural”, a econômica, a política ou a cultural); ii. a perspectiva “integradora” de território, na resposta a problemática que, “condensadas” através do espaço, envolvem conjuntamente todas aquelas esferas.
- b) O binômio espaço-tempo, em dois sentidos: i. seu caráter mais absoluto ou relacional: seja no sentido de incorporar ou não a dinâmica temporal (relativizadora), seja na distinção entre entidade físico-material (como “coisa” ou objeto) e social-histórica (como relação); ii. sua historicidade e geograficidade, isto é, se se trata de um componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço geográfico ou se está historicamente circunscrito a determinado (s) períodos (s), grupos(s) social (is) e/ou espaço (s) geográfico (s).

Aqui, aparece a necessidade de pensar o conceito de território com base em mais de uma perspectiva teórica. Nesse sentido, o território envolve, simultaneamente, “a dimensão espacial material das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o ‘imaginário geográfico’ que não apenas move como integra ou é parte indissociável destas relações” (HAESBAERT, 2004, p. 42). Neste caso, ele possui um sentido material e também simbólico.

Fragmentar a noção de território entre a concepção jurídico-política, a econômica, a naturalista é extremamente arbitrário. Aliás, todas estas abordagens, em alguns momentos, vão dialogar com o campo do simbólico, e todas elas fazem parte do mundo do vivido, isto é, da realidade concreta das pessoas.

Tendo em vista as diferentes perspectivas apresentadas, o autor propõe uma abordagem de território chamada de “integradora”. Passa-se, então, a compreender que o território tem intrínseca uma dimensão simbólico- cultural, e uma dimensão material cuja natureza é predominantemente econômico-política. Justificando essa abordagem, o autor destaca que:

[...] se a Etologia tende a colocar a questão de porque muitos animais se comportam “territorialmente”, a Ciência Política procura discutir o papel do espaço na construção de relações de poder, e antropologia trata da questão de símbolos através do território. Não caberia então à Geografia, por privilegiar o olhar sobre a espacialidade humana, uma visão “integradora” de território capaz de evidenciar a riqueza ou a condensação de dimensões sociais que o espaço manifesta?(HAESBAERT, 2004, p. 75 grifos do autor).

A leitura de território que o considera a partir de suas diferentes dimensões remete, ao mesmo tempo, ao conjunto das experiências humanas. Nesse processo, todas as esferas do vivido entram no debate referente a esta categoria, que não é só conceitual, mas também empírica. Sendo assim, “o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem estritamente cultural”, conforme analisa Haesbaert (2004, p. 79).

Cabe esclarecer que a dimensão política do território não deve estar restrita ao poder do Estado. Há outros grupos que também exercem, de certa maneira, determinado poder sobre um dado território. Por isso, de acordo com as proposições deste autor, é fundamental, para uma análise mais rica das questões sociais, ter certo cuidado na hora de definir o território. Conforme as suas análises:

[...] o território não deve ser visto nem simplesmente como um objeto em sua materialidade, evidência empírica (...), nem como um mero instrumento analítico ou conceito (geralmente *a priori*) elaborado pelo pesquisador. Assim como não é simplesmente fruto de uma descoberta frente ao real, presente de forma inexorável na nossa vida, também não é uma mera invenção, seja como instrumento de análise dos estudiosos, seja como parte da “migração geográfica” dos indivíduos (HAESBAERT, 2004, p. 91 grifos do autor).

O que define este espaço são as relações estabelecidas nele por determinados grupos sociais num contexto específico. O território pode significar abrigo, fonte de recursos, espaço de controle e de referência simbólica, de acordo com o grupo ou a classe social que o habita. Há, por exemplo, grupos que se apropriam do território e fazem dele um espaço revelador de parte ou de todas essas dimensões. Por outro lado, existem grupos mais inclinados a se apoderar do território para exercer, puramente, a dominação econômica ou política.

Estes casos remetem ao contexto da Amazônia, onde cresce exponencialmente a construção de projetos hidrelétricos e, conseqüentemente, a disputa pela vida nos territórios. Nestas situações, todas as dimensões do território tendem a aparecer, mas a valorização econômica e política busca, a todo custo, se sobrepor a outras formas (lógicas) de apropriação e uso destes espaços. É o que ocorre, por exemplo, no entorno da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (rio Xingu).

2.3.1 TERRITÓRIO E CONFLITO SOCIAL: O CONTEXTO DE EDIFICAÇÃO DA UHE DE BELO MONTE

O projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte é um dos mais polêmicos, atualmente, na Amazônia. Também a construção das usinas hidrelétricas de Santo Antonio e de Jirau (ambas no rio Madeira), no estado de Rondônia, não mostra grandes diferenças nesse sentido. As relações de conflitualidade são protagonizadas, sobretudo, por povos e comunidades tradicionais que não se rendem a dominação de seus territórios por empreendimentos hidrelétricos.

Para ilustrar-ainda que de forma breve- a dimensão destes conflitos tomando como exemplo o que ocorre na órbita da barragem de Belo Monte, um resgate das modificações sofridas por este projeto é fundamental. As origens desta tecnologia data da década de 1970, na ocasião do desenvolvimento de estudos de Inventário

Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu (MELLO, 2013). Quando os estudos foram apresentados pela Eletronorte, ainda na década de 1980, previu-se que o aproveitamento total da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu seria feito com base em sete barramentos. As intervenções naquela bacia hidrográfica seriam, então, responsáveis pela geração de 19 mil megawatts (MW) de energia.

As sete usinas, caso fossem construídas, inundariam cerca de 18.000 km², atingindo 12 Terras Indígenas e outros diversificados grupos sociais da região. Conforme ressalta Mello (2013), a Usina Hidrelétrica de Belo Monte (11 mil MW), até então denominada de Kararaô, faria parte do Complexo Hidrelétrico de Altamira, juntamente com a Usina Hidrelétrica de Babaquara (6,6 mil MW). Ambas deveriam ser construídas no rio Xingu.

No entanto, este primeiro projeto não se efetivou. Após abandonar o projeto original, o governo resolve retomar a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em 2005, modificando-o, em algumas partes, se comparado com o projeto anterior (BERMAM, 2012). Nesse novo traçado, o referido projeto passaria a ter um reservatório de 400 km², e não mais de 1. 225 km², como antes.

Mello (2013) analisa que o abandono do primeiro projeto da barragem de Belo Monte deve-se à forte resistência dos grupos indígenas, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, Igreja Católica e partidos políticos de esquerda durante a década de 1980. O momento mais decisivo foi o Grande Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, ocorrido em fevereiro de 1989, em Altamira (PA).

Neste evento houve uma cena, destacada por Alves (2010) como emblemática, que é reveladora da dimensão do conflito que se instaurou desde o anúncio da Barragem de Belo Monte, até os dias atuais. O evento emblemático consiste no ato em que a índia Tuíra, de posse de um facão, atrita aquela ferramenta no rosto do então presidente da Eletronorte.

Na atualidade, de acordo com Bermam (2012, p. 7), a retomada da construção da Usina de Belo Monte representa “o paradigma para o processo de expansão da fronteira hidrelétrica na bacia amazônica”. Tal paradigma vem se afirmando, conforme este autor, pela negação da democracia e desconsideração das populações tradicionais da região, e das relações destas com os seus territórios. Por outro lado, a cena emblemática descrita no parágrafo anterior revela a existência vigorosa de um processo de resistência

encabeçado, principalmente, por grupos indígenas que não parecem estar dispostos a recuar.

Se ninguém recua, as situações de conflito continuam a modelar as relações sociais. Em 2008, no contexto de negação e disputa em relação à instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, outro acontecimento emblemático (re) atualiza a história das relações entre os indígenas e a ELETRONORTE. Trata-se do Encontro dos povos do Xingu, organizado pelo Movimento Xingu Vivo que congrega uma diversidade de agentes sociais contrários a construção daquele projeto hidrelétrico. Neste evento estavam reunidas entidades governamentais e não governamentais, tribos indígenas, movimento de mulheres, religiosas da Prelazia do Xingu, dentre outros (ALVES, 2010).

O objetivo daquela coletividade era debater as consequências da construção da barragem de Belo Monte para os grupos afetados. O desenrolar do evento foi interpelado por uma ação que parecia espelhar a imagem daquela ação protagonizada pela índia Tuirá. De acordo com Alves (2010, p. 7) “no segundo dia, um dos diretores da Eletronorte em seu discurso de apresentação, foi ferido por um índio, gerando vários outros momentos de conflitos”. Este fato teve repercussão nacional e revelou a dimensão do conflito ali instaurado.

Apesar da existência de situações como estas, reveladoras da tenacidade com a qual os indígenas dizem “não” à construção daquela obra, o empreendimento não recua. O ato de não recuar implicou na utilização de estratégias para que o projeto continue avançando.

A estratégia de diminuição da área de alagamento resultou na retirada das Terras Indígenas Juruna do Paquiçamba e Terra Indígena Arara da Volta Grande do eixo de inundação. O curso do rio será modificado atendendo as estas exigências. Para Bermann (2012), o uso deste artifício tem como objetivo a não sujeição do governo e empresários aos princípios constitucionais que asseguram o direito de escuta das opiniões dos indígenas, e a aprovação do Congresso Nacional, em casos de remoção dos indígenas dos territórios em que habitam.

Esta ação dos interessados na construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte pode significar, entretanto, algo desastroso para os agentes sociais que necessitam da normalidade do curso do rio Xingu para manter a reprodução de seus modos de vida. De acordo com Mello (2013, p. 128), “O desvio do rio Xingu impede, na prática, a

existência física e social dos grupos que vivem em seu curso, uma vez que seu modo de vida é altamente dependente da existência de um rio íntegro que permita a coexistência de usos diversos”. À revelia de todas estas questões, a referida usina hidrelétrica está sendo materializada.

Para Bermam (2012), este avanço na construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte significa, em contrapartida, o retrocesso na democracia, fato este demonstrado quando os grupos indígenas, e outras populações tradicionais da região de Altamira, foram desconsiderados no processo decisório a respeito da edificação daquela obra. Em um desses momentos,

Os indígenas sofreram toda sorte de constrangimentos para participar dos debates, as comunidades não foram consultadas, e as críticas levantadas acabaram desconsideradas de forma sistemática por um Painel de Especialistas constituído por cientistas e professores de importantes universidades brasileiras (BERMAM, 2012, p. 11).

O respeito ao poder decisório dos grupos indígenas, e outros agentes sociais, em relação ao licenciamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte representaria para os empreendedores, de acordo com Mello (2013), um risco democrático. O risco democrático, nesse sentido, é o de que a sociedade prejudicada pela obra decidisse, “amparada na legislação pertinente, não se submeter a um tipo de investimento econômico que ela entenda que, em última instância, trará consequências danosas para si” (MELLO, 2013, p. 130). O fato é que, conforme destaca Bermam (2012), o governo brasileiro virou as costas, por assim dizer, ao debate sobre as repercussões que esta obra de engenharia pode acarretar à vida e ao território de muitos agentes sociais.

Mello (2013), analisando o posicionamento dos indígenas Jurunas diante dos acontecimentos desencadeados pela presença desta tecnologia, destaca alguns pontos criticados. As críticas se relacionam, principalmente, à falta de esclarecimentos sobre a dimensão das interferências que o território deste grupo social irá sofrer.

A incerteza sobre o que acontecerá com a água do rio Xingu, já que nela são despejados dejetos advindos dos canteiros de obra da barragem, é uma das situações apontadas. Ainda, nessa perspectiva, os indígenas Jurunas julgam que os empreendedores deveriam atentar para os efeitos do projeto sobre as atuais condições de existência no território. Com a diminuição das águas do rio Xingu, a pesca poderá ser inviabilizada e as doenças poderão se proliferar. Em função disto, os indígenas

ressaltam que a saída é ir morar na cidade, local representado como perigoso, o que implica em perda de liberdade de se deslocar tranquilamente (MELLO, 2013).

Além disso, a referida autora demonstra a existência de outros aspectos apontados como problemáticos em relação à construção da barragem de Belo Monte. Dentre estes estão: a) as informações desencontradas dos técnicos sobre a real dimensão da barragem e dos impactos que, muitas vezes, são até omitidos; b) a indefinição sobre o que vai acontecer com os grupos sociais situados a jusante³ da barragem, já que a água que transcorrerá por ali ficará submetida ao controle humano, e não mais da natureza; c) os impactos sobre a saúde mental de muitos agentes sociais, em especial dos mais velhos, que se veem obrigados a conviver com a ideia de que a vida tradicional e a natureza vão mudar drasticamente; c) a preocupação com a proliferação de carapanã e mosquitos transmissores da malária, os quais se reproduzem em épocas da seca do rio Xingu, nas águas paradas, e poderão inviabilizar a vida nas aldeias; d) anota-se, também, o receio em relação à pressão que os territórios indígenas irão sofrer, em decorrência da chegada de pessoas oriundas de cidades e estados diferentes; e) são criticados, também, os limites temporais das indenizações, pois as pessoas que nascem naquele contexto estão sujeitas a um futuro incerto e não estão sendo, sequer, cogitadas no EIA/RIMA.

Todos estes aspectos representam, no entendimento dos grupos indígenas que estão nas áreas ditas de influencia da barragem de Belo Monte, situações que deveriam constar nos Estudos de Impacto Ambiental daquele empreendimento. O conflito pela defesa da vida nos territórios se estende a outros segmentos sociais, como é o caso dos pescadores.

No mês de setembro de 2012, pescadores⁴ mobilizados fizeram um protesto em que chamaram a atenção para as condições de uso do rio, do ponto de vista da navegabilidade, e também da atividade da pesca. A pesca-protesto se consubstanciou

³O termo técnico que nomeia a área abaixo do reservatório de uma barragem é jusante. E o termo que nomeia a área localizada acima do reservatório é montante.

⁴Informações extraídas de MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE. *Pescadores continuam acampados em protesto contra Belo Monte*. Disponível em <<http://www.xinguvivo.org.br/2012/09/25/pescadores-continuam-acampados-em-protesto-contr-belo-monte/>> Acessado em outubro de 2013.

numa estratégia de protesto orquestrada pelos pescadores, e teve duração de oito dias. Sem serem ouvidos, os agentes sociais em questão, munidos de oito barcos desfilaram pelas obras da barragem, atravessando o rio Xingu de margem a margem.

O desfile nos barcos simbolizava aquilo que para eles será uma incógnita no futuro. A intenção era saber se haverá possibilidades de navegação naquele rio, quando a estrutura de concreto da barragem já estiver montada. A Usina Hidrelétrica de Belo Monte representa um núcleo de agitação social de onde emergem situações de conflito evidenciando disputas distintas pela existência nos territórios de sua influência. E aí se torna clara a valorização econômica e política impondo ao território um ordenamento capitalista, o qual se sobrepõe a outras formas de apropriação deste espaço- o caso dos indígenas Jurunas e dos pescadores ilustra com clareza esta questão.

2.4 A DISPUTA PELA DEFINIÇÃO DE ATINGIDOS POR BARRAGENS

A conflitualidade no entorno de projetos hidrelétricos emerge por uma diversidade de prismas. Neste tópico, a atenção está voltada para a disputa pela definição de atingidos por barragens. Uma definição insuficientemente formulada, consequentemente, produz sérias implicações na realidade social de quem é vitimado pela implantação deste tipo de projeto.

Vainer (2008) destaca a dimensão econômica e financeira com que esta noção aparece em documentos técnicos do setor elétrico. Conforme analisa este autor, definir atingidos por barragens só com base em pressupostos técnicos e econômicos é bastante insuficiente.

Aliás, é para esta direção que o Estado brasileiro aponta a sua definição. No ano de 2010 foi divulgado o “Decreto nº 7.342, de 26 de outubro de 2010”, no qual se vislumbra a criação do “Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico, no âmbito do Ministério de Minas e Energia” (DOU, 2010), que estabelece os princípios norteadores de cadastramento das populações atingidas por empreendimentos hidrelétricos. O documento deixa muito claro que o governo e as empresas se empenham em assumir, unilateralmente, a legitimidade da definição do atingido. De acordo com o disposto:

Art. 3o Fica instituído o Comitê Interministerial do Cadastro Socioeconômico, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, com as seguintes funções:

I - apresentar, no âmbito do processo de licenciamento ambiental, os requisitos para que o responsável pelo empreendimento elabore o cadastro socioeconômico da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica; e

II - acompanhar a elaboração do cadastro socioeconômico, a ser realizada pelo responsável pelo empreendimento, e manifestar-se sobre sua adequação.

§ 1o O Comitê será composto por representantes dos Ministérios de Minas e Energia, do Meio Ambiente, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário, da Pesca e Aquicultura e da Secretaria-Geral da Presidência da República, cabendo ao Ministério de Minas e Energia a sua coordenação.

§ 2o O Comitê será integrado, ainda, por representantes dos órgãos e entidades federais com atribuições relativas à população atingida pelo empreendimento analisado, quanto aos impactos referidos no art. 2o.

Art. 5o A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL incluirá, nos contratos de concessão de uso do bem público e nos editais de leilão, cláusula específica sobre responsabilidades do concessionário, frente ao cadastro socioeconômico da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica.

Ou seja, o decreto evidencia uma perspectiva de tratamento do atingido por barragem que não dialoga com o que as pessoas ou famílias afetadas dizem a este respeito. Ao contrário, tudo fica ao sabor das decisões do “responsável pelo empreendimento”. As pessoas são invisibilizadas no processo de tomada de decisão e o Estado se empenha em fazer com que as empresas tentem controlar o curso dos acontecimentos, neste âmbito.

Buscando alargar essa compreensão, Nóbrega (2011, p. 131) demonstra ser preciso considerar atingidos também “os grupos e comunidades ameaçadas por projetos de barragens, independente das possibilidades de sua execução”. Em outros termos, os momentos que precedem a materialização de um projeto desta natureza podem ser bastante ricos, de um ponto de vista analítico.

Vainer (2008) aponta a existência de grupos sociais, famílias e indivíduos que sentem os efeitos de projetos hidrelétricos a partir do momento de sua comunicação. Outros começam a se sentir prejudicados após a instalação do projeto, quando o reservatório enche. De certo modo, “análises cuidadosas indicariam que ao longo do ciclo do projeto, diferentes grupos e indivíduos são afetados, de diferentes maneiras” (VAINER, 2008, p. 54). Muitas das consequências antes da instalação de um projeto

deste tipo estão relacionadas à incerteza em relação ao que fazer da vida, já que o território está prestes a ser dominado por terceiros.

Este é o caso, por exemplo, dos grupos que não sabem se podem continuar com o curso normal da vida, semeando, investindo, fazendo novas aquisições para a sua propriedade, ou se interrompem os projetos para o futuro (DAOU, 2013). Além disto, de acordo com Daou (2013), a noção de atingido dos responsáveis pela elaboração de estudos nas áreas de populações a serem afetadas por empreendimentos hidrelétricos se ancora em perspectivas etnocêntricas e em parâmetros urbanos da vida.

O fato é que, reconhecer uma abrangência da noção de atingidos por barragens para além dos aspectos técnicos e financeiros significa reconhecer direitos e os detentores desses direitos e, conseqüentemente, inseri-los na agenda dos grupos interessados na edificação de projetos hidrelétricos.

Em outras palavras, estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo- e, em alguns casos, como legal- seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária (VAINER, 2008, p. 40).

Ainda que haja o reconhecimento de que um grupo social foi afetado por uma determinada barragem, geralmente, há uma tentativa de reconhecimento e reparação dos danos materiais. Entretanto, os problemas de ordem moral e as redefinições de identidade social, de certa maneira, permanecem irreparáveis (ALMEIDA, 1996).

A noção de atingidos varia conforme o contexto político-social e com o espaço-tempo em que está inscrita. Ela está também relacionada como “o desenrolar e desenlace dos conflitos opondo diferentes atores sociais envolvidos no processo de concepção, implantação e operação de projetos hidrelétricos” (VAINER, 2008, p. 40-41). A imposição dos agentes sociais tem grande repercussão nos rumos que esta noção pode tomar. Como se evidencia, a atmosfera que circunda a construção de Usinas Hidrelétricas tende a ser conflituosa. Isto porque os interesses em jogo não são os mesmos. Aliás, estão cada vez mais polarizados.

Uma série de implicações sobre os direitos territoriais de quem foi, forçosamente, inscrito no grupo dos atingidos por barragens aparece como desdobramento. O desrespeito por esses direitos, ademais, parece ser a principal

implicação. Em decorrência disto, a disputa e os conflitos tem, necessariamente, se desenrolado nestas realidades específicas.

O fato é que uma definição mais clara e que englobe o máximo de dimensões possíveis da vida humana afetadas por este tipo de tecnologia, configura apenas o início de uma política socialmente responsável. Isto somado:

[...] a adoção de avaliações consistentes e rigorosas de alternativas, o exame efetivo dos impactos previsíveis, a opção por estratégias baseadas no princípio da preocupação e, acima de tudo, o respeito a processos democráticos que garantem, desde a concepção do projeto (inventário, viabilidade, etc.), a efetiva e informada participação das populações interessadas nos processos de avaliação e de decisão (VAINER, 2008, p. 39-40).

Essas especificações dão conta não só do que deve haver, mas do que não existe nas formulações que o setor elétrico põe em prática. Se não há, por exemplo, uma oferta rigorosa de alternativas aos atingidos e, muitas vezes, a opinião destes não é levada em consideração no processo decisório sobre o erguimento de barragens, torna-se pouco certo que não haverá conflito no entorno da implantação desse tipo de tecnologia.

O que se revela, portanto, é o fato de que o setor elétrico tem como parâmetro definições incipiente de atingidos por barragens. A concepção territorial-patrimonialista, destacada por Vainer (2008) como a mais tradicional, demonstra um dos primeiros parâmetros excludentes de definição de atingidos por barragens. Nesta concepção, o simples fato de uma determinada área constar como sendo de interesse dos empreendedores já era motivo suficiente para que ela fosse declarada de “interesse público”. O interesse público se consubstanciava no discurso legitimador das ações do Estado e dos grupos econômicos a ele adjacentes.

Caso o então proprietário do lugar requerido manifestasse opinião em desacorde com os interesses do setor elétrico, o dinheiro (indenização) era depositado em juízo, ficando sujeito à contestação via judiciário pelo dono da propriedade, se achasse injusto o valor. Nesta perspectiva, não há um debate sobre atingidos e nem a respeito de seus direitos, e a desapropriação para atender o interesse público mascara e põe em suspenso essas questões.

Nos dias de hoje, as práticas herdadas da concepção e das estratégias territoriais patrimonialistas ainda se mantêm vivas. Isto fica claro, de acordo com Vainer (2008, p.

44), quando o problema dos atingidos tem permanecido sob duas dimensões exclusivas: “o território atingido é concebido como sendo a área a ser inundada e a população atingida é constituída pelos proprietários da área a ser inundada”. Ou seja, a questão continua sendo insuficiente analisada, e muitos agentes sociais atingidos são invisibilizados no processo.

Embora tenha havido um crescente esforço das agências multilaterais (a International Financial Corporation, ligada ao Banco Mundial, o próprio Banco Mundial em suas diretrizes e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID) no sentido de alargar a concepção de atingidos, Vainer (2008) afirma que, na prática, a maioria das empresas continua a agir com base na orientação ofertada pela concepção territorial-patrimonialista de atingido.

Porém, “apenas ali onde a resistência organizada das populações se mostrou capaz de confrontar a intransigência e estreiteza das empresas foi possível observar avanços práticos” (VAINER, 2008, p. 63). Os avanços na disputa pela definição de atingidos tem, necessariamente, que dialogar com a realidade e demandas das pessoas afetadas. Se esta conexão está presente na definição de atingidos por barragens, pode haver possibilidades de uma construção de elaborações menos falíveis e mais justas, nesse sentido.

O avanço de projetos hidrelétricos sobre uma diversidade de grupos sociais faz surgir reflexões e análises em diversos sentidos, dado que o comportamento humano é bastante imprevisível nessas situações. A implantação da tecnologia de barragem demonstra que o ser humano, nessas realidades, busca seu protagonismo apesar da correlação de força desigual. Longe de se acomodar às situações impostas, os agentes sociais têm reagido de diferentes maneiras. Tais reações entram na literatura, sobretudo sócio - antropológica, como efeitos sociais. É dessa discussão que o tópico a seguir pretende se ocupar.

2.5 BARRAGENS NA PERSPECTIVA DOS EFEITOS SOCIAIS

A noção de efeitos sociais ilustra o comportamento humano em face da presença de tecnologias que operam baseadas no deslocamento forçado. O deslocamento compulsório, um dos impactos mais marcantes e incisivos na vida dos grupos sociais afetados por barragens, convém anotar, não tem sido operacionalizado conforme as

pretensões dos empreendedores. Tal evento demonstra que os agentes enredados nesses contextos são mais que vítimas testemunhais de um destino imposto pelo setor elétrico. Eles também são protagonistas dessas relações.

A definição de efeitos sociais, nesse sentido, pode prolongar a noção de impactos sociais e ajudar a entender as situações que envolvem o deslocamento forçado. Daou (2013, p. 85), destacando a pertinência de Sigaud (1986) ao propor a definição de efeitos sociais, ressalta que aquela autora “Problematizava então o uso da noção de impacto no sentido de que não haveria respostas únicas e similares em decorrência da implantação de um mesmo tipo de projeto- hidrelétrica”. Era preciso buscar as discontinuidades das ações, e não aquilo que as faziam semelhantes.

Para Sigaud (1992), a noção de impactos trai o protagonismo humano ao se preocupar mais em visibilizar a incidência das ações dos dominadores sobre os dominados, de que com outras situações ocorridas nesse processo. Tal preocupação não deixa de ser relevante. Entretanto, o que os agentes sociais estão fazendo diante da situação de dominação (ou dos impactos) também deve ser analisado.

Reis (1998) também reconhece que, pensar o contexto de construção de barragem pela perspectiva dos impactos sociais não deixa de ser relevante para a compreensão das mudanças socioculturais que tais empreendimentos acarretam. Por outro lado,

Sua fragilidade reside, porém, no fato de assumirem uma perspectiva unilateral, em relação à virtual possibilidade dos atores sociais intervirem no processo de mudanças, desencadeado pela implantação dos grandes projetos. Isto é, as populações locais ou regionais afetadas por estes projetos foram pensadas como agentes passivos, sendo supervalorizado o papel dos agentes governamentais, a quem caberia a implantação das obras em questão (REIS, 1998, p. 06).

Por isso, de acordo com Sigaud (1992, p. 19), deve-se estar atento para “O quanto os efeitos de uma determinada opção tecnológica são também o produto das relações sociais concretas, dos enfrentamentos e dos conflitos [...]”. Alguns destes efeitos tem sido invisibilizados por estudos que tratam, de forma simplificada, os aspectos da vida em sociedade (Idem, 1992). A ação dos agentes sociais postos em situação de subalternidade, por sua vez, fica invisibilizada.

A fim de desvelar a dimensão do comportamento humano onde as usinas hidrelétricas se instalam- dimensão esta traduzida pela definição de efeitos sociais- buscou-se apoio na literatura de Daou (1996, 2013); Magalhães (1996, 2007); Sigaud (1992, 1996) e Vianna (2012). Tais autores são pioneiros nessa discussão de cunho sócioantropológico.

Uma primeira reflexão por este ângulo está contida na análise do processo de construção da barragem⁵ de Sobradinho (1972 a 1979), no rio São Francisco, a 50 km de Juazeiro, na Bahia e encabeçada pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco- CHESF.

De acordo com o que analisa Sigaud (1996), a comunicação de que a barragem de Sobradinho iria ser construída foi recepcionada com uma total descrença por muitos camponeses que viviam às margens do rio São Francisco, na cidade de Itapera. Os camponeses não acreditaram na possibilidade de que o relato pudesse ser verídico. Para eles, a cheia do rio comunicada não passaria de uma eventualidade, “como as que conheciam ou a respeito das quais os mais velhos lhes falavam” (SIGAUD, 1996, p. 552). Essa situação acabou por mostrar que, tanto a crença quanto o comportamento dos agentes sociais frente à comunicação da barragem pode assumir formas distintas.

A proposta inicial da Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF- foi a de que os camponeses consentissem em abandonar a beira do rio. Muitos não aceitaram tal proposta, ao passo que outros aderiram a ela. A adesão às recomendações da CHESF foi entendida, naquele contexto, como uma forma de morte social. Isto em decorrência das perdas materiais e de prestígio junto ao grupo familiar que seriam acarretadas para alguns camponeses.

Por outro lado, para muitos indivíduos significava uma oportunidade de ascensão social e de aquisição de prestígio (SIGAUD, 1996). De fato, houve quem obtivesse, no novo lugar de moradia, bens materiais superiores aos que possuía no lugar anterior. Isso lhes agregava prestígio, principalmente, familiar.

Os camponeses de Itapera, em meio à situação de ameaça de deslocamento forçado, mantiveram firmeza na oposição à barragem e ao que lhes havia sugerido a empresa. Conforme ressalta Sigaud (1996, p. 567 grifos da autora), “Diante da recusa

⁵A materialização da barragem de Sobradinho resultou no deslocamento de cerca de 70.000 pessoas. Conforme demonstra Daou (1996, p. 477), deste número “80 % eram camponeses que viviam nas margens e ilhas do trecho do rio onde se formou o lago de Sobradinho, com 4214 km de extensão [...]”.

expressiva [DOS CAMPONESES] em partir, a empresa viu-se constrangida, como no caso de outros povos, a construir o “núcleo” na borda do lago”. O núcleo aqui considerado é a cidade de Itapera, reconstruída às bordas do lago da barragem de Sobradinho em atendimento às exigências daqueles agentes sociais. A maneira como os camponeses se comportaram em face do deslocamento compulsório foi decisiva para a mudança no rumo desta política.

A situação de conflito descrita acima configura, basicamente, uma resposta dos agentes sociais que estiveram na disputa pela existência em um território cujas características atendem as suas especificidades. Suas ações resultaram, ao menos em parte, na imposição de decisões que criaram certos constrangimentos para as empresas. É o protagonismo humano que se revela, apesar da correlação de força desfavorável. Pensar as relações sociais, nestas conjunturas, tendo como referência só a ação dos chamados poderosos pode ser pouco produtivo, é o que destaca o trecho abaixo:

Como as populações são obrigadas a abandonar locais de trabalho e moradia pela força- a força dos decretos- lei e a força das águas- tende-se a acreditar que tudo aquilo que ocorre nestas situações é efeito direto da atuação daqueles que promovem o deslocamento, como se tudo se devesse ao poder dos que têm poder para exercer aquela força (SIGAUD, 1996, p. 569).

Os efeitos sociais da presença de barragens não se resumem, tão somente, à decisão dos grupos dominantes em deslocar, compulsoriamente, os agentes sociais afetados. Ou seja, a via não é de mão única. Tais efeitos, em grande medida, derivam da conduta e do protagonismo dos agentes sociais ao reagirem diante da situação que lhes é imposta pelo processo de deslocamento e reassentamento compulsório. Cabe assinalar, entretanto, que os camponeses de Itapera, mesmo tendo exercido influencia no processo de deslocamento compulsório, não conseguiram obter a reprodução do modo de vida e das relações sociais conforme aspiravam (SIGAUD, 1996). Fora das condições do tempo de antes da barragem, essa tarefa parecia difícil. Isso mostra o quão irreparável pode ser a violência cometida pela implantação da tecnologia de barragens.

Vianna (2012), em análise das ações desencadeadas pelos camponeses da comunidade de Lajeado Pepino (município de Paim Filho, Rio Grande do Sul), quando estes se depararam com a comunicação da barragem de Machadinho (construída na bacia do rio Uruguai, no início dos anos de 1980), revela o quão determinante foi o

protagonismo daqueles agentes sociais para a mudança nos rumos que a barragem iria tomar e, também, as suas vidas.

Ao longo dos anos de 1980, nas regiões que estavam na área de interferência do lago da barragem de Machadinho, ocorreram várias ações principalmente de colonos que se sentiam ameaçados em face da presença do referido projeto hidrelétrico. Ações como “prisões” de funcionários da ELETROSUL, empresa interessada no empreendimento; “expulsões” de funcionários dos domínios dos colonos; destruição e retirada dos marcos delimitadores do reservatório da barragem; bloqueio de estradas, dentre outros processos de enfrentamento, constituíram as estratégias de oposição àquela barragem (VIANNA, 2012). Além das prisões, ameaças e etc., os colonos articulavam essa ação com outra estratégia: chamavam a atenção da mídia para visibilizar o acontecimento.

Assim é que os colonos da comunidade de Lajeado Pepino participaram, ativamente, apesar de rotulados de politicamente atrasados, nas decisões que mudaram o curso dos acontecimentos naquele contexto. Um dos atos mais decisivos foi a prisão de um dos técnicos a serviço dos empreendedores, no ano de 1987 (Idem, 2012). As prisões eram realizadas objetivando, principalmente, negociar a liberdade da pessoa detida por um acordo com a ELETROSUL.

No enredo deste conflito estava presente a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB), hoje Movimento dos Atingidos por Barragens. A CRAB tinha um papel fundamental na organização dos colonos. A igreja católica também desempenhou uma atividade de importância nessa mesma perspectiva. Estes grupos constituem os chamados mediadores. Para Sigaud (1992), os mediadores cumprem a função específica não só de organizar o processo de resistência, mas também de relativizar a forma positiva com a qual uma barragem é apresentada.

As ações desencadeadas em Lajeado Pepino resultaram na “mudança do projeto de construção da hidrelétrica para excluir da área inundada as *comunidades* dos camponeses que empreenderam a ação e, ainda, o estabelecimento de medidas compensatórias para outras *comunidades atingidas*” (VIANNA, 2012, p. 17 grifos do autor). O curso dos acontecimentos, conforme se evidencia nessa situação empírica, não depende só da decisão de implantar a barragem. Ele está subordinado ao modo como as pessoas vão se posicionar diante dessa decisão. A construção da Usina Hidrelétrica de

Tucuruí, e o deslocamento compulsório desencadeado por ela, também remete a situações específicas orquestradas por aqueles que foram afetados.

A edificação daquela barragem, entre os anos de 1975 e 1984, no rio Tocantins (médio Tocantins), deslocou mais de cinco mil famílias (MAGALHÃES, 1996). A solução de reassentamento ofertada a estas famílias, e administrada pela Eletronorte, levou um primeiro grupo a se fixar no Loteamento Rio Moju. Concebido em 1979, resultante de um convênio entre a Eletronorte e o Instituto de Terras do Pará (ITERPA), o referido loteamento se situava às margens da rodovia PA-150 (MAGALHÃES, 2007).

Antes de assinalar os fatos desencadeados no entorno da transferência dos agentes sociais afetados pela construção da barragem de Tucuruí, é necessário destacar a forma como os chamados colonos viviam antes da instalação daquela tecnologia. O modo de vida anterior, as relações sociais, relações com a terra e com o rio parecem estar relacionados com o desenrolar dos acontecimentos ocorridos naquele contexto.

A reprodução social das famílias dos colonos afetados pela barragem de Tucuruí tinha como eixo a combinação da agricultura, coleta da castanha, caça e a pesca. De acordo com Magalhães (1996, p. 719) todas as famílias ali presentes, pelo menos, “tinham acesso direto à caça, à pesca, à coleta dos frutos e caçavam”. Significa dizer que as regras de apropriação da terra, naquele momento histórico antes de construção da barragem de Tucuruí, permitiam a estes agentes sociais uma relação diferenciada de acesso aos recursos naturais, já que as terras eram tidas como devolutas.

A transferência destes agentes sociais para o Loteamento Rio Moju significou, num primeiro momento, a possibilidade de obtenção de lotes documentados, casas já construídas e, conseqüentemente, uma vida melhor, conforme o propalado no discurso da Eletronorte. Entretanto, antes mesmo da transferência ser iniciada, os colonos se veem enredados na desconfiança em relação ao que tinha sido prometido pela empresa supracitada. Dentre outras questões, o valor das primeiras indenizações pagas ficou muito aquém do esperado e não cobria aquilo que deveria ser, de fato, indenizado. Sem mencionar, também, o autoritarismo e os atos de intimidações com que os referidos colonos foram tratados, caso pusessem em questão o valor pago pelo que seria perdido (MAGALHÃES, 1996).

Somado a isso, havia a morosidade na transferência dos grupos familiares residentes na localidade chamada, genericamente, de cota + 35⁶ para o Loteamento Rio Moju. Naquele momento, os colonos ficaram impossibilitados de produzir as roças de acordo com a normalidade com que o faziam, pois foram interditados pela Eletronorte de assim procederem. Restava-lhes, então, pressionar a referida empresa com a finalidade de que ela pudesse acelerar o processo de transferência e reassentamento para o Loteamento Rio Moju.

Uma vez realizada a tão aguardada transferência, a permanência no referido loteamento não tardou a ser qualificada como inviável, dadas as condições negativas da terra. Fato esse que, conforme destaca Magalhães (1996), se constatou após o plantio da primeira ou da segunda roça. Era assim que,

Concretamente, os *colonos* estavam em uma terra sem água [posteriormente 1982/1983, a ELETRONORTE construiria poços], com um solo de baixa fertilidade para os seus cultivos tradicionais, sem caça, sem igarapé para pescar [existe apenas o Rio Moju que pode ficar distante até 25 km, a depender da posição do lote], sem as estradas vicinais que dessem acesso aos “lotes de fundos”; e, sem a castanha (MAGALHÃES, 1996, p. 740 grifos da autora).

Em virtude destas condições de reprodução social, os colonos do Loteamento Rio Moju empreenderam a saída⁷ daquele local. Verificou-se, a partir da década de 1980, o abandono dos lotes em função, primeiramente, do fracasso da 1ª roça. Em segundo lugar, este abandono deveu-se a presença da linha de transmissão implantada pela Eletronorte, e que cortou, de forma violenta, os lotes dos agentes sociais ali reassentados (MAGALHÃES, 1996). Esse fenômeno, caracterizado como *debandada*, “tanto se verifica em termos de retorno aos seus locais de origem [DOS COLONOS], quer para os povoados que não foram inundados no “desvio do rio”, quer para as suas

⁶De acordo com Magalhães (1996), “cota +35” é um termo técnico utilizado pela Eletronorte para se referir a uma grande área inundada em decorrência da formação do lago da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. A área que esse termo homogeneizador designa, entretanto, era cortada por uma diversidade de povoados, lugares e vilas. Tais localidades situavam-se, geralmente, na beira da antiga Estrada de Ferro Tocantins ou às margens do rio Tocantins. Com extensão de cerca de 120 km, na “cota+35” estavam inclusos os municípios de Jacundá e Tucuruí.

⁷Conforme analisa Magalhães (2007, p. 229), “Em 1983, quatro anos após o início da transferência para o Loteamento Rural Rio Moju, tanto o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tucuruí (STR/TUC) quanto o Grupo Executivo de Terras do Araguaia- Tocantins (GETAT) estimavam que 70% das famílias já haviam abandonado ou vendido o lote. Em 1987, a ELETRONORTE estimava também que 70% dos lotes já haviam sido vendidos, permanecendo no loteamento aproximadamente 150 famílias; e, em 2003, ainda de acordo com o Sindicato, todo o loteamento havia sido transformado em fazendas”.

“áreas velhas”, quando igualmente não inundadas” (Idem, 1996, p. 742-743 grifos da autora). A saída do Loteamento Rio Moju, e o retorno aos locais habitados anteriormente, parece estar relacionada (além de com as questões já sublinhadas), com o apego ao modo de vida que fora, forçosamente, deixado para trás. Modo de viver que não encontrou condições para se reproduzir no Loteamento Rio Moju.

Daou (2013, p. 97) destaca que “é justamente em contextos dramáticos que os grupos cerceados no acesso às condições de sua reprodução social, reinventam e percebem sua especificidade”. Nesse sentido, as unidades sociais precisam ser entendidas, também, a partir das dimensões afetivas e simbólicas que fazem parte da história do grupo. Aliás, estas dimensões possuem vinculações com o território que foi perdido. Este entendimento pode contribuir com a reinserção de um determinado grupo no processo produtivo (DAOU, 2013), o que parece não ter havido em relação aos colonos do Loteamento Rio Moju.

Para Daou (2013, p. 111-112 grifos da autora), ignorar os modos específicos de “representar o espaço social pelos que vivem nas “áreas afetadas” reproduz o *modus operandi* similar aos empreendimentos coloniais em que tais modos de vida são visibilizados na perspectiva dos promotores do empreendimento”. O desenrolar dos acontecimentos no entorno da barragem de Tucuruí revela essa postura colonial por parte da Eletronorte.

De acordo com Magalhães (1996, p. 700), “A ELETRONORTE inicia as atividades de construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí abstraindo toda a história da região e, por conseguinte, desconsiderando a própria existência camponesa”. Esse desprezo pela existência camponesa, suas histórias, seus modos de organização social e de relação com o território, acabou sendo decisivo para que houvesse o fenômeno da debandada: abandono dos lotes.

É nesse sentido, conforme assinala Daou (2013), que a noção de efeitos sociais faz aparecer todas as dimensões da vida daqueles que foram afetados. Também fica demonstrado que os agentes sociais respondem, ainda que em situação explicitamente desfavorável, de modo ativo ao destino que lhes é imposto pelos grupos dominantes. À luz dos efeitos sociais desencadeados por uma opção tecnológica se pode enxergar a reação política, coletiva ou não, dos que foram afetados, tanto como os processos desencadeados e a desestabilidade dos contextos.

No capítulo a seguir, pretende-se demonstrar a atualidade dos conflitos gestados em função da barragem de Tucuruí, dando enfoque, principalmente, ao desenrolar da conflitualidade no contexto da barragem de Marabá, já em processo no sudeste paraense.

CAPÍTULO 2- USINAS HIDRELÉTRICAS E CONFLITOS SOCIAIS NO SUDESTE PARAENSE

Este capítulo objetiva tecer uma discussão pontuando duas situações. A primeira retrata a presença da barragem de Tucuruí, no sudeste paraense, e demonstra como o ambiente de conflito surgido a partir da sua edificação continua atual. Isto porque há pendências ainda hoje não resolvidas, e que são constantemente respostas pelos grupos afetados. Em outro nível, estão os grupos indígenas, ribeirinhos, assentados, pequenos agricultores, mulheres quebradeiras de coco babaçu, que estão convivendo com a Usina Hidrelétrica de Marabá, já comunicada para essa região. Novamente, tal como em Tucuruí, a relação dos agentes sociais com os grupos interessados na construção deste empreendimento hidrelétrico é pouco amistosa. Isto está ligado ao fato de que estes agentes sociais têm consciência da violência que significa esta tecnologia aos seus territórios e às relações sociais já construídas.

3.1 A ATUALIDADE DA BARRAGEM DE TUCURUÍ

De acordo com o Plano Nacional de Expansão de Energia 2007/2016, atualmente sete usinas hidrelétricas de grande porte estão instaladas no rio Tocantins: Tucuruí (1984), Serra da Mesa (1994), Lajeado (2001), Cana Brava (2002), Peixe Angical (2006), São Salvador (2008) e Estreito (2010). Além das sete Usinas Hidrelétricas mencionadas, ao todo estão previstos mais 4 barramentos para as águas do rio supramencionado. Isso totalizaria 11 barragens. As Usinas Hidrelétricas projetadas são: UHE de Serra Quebrada, UHE de Marabá, UHE de Tocantins e a UHE de Tupiratins (BRASIL, 2007).

Conforme dados da Empresa de Pesquisa Energética- EPE, até o ano de 2025 o conjunto de UHEs previsto para o rio Tocantins (11 no total) deverá estar ativo (EPE, 2007). A figura (2) abaixo mostra, a partir das diferentes tonalidades de cores, o conjunto de projetos hidrelétricos planejados e os empreendimentos já efetivados na bacia do rio Tocantins.

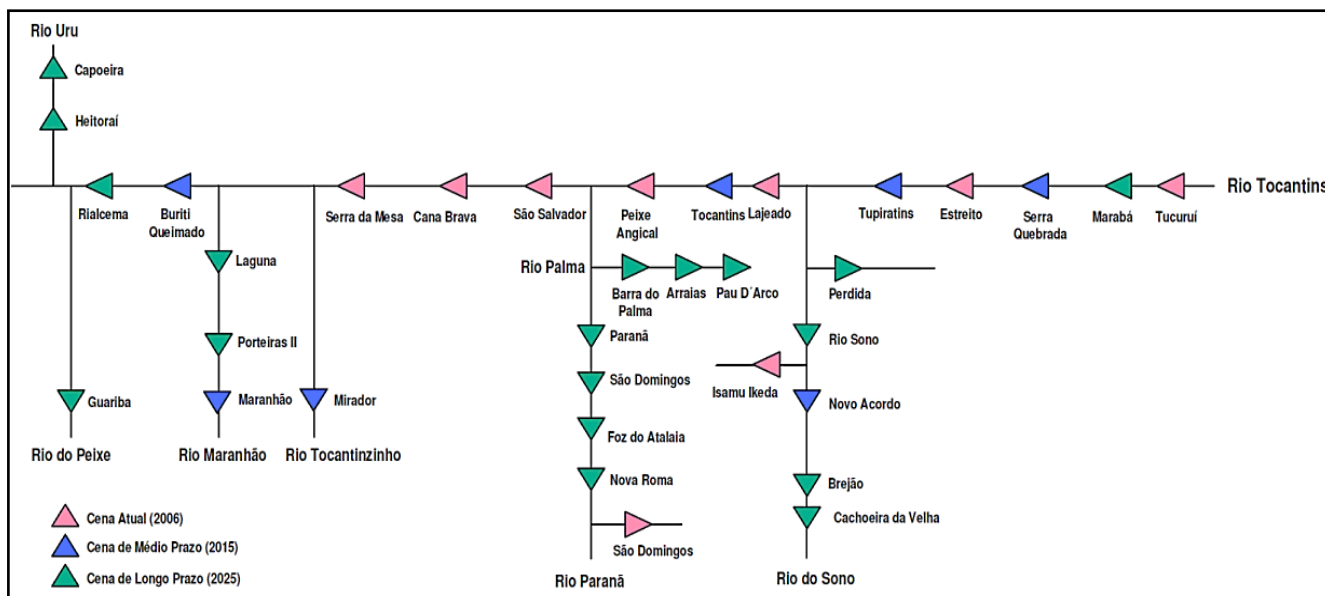


Figura 1: Barragens no rio Tocantins até 2025.

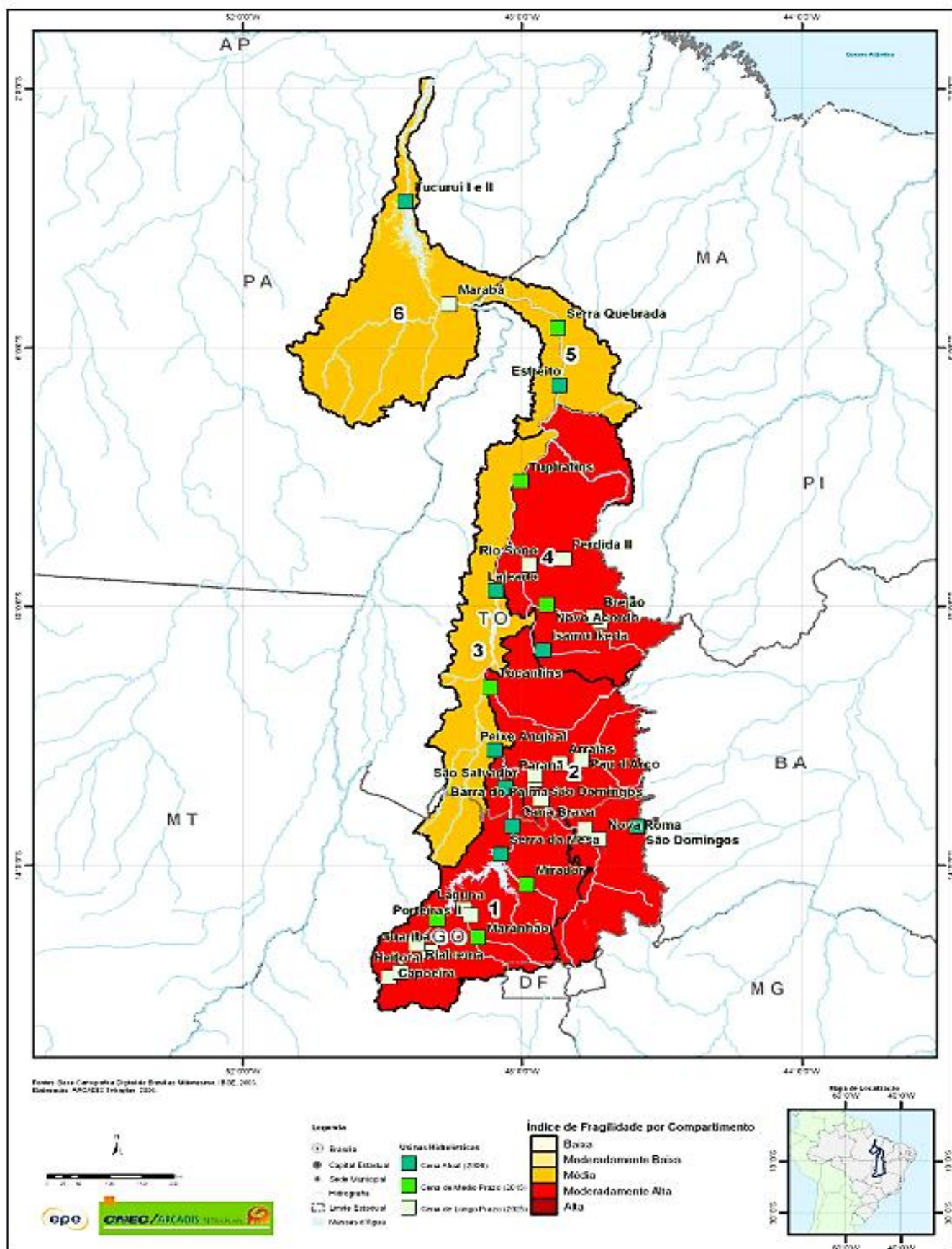
Fonte: Empresa de Pesquisa Energética - EPE (2007).

A perspectiva é de que até 2025 existirão 34 Usinas Hidrelétricas operando na bacia do rio Tocantins, onde estão inclusos o rio Tocantins e seus afluentes, conforme demonstrado na figura (1) acima (EPE, 2007). O resultado da modificação que será acarretada ao curso da mencionada bacia hidrográfica parece ser algo satisfatório para os proponentes deste conjunto de barragens.

De acordo com dados da Empresa de Pesquisa Energética- EPE, o conjunto de Usinas Hidrelétricas destacado produzirá um total de 18.953 MW. Isso parece justificar a modificação dos rios que serão barrados. Por outro lado, a história da construção de barragens mostra que este tipo de tecnologia desestrutura a vida de muitos agentes sociais. Isto decorre, geralmente, da perda dos territórios em que estes agentes sociais costumavam habitar.

Desse conjunto de barragens destaca-se o que está situado ao longo do rio Tocantins, por ser mais numeroso. Aliás, o vasto potencial hidrelétrico que o rio Tocantins congrega aparece nos discursos oficiais como fator legitimador dessas sucessivas intervenções. Além disso, ao sobrepor o interesse pelo potencial hidrelétrico presente nas águas do rio Tocantins, o referido discurso deixa de lado uma questão essencial: a de que diversos grupos sociais têm as suas histórias, territórios, culturas, economias e organização social atrelada à dinâmica do rio Tocantins.

MAPA 2: CADEIA DE BARRAGENS NA BACIA DO RIO TOCANTINS ATÉ 2025.



Fonte: Empresa de Pesquisa Energética - EPE (2007).

O que parece se revelar é que a busca pelos potenciais energéticos estão acima de qualquer outra questão. Os sete barramentos já materializados no rio Tocantins mostram muito bem essa sede de produção de energia. Os MWs produzidos são destacados como uma espécie de troféu.

O potencial hidrelétrico instalado na bacia do rio Tocantins é de 11.489,5 MW, distribuídos em sete usinas hidrelétricas em operação, com destaque para Tucuruí, localizada no baixo Tocantins, e as usinas de Serra da Mesa, Cana Brava e Luís Eduardo Magalhães, localizadas no alto e médio Tocantins (EPE, 2007, p. 57-58).

Dentre as sete Usinas Hidrelétricas instaladas no rio Tocantins, A UHE de Tucuruí⁸ foi a pioneira (1975 a 1984). Desde a edificação daquela barragem, a relação da Eletronorte com os grupos atingidos não tem sido nada pacífica. Os embates travados estiveram relacionados, principalmente, a questões ligadas a insuficiência e morosidade no pagamento das indenizações; ao processo de reassentamento; às condições de vida inadequadas nos lugares de reassentamento; pragas de mosquitos que proliferaram após o enchimento do lago da referida barragem, dentre tantas outras situações (ACSELRAD; SILVA, 2004; FEARNSSIDE, 2002; MAGALHÃES, 2005).

Conforme assinalam Acselrad; Silva (2004), a partir dos anos de 1980 as mobilizações sociais emergiram como uma forma de exigir da Eletronorte medidas para sanear as péssimas condições sob as quais muitos agentes sociais estavam vivendo. Nesse contexto de conflito, novas situações acabaram surgindo e, de certa maneira, colocavam em questão as limitações dos estudos realizados pela Eletronorte dimensionando os impactos sociais e ambientais daquela barragem.

Menos de um ano após o fechamento do reservatório, agentes sociais que viviam às margens do rio Tocantins abaixo da área de formação do lago da barragem de Tucuruí, reclamavam sobre alterações no ambiente aquático (FEARNSSIDE, 2002). Essas alterações implicavam na modificação da qualidade da água; no comportamento dos peixes; na elevação de incidência de doenças; e na queda da produção do cacau nativo e de açaí (ACSELRAD; SILVA, 2004). O fato é que:

Em maio de 1991 foram divulgados os resultados de pesquisa realizada pela Universidade Helsinque sobre a qualidade da água do Reservatório de Tucuruí: a cadeia alimentar dos povos ribeirinhos e indígenas da região

⁸ A Usina Hidrelétrica de Tucuruí é a maior em operação na bacia do Araguaia Tocantins. Com potência instalada de 8.370 MW, o seu reservatório ocupa uma área de 3.247 km² (EPE, 2007).

estaria seriamente contaminada pelo efeito do metil-mercúrio lançado no meio ambiente provavelmente pela ação das turbinas, verificando-se casos de intoxicação até 40 vezes superiores ao máximo suportável pelo corpo humano, segundo padrões da Organização Mundial de Saúde (ACSELRAD; SILVA, 2004, p. 176).

A amplitude dos efeitos negativos decorrentes da implantação da barragem de Tucuruí alcançou a área que não foi alagada. Isso significa que considerar atingida somente a área a ser inundada é tratar de forma insatisfatória as implicações do erguimento de uma Usina Hidrelétrica. Entretanto, conforme o já explicitado por Mello (2012) e Vainer (2008), a questão ainda continua sendo abordada com essa incipiência.

É preciso destacar, ainda em relação à implantação da UHE de Tucuruí, o fenômeno do deslocamento. Para Acselrad; Silva (2004) este fenômeno teve duas dimensões. A primeira dimensão do deslocamento é a compulsória. A segunda é a sua dimensão “espontânea”.

O primeiro caso remete a transferência obrigatória dos camponeses que viviam às margens do rio Tocantins para áreas secas de beira de estrada, e também “para lotes rigidamente delimitados pelas fronteiras da propriedade privada” (ACSELRAD; SILVA, 2004, p. 177). Houve um desencontro entre as condições sociais de reprodução da vida, nos locais de reassentamento ofertados pela Eletronorte, e o modo de vida dos camponeses que foram conduzidos para aqueles locais (MAGALHÃES, 1996; 2004). Isso repercutiu na outra face do deslocamento.

Esta outra dimensão dos deslocamentos, isto é, aquela tida como “espontânea” revela, na verdade, a dimensão dos efeitos sociais discutida no primeiro capítulo, onde o ser humano busca assumir o controle do seu destino, mesmo em condições desfavoráveis. É o caso, por exemplo, do retorno de agentes sociais para territórios circunvizinhos ao lago da barragem de Tucuruí, de onde foram retirados grandes contingentes populacionais.

Para Acselrad; Silva (2004, p. 177) o deslocamento “espontâneo” exprime “a instabilização social provocada pela alteração do ambiente físico-natural após o enchimento do reservatório”. Por outro lado, tais deslocamentos revelam as incertezas a que foram lançados os agentes sociais “em face da configuração específica do programa de relocações implementado pela Eletronorte na área” (ACSELRAD; SILVA, 2004, p. 177). A configuração restrita dos programas de reassentamento revela que há uma ausência de debate e de negociação direta com os grupos atingidos.

Em virtude desse diálogo escasso, os conflitos sociais foram se desdobrando. Cada vez mais a Eletronorte passou a sofrer pressões em diversos sentidos. Nas pautas, além de medidas com vistas a sanear a qualidade de vida, havia pressões para que a Eletronorte reconhecesse as Comissões de Expropriados como sujeitos políticos legítimos na representação dos grupos atingidos.

Desde as primeiras tentativas de negociação esboçadas em 1981, até os mais recentes episódios de mobilização dos expropriados, esteve colocada a questão do reconhecimento político da representatividade das Comissões de Expropriados por parte da Eletronorte (ACSELRAD; SILVA, 2004, p. 177).

Os conflitos sociais começaram a se projetar, pondo em destaque tanto os problemas socioculturais causados pela implantação da barragem de Tucuruí, quanto os agentes sociais acometidos por estes problemas. Estes últimos, de uma forma ou de outra, puseram em questão a positividade daquele empreendimento hidrelétrico na medida em que tornaram públicas as situações de desestabilização social que surgiram em decorrência de sua existência.

Transcorridos 20 anos após a construção da barragem de Tucuruí, havia um saldo imenso de acampamentos, reivindicações e de negociações (MAGALHÃES, 2005). No ano de 2004, estes eventos continuaram a se repetir. Um acampamento foi montado na área da Eletronorte, na cidade de Tucuruí. Diversas famílias estavam ali presentes. O intuito era buscar o diálogo com a Eletronorte, destacando os problemas decorrentes da implantação daquela tecnologia.

Não houve, naquela ocasião, “uma resposta definitiva e conciliadora sobre as reivindicações que, agora, diziam respeito ao *expropriados* da primeira e da segunda etapa” (MAGALHÃES, 2005, p. 246 grifos da autora). A primeira etapa de enchimento do reservatório da barragem elevou às águas do rio Tocantins a altura de 35 metros acima do nível do mar. Por isso, é chamada de cota 35. A segunda etapa elevou as águas ao nível de 75 metros acima do nível do mar (ACSELRAD; SILVA, 2004).

Estas duas situações forçaram grupos sociais diversos a assumirem a identidade de expropriados. Estes, desde então, tem se colocado como sujeitos políticos no enfrentamento com a Eletronorte. O clima, no ano de 2004, era revelador de quão intensa é a dimensão do conflito, mesmo após duas décadas do término da barragem.

Desde abril de 2004, em um período contabilizado em exatos 56 dias, dezenas de barracas abrigavam centenas de pessoas, que têm se revezado com a expectativa de resolver uma situação que consideram *pendente* há 20 anos. *Pendência* é a palavra que os *expropriados* utilizam para remarcar a situação que eles vivenciam, por sua vez, atribuída à dívida social contraída e não paga- pela ELETRONORTE. Para os *expropriados* da primeira etapa, as *pendências* vem se prolongando e, por vezes, se metamorfoseando, desde 1984. E, todas dizem respeito, direta e indiretamente, ao modo como a ELETRONORTE tratou as populações a serem transferidas e seus territórios (MAGALHÃES, 2005, p. 246 grifos da autora).

O fato é que, conforme analisa Magalhães (2005, p. 247 grifos da autora), “as chamadas *pendências de Tucuruí* são repostas ano-ano, dia a dia pelos movimentos social e sindical”. Nesse sentido, a UHE de Tucuruí continua atual em decorrência destes movimentos. Imortalizadas na memória social dos grupos, as consequências da construção da barragem de Tucuruí não param de ser replicadas (MAGALHÃES, 2005).

A história do grupo indígena Akrãtikatêjê, obrigado a sair de seu território sob pressão da Eletronorte, configura um caso ilustrativo dessa memória social constantemente atualizada. O território em que o grupo destacado vivia foi submerso pelo lago da barragem. Em virtude disso, eles tiveram que se deslocar em meio a ameaças, violência psicológica e física⁹ para a Reserva Indígena Mãe Maria, situada no sudeste paraense.

Nos dias de hoje, com a Usina Hidrelétrica de Marabá em processo de viabilização (projeto este que também pode afetá-los), a memória social do grupo e a experiência do deslocamento compulsório emerge como uma forma de alerta para outros grupos sociais. Ao mesmo tempo, essa memória reflete o fato de que a construção da barragem de Tucuruí não beneficiou os Akrãtikatêjê em vários sentidos. É o que revela, por exemplo, uma de suas lideranças.

[...] E hoje em dia meus filhos só sabem de histórias, eu falo pra eles assim: que a gente mora aqui na Mãe Maria, mas na verdade nós somos de Tucuruí. Eu me sinto tipo uma inquilina morando na terra dos outros, eu penso assim. Porque eu queria mesmo a minha terra pra morar. Às vezes eu penso em juntar meu povo e convencer meu povo a ir embora para minha terra, lá em Tucuruí, mas quando eu vou, eu vejo que não tem como mais morar ali. Mas me dá saudade, eu penso assim, queria que voltasse como era antes, né? Não

⁹Payaré, liderança principal do grupo indígena Akrãtikatêjê, quase teve a sua mão esquerda decepada, no ano de 1984, quando fora pressionado a sair do seu território, situado à margem direita do rio Tocantins, lugar em que foi erguido o canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (MARIN; TRINDADE, 2010).

tem como voltar. Então é um rio morto mesmo, é uma terra mesmo morta que acabou¹⁰.

A memória social do território de origem remete a um apego que é constantemente reatualizado. Além disso, as novas condições de vida não parecem se aproximar daquelas que se foram em decorrência da inundação do território em Tucuruí. A vontade de poder voltar na história e viver a vida “como era antes” evidencia o quanto os efeitos da barragem de Tucuruí ainda são sentidos pelo grupo. A vontade de retornar ao território, no entanto, chega a ser interrompida pela constatação de que o rio, naquele espaço, já não é aquele de antigamente, porque está “morto” e, junto com ele, a terra também “se acabou”.

Nesse sentido, a memória social do grupo indígena Akrâtikatêjê reconstrói aquele evento como algo digno de pouca ou nenhuma credibilidade. Isso se revela, geralmente, nos espaços de debate aonde os Akrâtikatêjê destacam, com tenacidade, a negatividade que significou a barragem de Tucuruí para eles.

Todos esses elementos aparecem como lições aprendidas da mais dura forma, mas que compõem as experiências daqueles agentes sociais, e agora influenciam nas decisões tomadas em relação à implantação da barragem de Marabá. Conforme destaca a liderança indígena mencionada:

Hoje em dia a Eletronorte quer fazer de novo uma barragem. A gente tá pedindo socorro né? Pra quem a gente pede ajuda, para poder nos ajudar, para não acontecer mais o que aconteceu? [...].
E hoje em dia a gente está lutando, a gente está se unindo, pedindo para o povo que agente se una com todo mundo, para nós ter essa força de impedir a barragem, pra não ser mais construída, porque é muito triste [...] (Fala de uma das lideranças indígenas Akrâtikatêjê, 25 fevereiro de 2014).

O passado, nesse sentido, é extremamente pedagógico. Ele fornece elementos para pensar no quanto as experiências herdadas da construção da UHE de Tucuruí podem ajudar nos enfrentamentos com os grupos interessados na construção da UHE de Marabá. Uma das estratégias encontradas é a busca de uma unidade para este

¹⁰Fala proferida no “Ciclo de Palestras: comunicação em Cartografia Social- experiências sociais e questões socioambientais em projetos hidroelétricos no sudeste do Pará”, realizado na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), cidade de Marabá-PA, no dia 25 de fevereiro de 2014. O evento envolveu diversas entidades. Dentre elas está a Faculdade de Educação do Campo (UNIFESSPA), Observatório Socioambiental do Sudeste Paraense, Comissão Pastoral da Terra- CPT-, Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/ Núcleo Marabá- PNCSA, Projeto MAPEAMENTO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO TERRITORIAL CONTRA O DESMATAMENTO E A DEVASTAÇÃO: Processo de capacitação de Povos e Comunidades Tradicionais.

enfrentamento. A coletividade, ou como destaca Simmel (1983), a união das tendências convergentes, parece ser uma das estratégias em vista.

É nesse sentido que os grupos afetados pela barragem de Tucuruí deram outro significado as experiências negativas (construídas em decorrência da perda de territórios, insuficiência de indenização, reassentamentos inadequados, dentre outras situações), e passaram a construir mobilizações políticas denunciando e buscando os direitos que a Eletronorte deixou pendente (MAGALHÃES, 2005).

Ainda no sudeste paraense, as repercussões da barragem de Marabá já se desenham. Duas situações são emblemáticas para ilustrar essa questão. A primeira situação é expressa pela postura do poder público municipal diante do sentido que a UHE de Marabá representa para ele. A segunda situação é a reação dos agentes sociais que tem que conviver com a ameaça representada por esta tecnologia aos seus territórios.

3.2 A BARRAGEM DE MARABÁ E AS PERSPECTIVAS EM CONFLITO NO SUDESTE PARAENSE

A bacia do Araguaia – Tocantins, de acordo com Cruz (2009) citando dados da ELETRONORTE, teve o seu inventário divulgado pela primeira vez nos anos de 1976. Em 1980, a Eletronorte atualizou esse documento. Nele estava previsto a formação de um complexo hidrelétrico grandioso para esta região hidrográfica, lugar no qual a barragem de Marabá estaria presente. Entretanto, naquele período, a Usina Hidrelétrica de Marabá não veio a ser instalada, ficando suspensa.

Depois de muito tempo sem ganhar destaque o referido projeto foi reavivado, no limiar do século XXI, pelo governo brasileiro. Através do ofício n.º 1173/2005-SGH/ANEEL autorizou-se o desenvolvimento dos Estudos de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental da barragem de Marabá. À frente de tais estudos estão as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A (Eletronorte) e o grupo Construção e Comércio Camargo Corrêa S.A (ELETROBRÁS/ELETRONORTE, 2013).

Com a formação do lago de 1.115 km² na ocasião da presença desta Usina Hidrelétrica, prevê-se que 12 municípios do estado do Pará, Tocantins e Maranhão tenham parte de seus territórios inundada. No Pará os municípios afetados serão: Marabá, São João do Araguaia, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia e

Palestina do Pará. Em Tocantins: Esperantina, São Sebastião do Tocantins, Araguatins, Ananás e Buriti do Tocantins. No Maranhão: São Pedro da Água Branca e Vila Nova dos Martírios¹¹. A implantação desta tecnologia esta custeada em cerca de 12 bilhões de reais. A potência gerada, no final de todo o processo, será de 2160 MW.

De acordo com a Eletronorte, serão afetadas cerca de 7.888 pessoas, somando as populações rurais e urbanas, nos três estados. Estes números, traduzidos em termos de famílias, correspondem a 2.075 famílias. Dos grupos familiares mencionados, 858 habitam a zona urbana e 1.217 habitam o meio rural¹². Entretanto, tais números têm sido contestados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens em Marabá. Ao invés de serem afetadas apenas 2.075 famílias, a estimativa é a de que 10 mil famílias, que vivem as margens do rio Tocantins possam ser atingidas pela construção da barragem em destaque¹³.

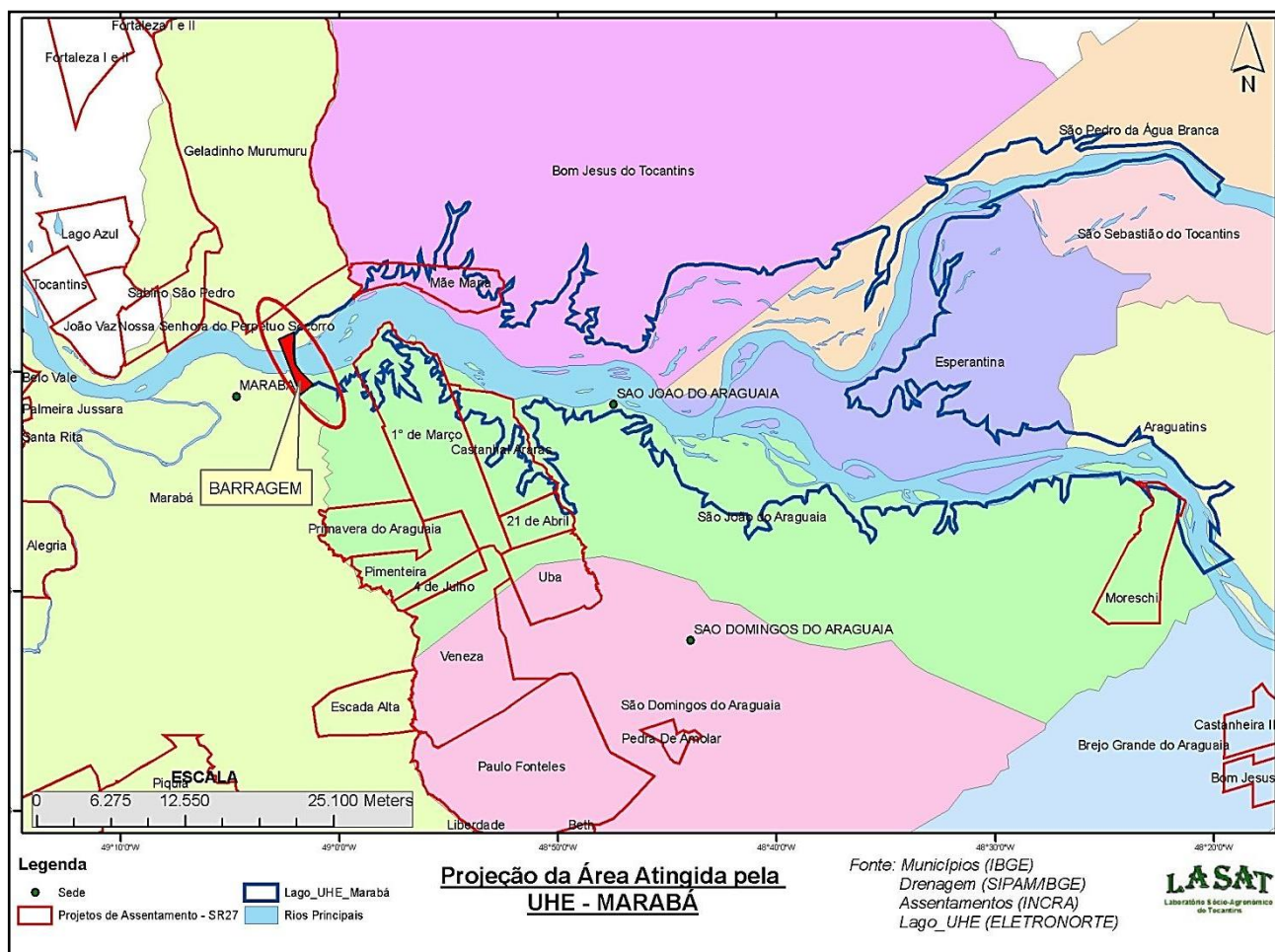
O mapa (3) abaixo demonstra as áreas que estão no eixo de interferência deste empreendimento hidrelétrico, no sudeste paraense.

¹¹Esses dados foram obtidos em um material denominado “DIÁLOGO, AHE Marabá comunicação e informação. *Perguntas e Respostas Sobre os Estudos da Barragem Marabá*. Marabá-PA, 2012”, o qual está sendo distribuído para os grupos que estão no eixo da barragem de Marabá. Representantes da empresa “Diálogo”, projeto de comunicação social contratado pela Eletronorte e o grupo Camargo Corrêa a fim de estabelecer contato direto com as populações, distribuem com afinho estes folders.

¹²ELETROBRAS/ELETRONORTE. *AHE Marabá*. Câmara Municipal de Vereadores de Marabá. Apresentação de Power Point. 23 maio de 2013.

¹³Dados disponíveis em *Hidrelétrica de Marabá*: obras devem começar em 2014. 20 de janeiro de 2014. Disponível em <www.marabanoticias.com> acessado em 06 de março de 2014.

MAPA 3: PROJEÇÃO DA ÁREA A SER ATINGIDA PELA BARRAGEM DE MARABÁ NO SUDESTE PARAENSE



Fonte: Lasat (2009).

Neste mapa estão representadas várias localidades da região sudeste do Pará. Tanto os assentamentos ai presentes, como as áreas urbanas sofrerão interferência do lago da barragem aqui discutida. Destacam-se os assentamentos, na parte inferior do mapa, 1º de março, Castanhal Araras, Ubá, 21 de abril, e também o município de São João do Araguaia. Na parte superior (outro lado do rio), embora não apareça, está situado o P.A Mãe Maria, e as vilas Bacabal Grande e bacabalzinho. O avanço das águas do lago da barragem de Marabá está representado pelo traçado azul, que está em formato irregular.

O quadro (1) a seguir sintetiza as diferentes localidades urbanas dos estados do Pará, Tocantins e Maranhão a serem afetadas totalmente por esta hidrelétrica:

Quadro 1- ALAGAMENTO TOTAL DE “ÁREAS URBANAS” PELO LAGO DA BARRAGEM DE MARABÁ

Cidade	Estado	Localidades
Marabá	Pará	Vila Espírito Santo
São João do Araguaia	Pará	Vila Landi
São Pedro da Água Branca	Maranhão	Vila Muruim
Bom Jesus do Tocantins	Pará	Vila Bacabal Grande e Bacabalzinho
Esperantina	Tocantins	Vila Pedra Grande, Agrovila P.A Lago Preto e Agrovila P.A Tocantins

Fonte: Adaptado de ELETROBRAS/ELETRONORTE (2013).

É curioso neste quadro o fato de que, apesar de muitas vilas e comunidades (dentre elas a vila Espírito Santo) estarem situadas em ambientes rurais, percebe-se o esforço da ELETRONORTE em classificá-las como urbanas. Isto pode ser indicativo de uma estratégia para tangenciar os custos de um possível reassentamento rural, que certamente é mais complexo, porque exige a busca de locais e terras específicas para as famílias deslocadas. Quando se classifica tais comunidades rurais a partir de parâmetros urbanos, fica clara a intenção dos empreendedores de se esquivar de um processo indenizatório minimamente respeitável, e também de invisibilizar essas distintas formas de vida referenciadas no uso da terra e do rio.

Nestes casos, obviamente, a perda dos territórios é uma realidade iminente. Além dessas situações, há outros territórios que, embora não apareçam como totalmente inundados, vão amargar a interferência do lago da barragem. O quadro (2) destaca, também com base em dados da ELETRONORTE, as áreas que sofrerão inundações parciais.

Quadro 2- ALAGAMENTO PARCIAL DE “ÁREAS URBANAS” PELA BARRAGEM DE MARABÁ

Cidade	Estado	Localidades
Palestina do Pará	Pará	Vila Galiléia, Vila Porto das Balsas e Vila Santa Isabel
Brejo Grande do Araguaia	Pará	Vila São Raimundo do Araguaia
São Pedro da Água Branca	Maranhão	Vila cocal
São João do Araguaia	Pará	Sede Urbana, Vila apinajés, Vila Ponta de Pedra e Vila Prainha
Ananás	Tocantins	Vila Antonina
Araguatins	Tocantins	Sede Urbana
Esperantina	Tocantins	Sede Urbana e Vila São Francisco
São Sebastião do Tocantins	Tocantins	Sede Urbana

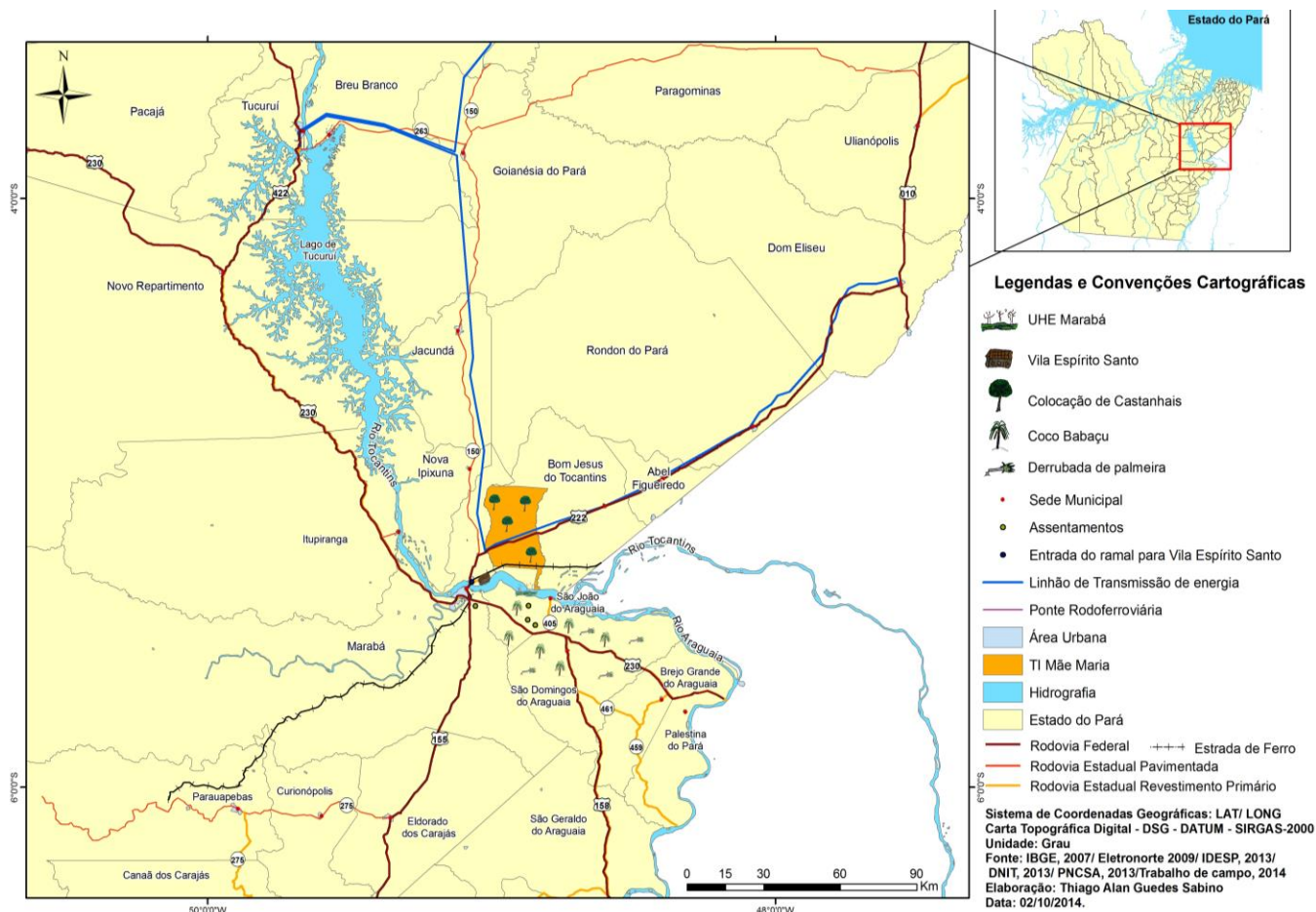
Fonte: Adaptado de ELETROBRAS/ELETRONORTE (2013).

Este conjunto de situações remete aos impactos da barragem de Marabá em diferentes territórios atingidos pelo lago. Mesmo as localidades tratadas como “inundadas parcialmente” sentirão os prejuízos. É o caso, por exemplo, dos agentes sociais que transitam, em épocas de festejos religiosos, entre São João do Araguaia, Apinajés e a Vila Espírito Santo: esta última sob a ameaça de inundação total (ver quadro 1). Com a extinção da vila Esp  rito Santo esses laços sociais podem sofrer abalos, já que esta conexão pode ser prejudicada.

As discussões debatendo a construção da barragem de Marabá já se desenham no sudeste paraense, e apontam em várias direções. No dia 23 de maio do ano de 2013 em uma pequena sala da câmara de vereadores de Marabá, representantes da Eletronorte expuseram os resultados parciais dos Estudos de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) deste projeto hidrelétrico.

Naquela ocasião, destacou-se que o gargalo para a conclusão destes estudos tem sido o que se denominou de “componente indígena”. Ou seja, só resta estudar a área da Reserva Indígena Mãe Maria (sudeste paraense), onde vivem os grupos indígenas Akr tikat j , Parkatêjê e Kyikat j . O mapa (4) abaixo demonstra diversos espaços do sudeste paraense, inclusive a reserva em destaque.

MAPA 4- RESERVA INDÍGENA MÃE MARIA E TERRITÓRIOS ADJACENTES



Elaboração: Thiago Alan Guedes Sabino, pesquisador PNCSA (2014).

Se a intervenção prevista pelo lago da barragem de Marabá se consolidar, ela vai estar se somando a presença da BR 222, da Estrada de Ferro Carajás, da VALE, e ao Linhão da Eletronorte, empreendimentos que já atravessam aquele território de uma ponta à outra. Além disso, na área da reserva, está prevista também a instalação de uma linha de telefonia móvel (inclusive já recusada pelo grupo Akrãtikatêjê).

Os conflitos relacionados à UHE de Marabá, e que envolvem a Eletronorte e os indígenas daquele território já vem se desdobrando há algum tempo. É o que revela o antropólogo do Ministério Público, em Marabá, ainda no ano de 2012:

Os estudos de impacto nas comunidades indígenas têm que ser feitos com autorização das comunidades indígenas e tem que ser estudos primários: são estudos feitos a partir das pesquisas de campo. [...] então os índios não autorizam, eles não estão autorizando fazer os estudos. Os índios estão

segurando o empreendimento nesse sentido (Entrevista concedida no dia 24 de fevereiro de 2012).

A resistência indígena tem influenciado, e muito, a não consolidação dos estudos pretendidos pela ELETRONORTE e o grupo Camargo Corrêa. Ao esboçarem tal atitude, eles demonstram que são sujeitos políticos e reivindicam autonomia sobre o território em que habitam. A ideia de que eles são meros “componentes indígenas” do Estudo de Impacto Ambiental (portanto, secundários nas decisões), esconde o seu protagonismo nesse ambiente de conflito vinculado ao processo de discussão sobre o erguimento da barragem.

Mesmo com todas essas questões, o Plano Decenal de Energia 2021 dá conta de que, em 2021, a Usina Hidrelétrica de Marabá estará em operação (BRASIL, 2012). Os debates a respeito desta tecnologia já começam a se apresentar. As demandas dos diferentes agentes sociais do sudeste paraense são colocadas com bastante vigor. Na reunião promovida pela Eletronorte na Câmara Municipal de Marabá, em maio de 2013, o poder público municipal apresentou a sua postura em relação ao empreendimento hidrelétrico mencionado.

Naquela ocasião, representantes da ELETRONORTE demonstraram otimismo em relação à efetivação e conclusão do projeto. Questionado sobre o andamento da barragem, eis o que o Superintendente de Meio Ambiente da Eletronorte responde:

Eu diria o seguinte: em 2014, nós podemos obter a Licença Prévia- a LP. E a Licença Prévia depende do governo pra colocar a Usina no Leilão. Então, nós podemos, na melhor das hipóteses, ter esse leilão no final do ano que vem [2014]. Ou então, no início de 2015. No início de 2015, a obra começaria de imediato (Fala gravada em maio de 2013).

O clima da pequena sala em que estava ocorrendo a exposição, após essa fala, começou a se agitar. Um vereador, após ouvir que ao grupo construtor do projeto hidrelétrico não cabe a obrigação de construir as eclusas para o rio continuar sendo navegável, rompeu o silêncio e entrou em um debate com o expositor. A partir desse momento todas as questões levantadas pela vereança seguiam a mesma sintonia. O teor do debate é este:

Eletronorte- Claro que não é o empreendedor que vai fazer a usina que vai fazer as eclusas. Eclusa é um empreendimento que não é do setor elétrico.

Ele é feito pelo setor dos transportes- o DNIT. Então, tem que ficar uma situação que não impeça a navegação.

Vereador- Deixa eu lhe perguntar uma coisa. Esse outro projeto é uma consequência que pode ser feito a posteriori. Quer dizer que nosso sonho da hidrovía vai esbarrar por aí? Eu fico olhando, como é que o governo do estado aceita isso? Eu fico encabulado. Não tem condições de aceitar esse projeto.

Eletronorte- Eu gostaria só de colocar o seguinte. Eu concordo com o senhor, vereador, realmente ele é incompleto. Mas, em cinco anos de construção dessa usina, o município de Marabá, em cinco anos, ele vai ter uma arrecadação superior a 300 milhões de reais (Falas gravadas em maio de 2013).

Ao eximir os grupos que farão a barragem de Marabá de construir as eclusas (e isso, de acordo com os palestrantes, está conforme o que prevê a Agência Nacional de Energia Elétrica), a Eletronorte criou um sentimento de revolta nos vereadores de Marabá, que repudiaram a construção desta tecnologia.

O fato é que, sem a construção das eclusas, outro projeto que dependerá delas fica inviabilizado. É a hidrovía Araguaia- Tocantins, a qual servirá como base para o escoamento da produção mineral e agrícola dos empresários locais. Nesse sentido, os vereadores do município de Marabá discordam da construção da barragem até certo ponto. Ora, se no projeto original do empreendimento estiver garantido a construção das eclusas, conseqüentemente, “o sonho” da Hidrovía- Araguaia Tocantins também estará garantido. Então, a Usina Hidrelétrica é considerada viável. Caso contrário, ela não deve ser construída.

Por outro lado, a ELETRONORTE deixa claro que a discussão referente à construção das eclusas tem que ser feita junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT). Ao mesmo tempo, julga que o montante arrecadado pelo município de Marabá vai compensar as deficiências contidas no projeto original da barragem. No entanto, os políticos que estavam naquele evento arguíam em favor daquilo que lhes parecia ser pertinente: a construção das eclusas para viabilizar a Hidrovía-Araguaia Tocantins.

Vereadora- É bom senso, é clareza. É visibilidade. É só olhar. Não tem ponto positivo. O ponto positivo é que nós vamos resolver a questão energética do país. [...] Nós vamos ficar só com os impactos. Vão acabar com tudo aqui, vai virar um mar de água. Quando o senhor coloca os nossos royalties é uma vergonha. São apenas 371 mil reais anual, gente. Uma esmola. O que é isso?

Deputada estadual- Aqui nós já precisamos começar ontem a preparar a nossa mão de obra. Não dá pra esperarmos o leilão, aí já começar a obra e quem vai vir trabalhar aqui? O pessoal do Sul do país. Essa região não vai aceitar essa hidrelétrica se ela for afetar em 0,0001 por cento a nossa hidrovia. É o nosso sonho. *A gente vai começar a discutir o casamento entre essa hidrovia e essa hidrelétrica. Elas têm que estar casadíssimas, porque uma não pode afetar a outra de forma negativa* (Falas gravadas em maio de 2013).

As demandas do poder público municipal aparecem nos mais variados sentidos. Contudo, não está em debate a possibilidade de impedir o erguimento da Usina Hidrelétrica prevista para esta região. Ou mesmo convocar os segmentos empresariais a ouvir o que tem a dizer os grupos sociais que terão seus territórios alagados, e as suas vidas modificadas.

A preocupação ocorre no sentido de que, com a construção da barragem, o empresariado local possa continuar tendo o “sonho” de escoar a sua produção também por meio da hidrovia mencionada. Além disso, surgem as reclamações relacionadas à insuficiência dos recursos a serem pagos ao município, em função da área a ser inundada, e também reclamações relacionadas a não formação de mão de obra local destinada a servir às construtoras.

No que diz respeito à falta de mão de obra local, questão esta levantada por uma deputada estadual presente naquele evento do dia 24 de maio de 2013, o Superintendente de Meio Ambiente da Eletronorte destacou que “A Eletronorte não é responsável pelo déficit de política pública no município de Marabá. Ela não é responsável pelas mazelas sociais. Os problemas que ela cria ela resolve”. A essa resposta um vereador reagiu da seguinte maneira:

Vereador. Quando o senhor fala que vocês não são os responsáveis pelos déficits das políticas públicas aqui na região norte, eu concordo com o senhor. O senhor realmente não é responsável. Mas com este seu projeto o senhor vai triplicar essas deficiências, e o senhor vai triplicar os problemas que nós já temos aqui na nossa região. O senhor pode ter certeza. Eu só aceito a hidrelétrica se, paralelamente a ela, forem construídas as eclusas. Nós não podemos destruir o nosso sonho da hidrovia de maneira nenhuma (Fala gravada em maio de 2013).

O “sonho da hidrovia” é o motivador dos debates e dos conflitos entre a Eletronorte e o poder público municipal. Inclusive, na perspectiva deste último grupo

social, o desenvolvimento que a Eletronorte anuncia com a barragem de Marabá só poderá ser concreto caso a Hidrovia Araguaia- Tocantins seja possível.

Aliás, o projeto da elite regional é bem mais arrojado e complexo, como destacado na fala de mais um vereador da Câmara Municipal de Marabá: “Nós temos o sonho do novo estado de Carajás; nós temos o sonho da ALPA; mas, hoje, a hidrovia é prioridade, com certeza”. Nesse sentido, o pecado maior da Eletronorte, no entendimento do poder público municipal, seria o de construir a barragem sem as eclusas.

Ainda, nesse mesmo evento, um vereador do município de Marabá, que é indígena da Reserva Indígena Mãe Maria apresentou o seu ponto de vista sobre a construção da UHE Marabá:

Vereador- Já foi concluído os Estudos de Impacto Ambiental de toda a região. Então, isso aí já foi. Já está protocolado no IBAMA. Só falta a nossa comunidade indígena para fazer os Estudos de Impactos Ambientais, que faz parte e não pode ser um estudo secundário, superficial. Eles têm que ir lá, *in loco*. Nós estamos com um posicionamento em relação à hidrelétrica de Marabá. Nós não vamos aceitar a hidrelétrica de Marabá sem, nós mesmos, fizermos um pré-estudo de impacto ambiental. Não é um estudo de governo. Nós vamos formar uma equipe multidisciplinar, formada por pessoas competentes, antropólogos que não sejam corruptos e se vendam como eu vi no caso de Belo Monte. A gente viu essa situação, e a comunidade indígena só vai fazer desse jeito. Fazer o Estudo de Impacto Ambiental, não é liberar os Estudos de Impactos Ambientais na Terra Indígena, ainda. Só depois que tiver algum parâmetro para comparar [...] (Fala gravada em maio de 2013).

O fato é que, até então, a situação de conflito dos indígenas com a Eletronorte tem permanecido. A estratégia fundamental tem sido a de não permitir a realização dos estudos restantes para consolidar o EIA/RIMA. Desse modo, já começam a emergir os primeiros efeitos sociais¹⁴ no entorno deste empreendimento. Os grupos indígenas, cômicos dos impactos que uma obra deste porte ocasiona, dão uma resposta que, de certo modo, tem atrasado o empreendimento: utilizam-se do direito constitucional de serem ouvidos, em caso de interesses dos grupos empresariais e do Estado em intervir nos seus territórios.

¹⁴A noção de efeitos sociais, conforme discutido no primeiro capítulo, busca demonstrar o protagonismo humano em situações de dominação. Este parece ser um caso ilustrativo. Afinal, há uma resposta dos grupos indígenas, sobretudo do grupo Akrâtikatêjê, em relação à construção da barragem de Marabá que, de certa maneira, tem impedido a consolidação dos estudos de EIA/RIMA e, por isso, não foi dado “sinal verde” para a construção do referido empreendimento.

Mesmo com um posicionamento tão firme em relação à realização dos estudos na Reserva Indígena Mãe Maria, o indígena, que é também vereador, acaba assumindo outra postura, já que transita entre o poder público municipal e a realidade indígena. Depois de declarar que o seu povo está correto em não liberar os estudos na reserva para elaboração do EIA/RIMA, ele diz o seguinte ao representante da Eletronorte: “Quero dizer para o senhor que, como vereador de Marabá, o senhor viu aí a nossa reivindicação. Você não sabe o tanto e o quanto nós estamos lutando aqui pela hidrovia”.

Situações como estas refletem o quanto é forte a reivindicação do poder público municipal marabaense pela materialização da Hidrovia Araguaia-Tocantins¹⁵. Nesse sentido, caso a barragem aludida signifique uma ameaça a este “sonho”, ela não convém a este grupo social. Por outro lado, se ela der vazão ao projeto de escoamento da produção através do rio Tocantins, ela é perfeitamente aceitável.

Entretanto, as demandas colocadas por aqueles políticos não se assemelham ao que veiculam os agentes sociais que vivem às margens do rio Tocantins. São ribeirinhos, assentados, pescadores, mulheres quebradeiras de coco babaçu, grupos indígenas, pequenos proprietários que enxergam a barragem de uma forma diferente.

Na vila Apinajés, pertencente ao município de São João do Araguaia, a discussão dos agentes sociais está muito mais relacionada às relações com o território de que com outras questões. O município de São João do Araguaia, distante cerca de 50 Km de Marabá, se configura na cidade mais antiga do sudeste paraense, cuja estrutura data de 1850 (EMMI, 1999). Situado no encontro do rio Araguaia com o rio Tocantins, ele goza de uma posição privilegiada de contato com o rio. Apinajés também tem essa particularidade. Distante apenas cinco quilômetros de São João do Araguaia, esse contato com o rio é bastante estreito. As figuras (2 e 3) abaixo destacam a visão do porto situado naquela vila:

¹⁵ O prefeito de Marabá também compartilha deste anseio. Em junho de 2013, ele esteve em Brasília dialogando com o diretor de Planejamento e Engenharia da Eletronorte, a fim de lutar pela inserção das eclusas no projeto original da barragem. Dados extraídos de: *Confirmado: Hidrelétrica de Marabá começa em 2015*. 04 de junho de 2013. Disponível em <www.marabanoticias.com> acessado em 06 de março de 2014.



Figura 2: UMA DAS “PORTAS” DE ENTRADA E SAÍDA DA VILA APINAJÉS: ilustração do porto em época de seca do rio Tocantins.

Fonte: Cristiano Silva (2012).



Figura 3: UMA DAS “PORTAS” DE ENTRADA E SAÍDA DA VILA APINAJÉS: ilustração do porto em época de cheia do rio Tocantins.

Fonte: Cristiano Silva (2012).

O porto de Apinajés representa uma das portas de saída para diversas praias, ilhas, vilas e cidades que estão situadas às margens do rio Tocantins e do rio Araguaia (este último é bem próximo dali). Especialmente em épocas de seca do rio Tocantins, os turistas se deslocam, em busca de lazer e diversão, para lugares banhados pelas águas daquele rio (SILVA, 2012).

A barragem de Marabá tem simbolizado uma ameaça ao seu território, tanto em relação à beleza do rio Tocantins, como à vida e à história dos agentes sociais presentes naquele espaço. É o que destaca uma das moradoras que vive ali desde 1954. Em sua leitura própria sobre o significado da construção deste empreendimento, ela destaca o seguinte:

Acho muito ruim. Pra mim é uma tristeza, porque cada beleza do rio, cada beleza do lugar, nós vamos pra onde? Diz, “vão pra outro lugar”, mas a saudade daqui nunca sai. Se Deus quiser não vem essa barragem, tão cedo... Se ela vier é muito ruim. Se ela não vier é melhor. É muito ruim, acaba as belezas da beira do rio, onde os meninos brincam. O povo de fora vem, acha uma maravilha. Mas eu gosto de ver a beleza do rio (Entrevista concedida em julho de 2011).

A preocupação destacada é a de não saber lidar com a ausência dessas referências espaciais. Isto é, com a ausência da beleza do rio; da beleza do lugar; dos meninos brincando nas margens daquelas águas e com o fim da ida de turistas, que são de outros lugares, para a vila. Todos esses elementos parecem compor um conjunto e, se estiverem ausentes, como revelado nesta fala, produzirão uma saudade que “nunca sai”.

Junto com a preocupação no entorno da perda das referências espaciais, está também a apreensão relacionada com a dificuldade de recompor a vida. Ponderando sobre a ideia de ser deslocado compulsoriamente, um senhor, também residente no território da vila Apinajés, pormenoriza as razões de não concordar com este projeto hidroelétrico na região.

[...] sou contra, mesmo que eles façam, eu não dou meu apoio pra eles não. Sou contra porque eu tenho um sítio que dá manga pra gente comer à vontade, dá caju, dá banana, dá cupu, dá acerola, dá murici, dá jaca tudo que pensar tem lá dentro. Tem um poço que dá água pra mim e todo mundo que quiser (...). Então, é uma coisa fantástica. Então tudo está organizado. Pra botar isso [A UHE DE MARABÁ], desorganiza tudo e a gente não sabe se torna a se equilibrar tudo na idade que tá. É ruim (Entrevista concedida em fevereiro de 2012).

A desorganização da vida, nesse sentido, remete a ideia de ter que deixar tudo para trás, sem perspectivas de reconstrução, já que a idade está avançada. A fala acima também mostra que a construção da barragem de Marabá não goza da aquiescência dos agentes sociais que estão no seu eixo de inundação. Consciente de que esta barragem “desorganiza tudo”, a conclusão a que se chega é a de que ela “é ruim”. Outras situações sintetizam a relação dos agentes sociais da vila Apinajés com os grupos interessados na construção desta tecnologia.

O relato abaixo põe em relevo duas destas situações. A primeira mostra alguns parâmetros utilizados pelos empreendedores para mensurar o que deve ser indenizado. E, em segundo lugar, fica demonstrada a insuficiência com que esta questão esta sendo tratada. É o que narra um agricultor residente na vila Apinajés:

Quando eles foram fazer a marcação lá na minha terra, o doutor que estava na linha de frente lá, conversei muito com ele. Ele foi quem me orientou a plantar muita coisa. Porque, veja bem, mata nativa eles não paga. Eles só pagam o que a gente faz. Só o que faz. [...] só tem valor o que tá plantado, a mata nativa não (Entrevista concedida em dezembro de 2012).

A propriedade onde este agricultor cultiva as suas plantações é uma ilha. As ilhas são partes do território dos agentes sociais da vila Apinajés, e elas são cultivadas em épocas em que o rio Tocantins está secando, momento este que a terra fica umedecida e própria para esta atividade. Cômico de que a sua propriedade irá inundar, o agricultor destacado intensifica a sua plantação. Essa intensificação, como ele mesmo revela, tem a ver com a orientação recebida do técnico a serviço das empresas a frente deste projeto hidrelétrico. Por outro lado, o receio de ter prejuízo ao ser indenizado é também a causa no aumento do ritmo da plantação, já que ele foi advertido que “só tem valor o que tá plantado, a mata nativa não”.

Esta situação revela, conforme destacado por Nobrega (2011) e Vainer (2008) no primeiro capítulo desta dissertação, que as mudanças no comportamento dos agentes sociais não ocorrem só depois da construção de uma barragem. Elas podem ocorrer antes, durante e depois. Durante o ciclo de uma barragem, os grupos sociais, indivíduos e famílias são afetados de diferentes formas. Neste caso, o agricultor residente na vila Apinajés deu um novo ritmo a sua atividade, temendo prejuízos, em função do aviso que lhe fora dado em relação a insuficiente indenização, caso a sua plantação fosse pequena. Há também casos contrários, conforme será destacado no próximo capítulo, de

indivíduos que se sentem desestimulados a dar sequência as atividades, em virtude da aflição de saber que terão que deixar seus domínios territoriais.

Outra avaliação definidora da tenacidade com a qual os agentes sociais da vila Apinajés dizem “não” a barragem de Marabá, é aquela protagonizada por um jovem. Questionado sobre o porquê de ser contra a barragem de Marabá, ele diz o seguinte:

Eu sou contra devido à história: a gente que nasceu aqui, né. E eles falam que vem progresso, mas esse progresso não interessa pra gente não, por que se a gente quisesse progresso já tínhamos ido para a cidade, assim, acompanhando aquele progresso deles (Entrevista cedida em fevereiro de 2012).

Além de se reportar à história, o jovem também ressaltou que, para ele, “a barragem não barra só o rio, barra a vida, barra a continuidade dos sonhos”¹⁶. São posicionamentos como estes que dão a tônica das relações dos agentes sociais do sudeste paraense, com os interessados na construção da barragem de Marabá. Desde a comunicação desta tecnologia, os agentes sociais do sudeste do Pará têm colocado, abertamente, os seus posicionamentos em relação a ela.

No dia 29 de setembro de 2008, a Associação Indígena Parkatêjê AMJIP TAR KAXUWA protocolou, junto à Administração Regional de Marabá da FUNAI e também junto ao Ministério Público Federal de Marabá, a carta 001/AIPATK/2008. O teor deste documento refletia, naquela ocasião, o posicionamento do grupo indígena Parkatêjê a respeito do empreendimento hidrelétrico de Marabá. Abaixo estão citados alguns dos pontos:

- Considerando que o quarto empreendimento dentro de nossa terra; Linha de transmissão da CELPA nos afetou com a derrubada de árvores e danos ao meio ambiente de forma significativa entre outros.
- Considerando que dentro de nossa comunidade tem muitas famílias, parentes nossos que foram vítimas da UHE Tucuruí, onde até hoje não foram reparados e compensados dos danos que lhes foram causados, inclusive a perda de seus territórios;
- Considerando que o lago da UHE Marabá irá inundar nossa maior área de produção de extrativismo (Castanha-do-pará, Cupuaçu);
- Considerando que a região que irá ser inundada contém o único refúgio de material cultural (ponta de flexa e cipó para amarrar as pontas das flexas) dentro de todo nosso território e região;
- Considerando que na região não existe terras com características iguais a nossa para serem substituídas como forma de compensação;

¹⁶Reunião realizada em julho de 2012, na vila Apinajés, por um grupo de pesquisadores da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

- Considerando que todos os empreendimentos que nos afetaram diretamente nos roubaram os territórios que eles ocuparam, isto é, nos tomaram a posse imemorial, tornando nosso território em terras deles;
- Viemos informar que nossa comunidade se reuniu e decidiu que, não temos condições psicológicas e socioculturais de aceitar mais um empreendimento em nosso território, ao qual além de nos trazer muitos problemas de todas as ordens que os outros trouxeram, ainda vai nos tirar parte daquilo que mais é sagrado, **A TERRA**.
- Deste modo e, pelo exposto, viemos expressar claramente que somos contrários a instalação da UHE Marabá no local onde ela está programada para ser realizada, pois seremos gravemente afetados.

Grande parte das situações que aparecem nesta carta dizem respeito ao próprio território, que não tem condições de suportar mais um empreendimento. Além disso, a parte que poderá ser inundada pelo lago da UHE de Marabá é o “único refúgio de material cultural” ali existente, pois dele depende a confecção de flechas para as competições. A questão de maior profundidade levantada pelo grupo indígena Parkatêjê para justificar a não aceitação da UHE de Marabá, é a que se relaciona com a perda da “posse imemorial” dos territórios em que eles habitavam. Inclusive, a memória dos seus parentes que vieram, forçosamente, de Tucuruí em virtude da construção da barragem por lá, é um caso típico de perda dessa posse imemorial, a qual tem relações com o território.

Os parentes que vieram de Tucuruí são os Akrâtikatêjê, liderados pelo cacique Payaré, símbolo da resistência contra a barragem de Tucuruí¹⁷. A situação vivenciada por este grupo é constantemente debatida nos espaços de discussões. Entre os dias 21 e 23 de março de 2014 ocorreu o evento intitulado “Seminário Carajás 30 anos: desenvolvimento ou saque e destruição?”, na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Em um dos grupos de discussões, a situação do grupo indígena Akrâtikatêjê foi ressaltada. O representante do Conselho Indigenista Missionário, em Marabá, (CIMI) lembrou o seguinte:

Os Gavião da Montanha, há 30 anos, lutam na justiça para ter o direito de ter uma terra, não semelhante aquela que eles perderam com a inundação pela hidrelétrica de Tucuruí, mas com o mesmo tamanho, pelo menos. Porque não

¹⁷Infelizmente, no momento em que desenvolvíamos pesquisas para a elaboração desta dissertação, fomos interpelados pela triste notícia de que o cacique Payaré havia falecido. O seu velório, acompanhado por lideranças de distintos movimentos sociais da região e de indígenas dos mais variados grupos, simbolizava, não a partida de um homem, mas a afirmação de sua história enquanto defensor dos direitos humanos, através do enfrentamento contra as injustiças cometidas ao seu povo pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Além disso, ele deixava bem claro que a edificação da barragem de Marabá não era de seu interesse.

vai ter a semelhança, não vai ter mais os castanhais, não vai ter a cobertura florestal, e por aí vai (Fala gravada em março de 2014).

Significa dizer que a Eletronorte, até os dias de hoje, tem pendências, para usar um termo destacado por Magalhães (2005), com os indígenas Akrâtikatêjê. Estas pendências refletem, decisivamente, no comportamento daquele grupo social, que não aceita a construção da barragem de Marabá. É o que revela uma de suas lideranças:

Hoje em dia nos estamos ameaçados de novo. Ameaçados de perder mais um pedaço dessa terra, Mãe Maria. O próprio nome já fala: mãe de todos os índios, criou todos os índios e tá criando [...]. E a gente vai lutar por ela até o fim, o que for preciso fazer pra defender, nós vamos defender. Tem aldeia que não sabe, são inocentes e diz que aceita a proposta. Coitados. Porque a Eletronorte só vem com mentira. Ela vem oferecendo: “o que é que vocês querem?, o que é que vocês querem?[...]”. Gente, é uma preocupação. Tudo isso é preocupação para nós. A gente está muito preocupado, porque a Eletronorte diz: “há! quatro aldeias já deu o parecer, falta só vocês”. Quanto tempo nós vamos segurar? É pressão, é mandando e-mail, é ligando: “só falta vocês assinarem” (Fala gravada em março de 2014).

O posicionamento do grupo indígena akrâtikatêjê reflete a relação de conflito com a Eletronorte, herdada da construção da barragem de Tucuruí. Além disso, esta instituição não tem credibilidade entre os indígenas, porque, ainda hoje não indenizou o território inundado em função da construção daquela barragem, entre os anos 70 e 80 do século XX.

A barragem de Marabá repercute, também, entre os assentados do Projeto de Assentamento Castanhal Araras, situado na área rural do município de São João do Araguaia. O P.A Castanhal Araras é o projeto de assentamento mais antigo do sudeste paraense. Ele foi criado em 1987, resultando, de acordo com Cruz (2009, p. 37-38), da “reivindicação e pressão dos posseiros organizados dentro do movimento sindical. Esta luta contou ainda com a participação ativa dos indígenas do Grupo Parkatêjê da etnia Gavião”. A história da luta pela terra, nessa porção do espaço, tem como referência a conquista do mencionado projeto de assentamento.

Entretanto, as experiências sociais de luta e organização que ele congrega estão ameaçadas. Desde 2007 tem se intensificado o espectro da barragem de Marabá, “período em que os técnicos das empresas a serviço da ELETRONORTE invadiam os lotes, tirando medidas e implantando o medo, afirmando que a barragem iria sair e que não tinha o que ser feito para impedir” (CRUZ, 2009, p. 49). Ou seja, não bastasse a desconsideração pela história do lugar, a maneira com que os interessados na edificação

dessa hidrelétrica abordam os agentes sociais ali territorializados é a mais estarrecedora e ríspida que se possa imaginar. Aliás, esse tipo de postura já não é novidade em contextos onde o interesse na edificação de usinas hidrelétricas tenta sobrepujar quaisquer outros interesses existentes (NOBREGA, 2011).

Em estudo no P.A Castanhal Araras, Cruz (2009, p.50) destaca a fala de uma das agentes sociais pioneiras daquele assentamento, onde está demonstrado como é real o receio de ter o território alagado e a história interrompida:

[...] A gente vê falar, né, que vai começar em dois mil e dez. Dois mil e dez que eu vi falar e isso aqui vai alagar tudo, o meu marido já fez até promessa pra num sair, né. Ele disse que se essa hidrelétrica não vier, ele vai construir uma igreja pra nossa Senhora Aparecida, porque aqui é onde a gente criou os filhos, aí tem muitas coisas que desgosta a gente, mas aí eu tenho como sair também, né, e deixar o lote, porque é uma coisa que a gente paga ele. É uma coisa que a gente adquiriu com muita luta, aí a gente, eu tem minhas filhas que moram em Goiânia, e aí lá tem como sobreviver e deixar o lote, mas eu não queria vê isso aqui alagado, que aqui já tem duas neta, né. Uma neta e um neto, aí isso aqui é uma história que eu queria deixar, assim, pra meus netos, pra quando eles crescessem aí eles tenham como vê onde a mãe deles nasceu, onde os tios foram criados, isso é assim um sonho meu.

A promessa de “construir uma igreja pra nossa Senhora Aparecida”, se a barragem for interrompida, mostra a dimensão do descontentamento em relação a esta obra. E a preocupação avança para outro tempo, e recai sobre as gerações futuras, que não poderão ver o lugar em que “a mãe deles nasceu, onde os tios foram criados”, e isso, conforme o relato daquela senhora interrompe o seu sonho.

O Boletim Informativo nº 4 PNCSA (2010, p. 6), ao mencionar a fala de uma agente social integrante do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e assentada no PA 21 de Abril, destaca a sua intranquilidade em relação à barragem de Marabá. De acordo com ela:

Hoje todo mundo tá velho. Não tem condições de colocarem a gente debaixo da água, é muito difícil a gente chegar, ver o lote da gente virar só água. Quando eu vejo falar disso, eu fico triste demais. Tudo que a gente sofreu aqui por um pedaço de terra, pra hoje a gente, de repente, sair. É difícil demais. [...] eu luto por aquele lugar, porque eu amo aquele lugar, onde a gente criou nossos filhos, trabalhou (...). A gente luta muito, enquanto eu puder lutar, eu luto por aquele lugar. O que depender de mim eu luto mesmo. Eu amo aquele lugar.

A preocupação em reestruturar a vida, após a intervenção do lago da UHE de Marabá, é recorrente, como já abordado no contexto da vila Apinajés. Também é recorrente a tristeza que acomete as pessoas quando estas lembram que os seus lotes podem ficar debaixo da água, após batalharem muito por esta conquista. Em virtude disso, o horizonte da resistência começa a ser projetado, conforme evidenciado na narrativa “enquanto eu puder, eu luto por aquele lugar”.

Nesta empreitada, os agentes sociais constituídos por assentados, indígenas, ribeirinhos, agricultores, mulheres quebradeiras de coco babaçu, não estão só. Eles contam, por exemplo, com entidades como o Movimento dos Atingidos por Barragens e a Comissão Pastoral (CPT). Inclusive, nesse sentido, o ano de 2008 significou o marco da articulação entre essas entidades e os agentes sociais locais. É o que destaca Cruz (2009, p. 32):

Camponeses e camponesas também se organizam para lutar contra a construção da UHE de Marabá. Reunidos nos dias 21, 22 e 23 de novembro de 2008, realizaram o Seminário “em defesa da Amazônia e das comunidades atingidas”, promovido pelo MAB e CPT, com parceria de outras entidades e lideranças camponesas dos municípios de Marabá, São João do Araguaia, Palestina do Pará, Bom Jesus do Tocantins e Brejo Grande do Araguaia. O Seminário foi realizado no Centro de Formação Cabanagem, em Marabá. Foram debatidos temas como: o modelo energético brasileiro; análises de conjuntura; e os grandes projetos na Amazônia e suas implicações na realidade regional. O seminário findou-se com o lançamento da “Carta final do Seminário ‘em defesa da Amazônia e das comunidades atingidas’”, no intuito de denunciar que a UHE Marabá não beneficiará a população brasileira; que será o povo brasileiro que vai pagar a conta deste empreendimento.

De uma forma geral, o que está evidente é o avanço da barragem de Marabá olvidando o posicionamento dos grupos sociais que mais serão atingidos por esta obra. Mesmo demonstrando que a presença desta tecnologia não irá beneficiá-los, o projeto está em andamento. Sem os espaços de decisão a seu favor, a situação tende a ser agravar. Ainda que tenham acontecido três reuniões públicas no ano de 2007 organizadas pelo IBAMA (a primeira em Marabá-PA no dia 24/09/07, a segunda em Araguatins-TO no dia 25/09/07 e a terceira em São Pedro da Água Branca-MA no dia 27/09/07), as dificuldades dos grupos em serem ouvidos é tremenda.

No que diz respeito à audiência pública ocorrida em Marabá, as dificuldades foram apontadas por uma vereadora do município, que também presenciou este fato. De acordo com ela:

[...] o IBAMA fez uma reunião, uma audiência pública aqui em Marabá de faz de conta. Uma audiência de tamanha importância, uma audiência pública que fizeram de noite. Em 2007, lá no ginásio fizeram uma apresentação demoradíssima, para eu conseguir falar eu vim falar 12:30 da noite. Já tudo trabalhado, as pessoas ficando lá até de madrugada para poder se manifestar. E assim muitas pessoas não conseguiram, ainda, naquele momento, se manifestar. [...] em nenhum momento a ELETRONORTE, ou qualquer empresa contratada por ela está preocupada com os impactos e com as pessoas que estão aí na região ribeirinha. Pra ela, quanto menos documentos tiver, melhor, porque mais calote dão. Depois da audiência pública de 2007, eu fui à Belém com o Dr. Felício Pontes, procurador geral do Estado. Fui acompanhada do deputado João Salame, pra que a gente denunciasse a forma como estava sendo iniciado o processo, a forma como foi feita a audiência pública, sem a participação efetiva do povo. Mesmo depois de começarem a obra vão continuar dizendo que ainda está em estudo, isso pra deixar a sociedade totalmente fora da discussão (Fala gravada em 2009, em uma sessão da Câmara Municipal de Marabá).

A audiência pública que, na teoria, é um dos espaços de decisão, limitou a participação dos agentes sociais no processo decisório em relação à construção da barragem de Marabá. Entretanto, isso não muda a postura de serem contrários a este empreendimento. É o que destaca uma das lideranças indígenas Akrãtikatêjê: “é difícil pra nós que já entende um pouco, que já fomos impactados. E estamos botando na cabeça dos jovens que é assim que eles têm que pensar, de não aceitar, né, de brigar, de lutar, de se preparar [...]”¹⁸. Nesse sentido, tal como aconteceu em Tucuruí, as relações sociais no entorno da barragem de Marabá também agregam um caráter conflituoso.

Evidentemente que, se analisarmos as posturas dos grupos sociais em desacordo com os setores interessados na construção da UHE de Marabá, será possível perceber diferentes níveis de profundidade nessas relações conflituosas. Um primeiro ponto é que as demandas colocadas pelo poder público municipal contrastam com a dos agentes sociais que vivem ao longo do rio Tocantins.

Mas o que isso revela? Por um lado, a oposição do poder público municipal à barragem de Marabá tem uma limitação. Esta oposição desaparece se forem acrescentadas, no projeto da barragem, as eclusas, o que irá viabilizar a construção da Hidrovia Araguaia-Tocantins. Isso facilitará o escoamento da produção, tanto mineral quanto de outros produtos, ao longo do rio Tocantins.

¹⁸ (Fala gravada no Seminário Carajás 30 anos: desenvolvimento ou saque?, realizado na UNIFESSPA em março de 2014).

Por outro lado, os grupos sociais que vivem nas vilas, assentamentos, na Reserva Indígena Mãe Maria, deixam claro que não estão preocupados se o rio vai ser ou não navegável. A centralidade das preocupações giram no entorno da perda das condições de vida em seus territórios, que são, ao mesmo tempo, referências no que diz respeito à produção material e simbólica da vida.

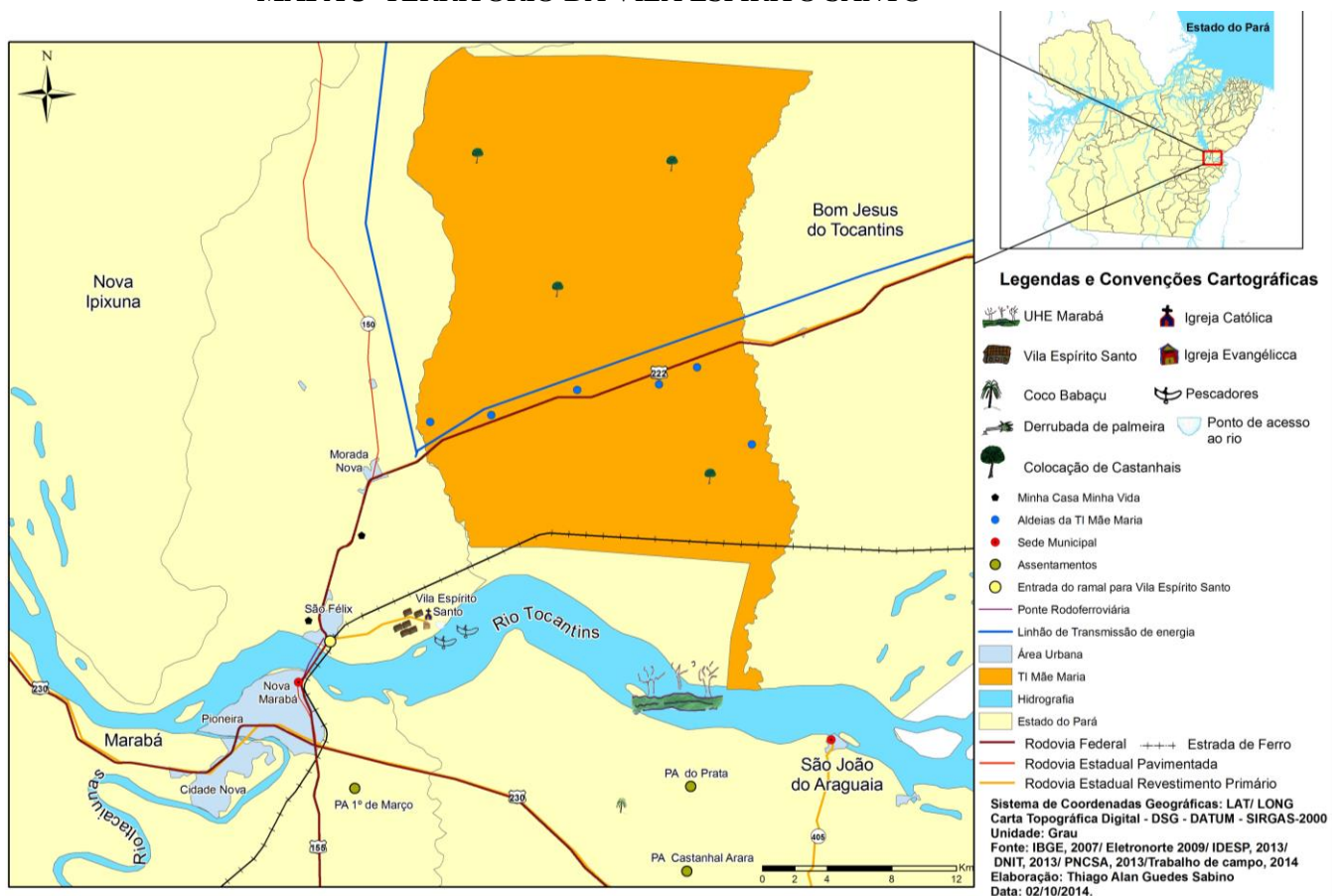
O capítulo a seguir demonstra as preocupações dos agentes sociais da vila Espírito Santo caminhando nesse sentido. Além disso, tais inquietações evidenciam que a situação vivenciada por aquele grupo é de conflito. E o conflito, naquela realidade, emerge como uma construção social e têm raízes na forma como a barragem de Marabá está sendo tratada: como fato consumado. O que está em jogo é a permanência no território, reivindicado para ser o canteiro de obras desta usina hidrelétrica.

CAPÍTULO 3- DISPUTANDO O TERRITÓRIO: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO CONFLITO A PARTIR DA VILA ESPÍRITO SANTO

Este capítulo aborda os desdobramentos da comunicação da Usina Hidrelétrica de Marabá no território da vila Espírito Santo. No transcurso da exposição, demonstrar-se-á o processo de formação do povoado, e o deslocamento sofrido por ele, em virtude da maior enchente já presenciada nesta região. E, na sequência, serão destacadas as narrativas das pessoas consultadas, dando enfoque à situação de conflitualidade presente na realidade investigada.

4.1 ESPAÇO DA PESQUISA: DINÂMICA DE FORMAÇÃO DA VILA ESPÍRITO SANTO E DO CÍRCULO DE SOCIABILIDADE

MAPA 5- TERRITÓRIO DA VILA ESPÍRITO SANTO



Elaboração: Thiago Alan Guedes Sabino, pesquisador PNCSA (2014).

Situada a 8 km do bairro São Félix (Km 2), que é cortado pela PA-150, a vila Espírito Santo está localizada “na margem direita do rio Tocantins, a nordeste de Marabá” (SILVA, 2004, p. 22). O acesso a ela se dá por meio de um vicinal: estrada de chão que vai até as águas do rio Tocantins. A vicinal é margeada por diversas propriedades particulares, estas se constituem de sítios, chácaras, retiros e fazendas (Idem, 2004). O rio, conjuntamente com a vicinal, expressa as duas formas de chegar àquele território. Porém, durante muito tempo o rio foi tido como a via única de acesso.

O processo de formação da vila data da primeira metade do século XX, tendo como marco temporal, a década de 1940. Instituída em um primeiro momento à margem direita do rio Tocantins, ela foi transferida, nos anos de 1980, para um lugar distante dali cerca de 700 metros. A figura (4) a seguir demonstra a disposição espacial do povoado, antes da década de 80. Trata-se de um *croqui* elaborado, de forma conjunta, pelos moradores durante o desenrolar das pesquisas de campo.

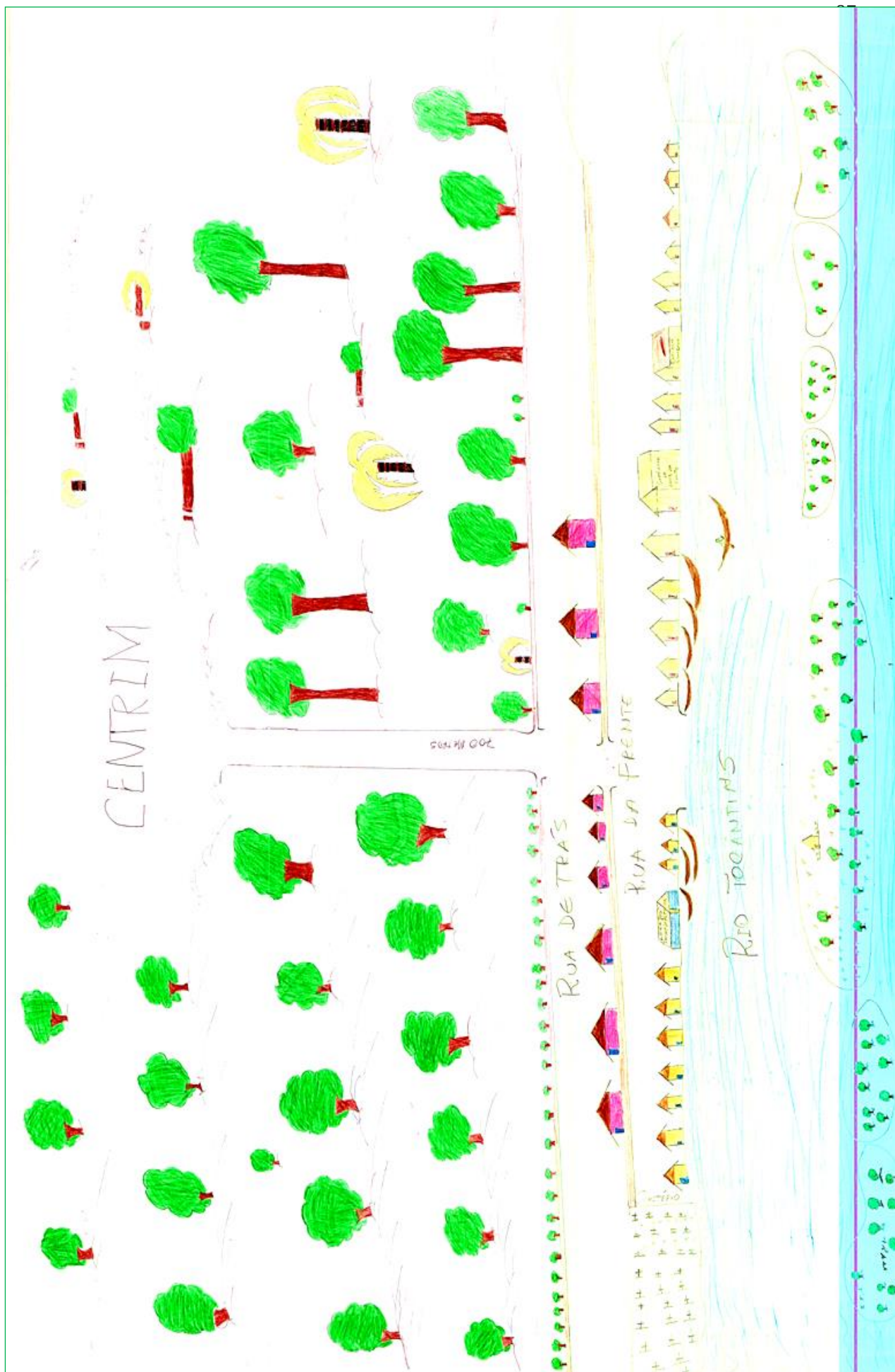


Figura 4: CROQUI: representação da primeira forma de organização sócioespacial da vila Espírito Santo.
Fonte: Dados de campo (2014).

O *croqui* acima faz referência ao primeiro formato do povoado, o qual era composto por apenas duas ruas. Estas eram costumeiramente denominadas de “rua da frente” e “rua de trás”. Na primeira rua existia um povoamento mais denso e tanto a escola quanto os comércios estavam situados nela. Até 1980 existiam mais de oitenta casas. Isto se somadas às casas da primeira e segunda rua. Nesta última, havia apenas nove casas. Ou seja, a “rua de trás” era menos povoada. Nesse sentido seis casas estavam dispostas ao lado direito e três ao lado esquerdo (sentido do rio Tocantins).

Os relatos e fontes documentais apontam que os primeiros habitantes a chegarem ao território da vila Espírito Santo foram a D. Eliza, o seu esposo, Sr. Benvindo Monteiro Chavito e o filho deles, o Sr. Juarez Chavito; e também havia um garimpeiro que tinha o apelido de “Cabiludo”. O que lhes atraiu para aquele lugar foi a existência de um garimpo de diamante.

À época, o pequeno povoado ainda em formação não tinha um nome atribuído de comum acordo pelos que ali residiam. Chamavam-no, eventualmente, de “Cabiludo” em referência ao garimpeiro já citado, e que também foi um dos habitantes pioneiros. Entretanto, essa denominação não tardou a mudar. A D. Eliza, o seu esposo, o filho primogênito e outros moradores eram adeptos de um ritual religioso de origem popular católica denominado de Divino Espírito Santo. Em virtude daquela devoção, havia o costume de rezar pequenos terços no sentido de cultuar a Divindade. Isto motivou o referido grupo familiar a sugerir o nome do povoado de vila Espírito Santo.

Os habitantes da época (transcurso de 1940) não se opuseram ao nome e ele permanece até hoje, assim como a devoção e o culto ao Divino. Entrementes, é necessário salientar que ali não era ausente de grupos humanos. As narrativas mostram o fluxo de indígenas por aquela área. É o que revela um dos filhos da D. Eliza e do Sr. Benvindo, herdeiro do sobrenome mais conhecido do povoado: Chavito. Diz ele:

Nasci em Mãe Maria, mas vim para esse lugar com sete anos acompanhado de meus pais Eliza e Benvindo e meu irmão mais velho Juarez, que foram os fundadores dessa comunidade. Meus pais vieram em busca de trabalho no garimpo situado na primeira vila às margens do rio Tocantins. Esse garimpo durou até 1952. Quando aqui chegamos, só existia índios, era a tribo de Gaviões. Então, com a chegada do coronel Messias houve muitas mudanças. Ele conseguiu amansar os índios e fez a paz reinar naquele local [...] (Entrevista realizada pelos estudantes da Escola José Freire no âmbito de um projeto denominado “Monografia da comunidade”, 2012)

O território onde se instalava a vila Espírito Santo se consubstanciava, outrossim, em um lugar de transitado dos indígenas Gavião. E isto porque a área da vila compreendia uma parcela da área daquele grupo (SILVA, 2004). Naquele período, a exploração da castanha (principal produto da economia local) intensificava a pressão sobre o território do referido povo. Premido pela ação dos castanheiros, o território indígena começou a ser disputado. Com isto, de acordo com Silva (2004, p. 25), “eram frequentes os choques entre os Gavião e os castanheiros, desde o início dos anos 40”. Ganha centralidade a figura do coronel- inclusive lembrado até hoje como aquele que “amansou os índios”. No entanto, historicamente, a configuração do contato entre indígenas e castanheiros teve um desdobramento conflituoso.

Da Matta; Laraia (1978) destacam que a relação de contato entre os índios Gavião e os grupos que buscavam explorar os recursos naturais, chamados de pioneiros, apresenta duas fases diferenciadas nessa região do médio Tocantins. O primeiro momento, que vai do séc. XVII até o séc. XIX se caracteriza por contatos casuais, ou mesmo visuais, entre índios e brancos. Nestes períodos, os pioneiros apenas utilizavam as margens do rio Tocantins como pousada, ou para “construir ali núcleos pastoris ou agrícolas, cujo destino era o fracasso” (DA MATTA; LARAIA, 1978, p. 120). Conforme tais autores, mesmo havendo um contato tão incipiente daqueles grupos com os indígenas, estes últimos foram estereotipados e classificados de diferentes modos: bravos, violentos, arredios.

Em todo caso, uma relação de contato mais estreita entre aqueles seguimentos sociais dependia do achado de novas fontes de riquezas. E isto ocorre no início do séc. XX, quando a segunda fase de relações entre índios e brancos é sacramentada. A estrutura socioeconômica da região do médio Tocantins passou a orbitar no entorno da exploração dos seringais e, principalmente, da extração da castanha. Por conta disso, era preciso se embrenhar cada vez mais no interior das matas. Logo, as relações dos exploradores destes recursos econômicos com os indígenas Gavião viriam a se tornar mais estreitas e, certamente, mais violentas. No sentido posto:

Se no séc. XIX e nas primeiras décadas do atual [SÉC.XX], os Gaviões apareciam para os brasileiros como mais um grupo indígena que inspirava terror, agora, com o desenvolvimento da produção de castanha, o surgimento dos Gaviões como um obstáculo ao “progresso” e à “civilização” era algo concreto. Assim, as palavras pacificação, catequização ou simplesmente extermínio, passaram a se constituir em projetos de ações que moviam as

peças mais interessadas em estabelecer relações com os índios (DA MATTA; LARAIA, 1978, p. 140).

O processo de formação da vila Espírito Santo está enredado nessa dimensão histórica da região sudeste do Pará. É, portanto, dentro desse contexto que a figura do coronel da área do castanhal chamado Mãe Maria, hoje conhecido como P.A Mãe Maria, aparece. Emmi (1999, p. 16 grifos da autora) já destacava a existência, naquela época, de “uma oligarquia formada por ‘famílias tradicionais’ detentoras de enormes castanhais”. O avanço sobre os territórios indígenas esteve ligado, diretamente, à configuração de poder na região. E aí tanto o poder econômico quanto o poder político eram exercidos por estes grupos familiares.

Essa configuração de poder resulta num processo de monopolização da extração da castanha e, conseqüentemente, numa espécie de abreviação dos territórios indígenas.

A coleta da castanha, que no início conheceu uma fase de “extração livre”, em que a terra não era apropriada por particulares, passou, a partir dos anos 20, a ser monopolizada sob formas diversas, desde os casos de compra direta ou mediante títulos da dívida pública do Estado até ao arrendamento e aforamento dos castanhais. [...] Os anos 50 marcam a fase de diminuição das terras indígenas e de camponeses. Em contrapartida as terras de castanhais estavam em franca expansão (EMMI, 1999, p. 16 grifos da autora).

Parte da dinâmica histórica de Marabá remete ao referido contexto. É assim que, de acordo Silva (2004), não se pode tratar da história de constituição da vila, sem levar em consideração o contexto regional e da cidade de Marabá. Eles se entrecruzam no sentido de terem sido palcos da exploração dos castanhais, da exploração de garimpos de diamante e de terem sido influenciados pela exploração de ouro no garimpo de Serra Pelada, na década de 1980. Há muitos pontos de convergência histórica entre a formação da vila e a dinâmica social, econômica e política dessa região.

Na vila Espírito Santo, a exploração da castanha e a relação com a figura do coronel aparecem como uma das formas de garantir a reprodução da família. Além disso, de acordo com o relato de um pescador pertencente aquele território, havia um intenso respeito pelo lugar social do “dono” do castanhal Mãe Maria.

Mas, quando era o tempo da castanha saía um bocado pra trabalhar no Mãe Maria de castanha, cortar castanha na mata pro coronel Messias. Ele era o dono do Mãe Maria e aí mandou o pessoal se colocar aqui. Ficar aqui. Ele mandava em qualquer lugar daqui. Era, assim, tipo um rei, né. Mandava na comunidade toda. Aí, ficou assim. O pessoal ia, de inverno ia cortar castanha na mata. No verão vinha pra cá. Aí, foi indo, até que habitou a vila. Era só uma rua, mas era na beira do rio até lá embaixo, perto do cemitério. Mas,

toda a vida a gente foi agarrado aqui. Agarrado aqui na beira do rio. Agora, tem muito barraco ai. Muitos bares (Entrevista concedida em novembro de 2013).

Estas narrativas fazem referência a um contexto já investigado por Velho (2009, p. 91-92). De acordo com ele, os camponeses desta época tinham o hábito de se embrenhar na mata por “ocasião da entressafra, para se fixar num gênero de vida caracterizado pelas atividades de subsistência e por um alto grau de isolamento”. Apesar disso, ressalta o autor, em geral os camponeses continuavam a alternância entre a agricultura de subsistência e o trabalho sazonal da castanha. Nesse entremeio, havia também o trabalho com atividades ligadas a garimpagem e a pesca.

Esta configuração socioeconômica e política, conforme a narrativa acima, influenciou na ampliação do povoamento da vila. Principalmente quando a safra de castanha findava e os trabalhadores fixavam residência por ali. O trabalho nos castanhais estava ligado a um tempo específico, que era o de inverno. A economia dos agentes sociais dependia daquela atividade durante este recorte temporal. No verão, o trabalho nas roças era outra forma de conseguir o sustento familiar.

Apesar deste deslocamento sazonal, a beira do rio é referenciada não só como o lugar de onde se partia. Acima de tudo, faz-se referência a ela como o espaço para o qual se retornava. E este retorno traduz um apego por aquele território, que pode ser exemplificado pela expressão “toda a vida a gente foi agarrado aqui. Aqui na beira do rio”.

Ao longo dos anos, as roças se tornaram mais frequentes e tomaram uma proporção significativa. Um dos principais produtos cultivados era a mandioca, essencial no preparo da farinha. É o que destaca o referido pescador.

A minha profissão que eu nasci dentro dela mesmo, e que era também a do meu pai, foi a de botar roça. Nós trabalhávamos de roça. Aqui tinha muita oficina, 14 oficinas de fazer farinha. Hoje não tem mais não, só tá os lugares. Nós fazíamos farinha, botava mandioca, o feijão, o arroz, o milho, a abobora, jerimum, tudo enquanto nós plantávamos. Era a nossa lavoura (Entrevista concedida em novembro de 2013).

A farinha e a diversidade de cultivos mencionados eram transportados por água, dada a impossibilidade do transporte por terra. Além disso, conforme narra o interlocutor, as condições de transporte eram difíceis, pois não havia motor para puxar o

barco. Nesse caso, a força física era mobilizada para manejar as canoas através do uso de remos.

Olha, nós íamos pra Marabá, vender feijão, farinha, de canoa. Mandava fazer uma canoa de seis metros ou cinco metros, aí descia. Sabe que horas a gente vinha chegar aqui? Dez horas da noite, isso, no remo. Agora, não, tá fácil. Tem a rabeta, tem a estrada e vai de todo jeito. Vai pra Marabá e vem almoçar em casa. Mas, de primeiro, era longe, a gente comprava banana, cachaça pra poder aguentar o tranco. Tinha que ir rolando a pinga dentro da canoa pra poder garantir o balanço do remo. Era sofrido demais (Entrevista concedida em de novembro de 2013).

Tudo isso acontecia em um contexto em que a vila estava estruturada, efetivamente, na beira do rio Tocantins. Nos dias de hoje, o sustento material é adquirido com base no trabalho em diferentes atividades. Dentre as principais é possível mencionar a) a pesca; b) o trabalho em órgãos públicos- como na escola e no posto de saúde da vila; c) o comércio, tanto no centro da vila como às margens do rio e nas praias e ilhas ali próximas; d) o trabalho com transporte de pessoas, turistas ou não, cuja intensidade coincide com a época de veraneio, a partir dos meses de junho e julho; e) o trabalho nas ilhas, de onde se adquire boa parte dos produtos agrícolas; f) há também aquelas pessoas que prestam serviços aos donos de ilhas, moradores de outros lugares: quem desenvolve esta atividade é denominado de caseiro; g) em épocas de verão, há alguns agentes sociais que garantem uma parcela da renda alugando as ilhas que são de seus domínios.

Conforme já apresentado anteriormente, a vila foi inicialmente formada muito próxima às águas do rio Tocantins. Ao longo dos anos, e com as sucessivas enchentes, os agentes sociais começaram a ir para um lugar denominado de “Centrim” (representado na figura 4- *croqui*), distante da margem do rio cerca de 700 metros. O deslocamento das famílias acontecia toda vez que as suas residências eram inundadas pelas cheias do rio. De acordo com os relatos, a vila mudou de lugar em função da maior enchente que já houve. Esta ocorreu no ano de 1980. A figura (5) abaixo destaca, a partir de um *croqui* elaborado pelos moradores, a configuração espacial da vila, na contemporaneidade.

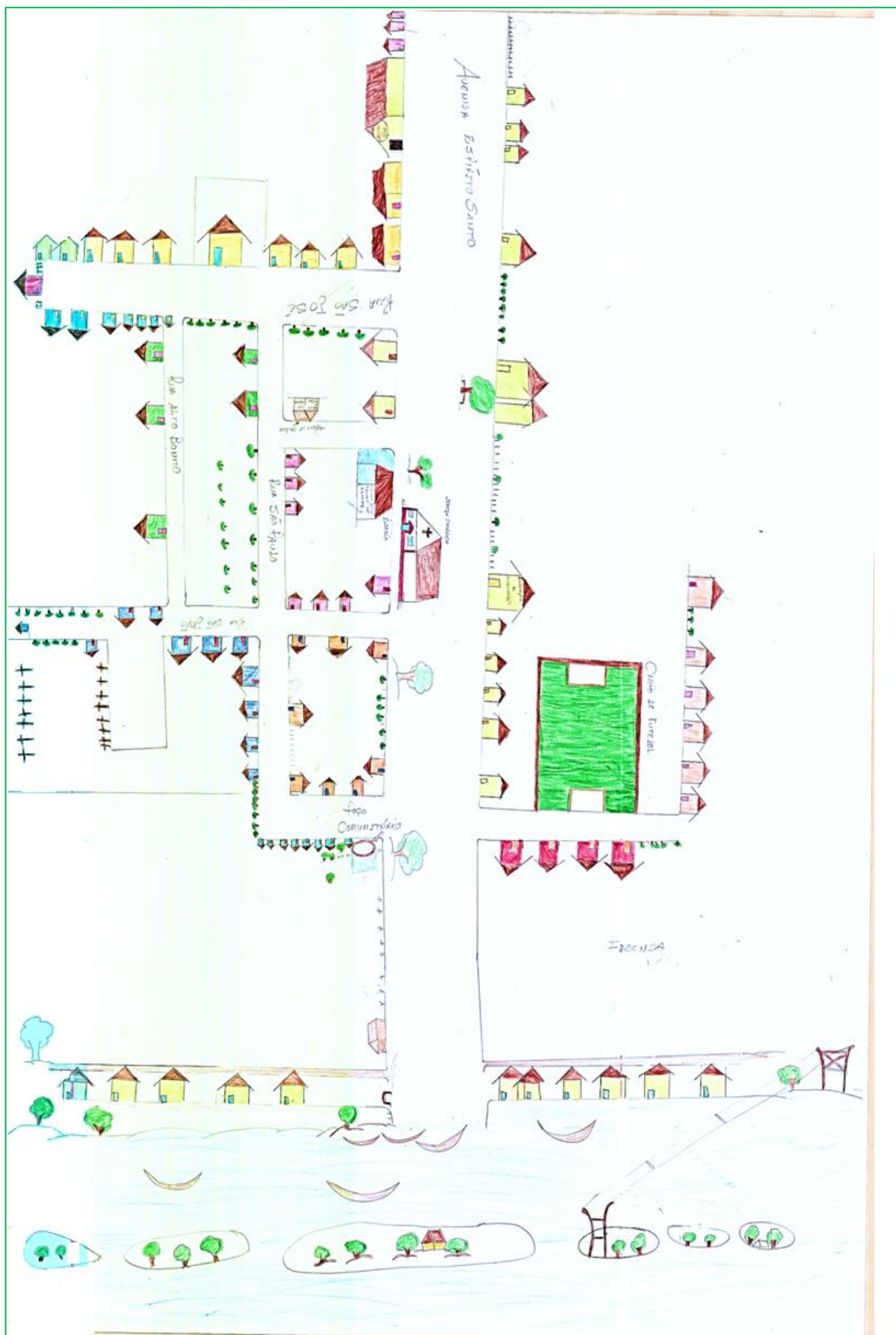


Figura 05: CROQUI: representação da segunda forma de organização espacial da vila Espírito Santo.
Fonte: Dados de campo (2014).

A nova organização espacial da vila se situou no antigo “CENTRIM”. Essa denominação, conforme podemos avaliar possui um duplo significado. Em primeiro plano, ela designava o lugar de construção das moradias provisórias, toda vez que as enchentes do rio afetavam as casas do povoado. Havia, portanto, uma solução provisória, para um problema também provisório. A área do “CENTRIM” se consubstanciava em um refúgio, naqueles tempos difíceis.

Além de designar um espaço de habitação temporária, o termo “CENTRIM” parece emergir daquela dicotomia, percebida por Velho (2009) nessa região, entre “centro” e “beira”. Tal dicotomia promovia certo grau de diferenciação entre os espaços destacados. Ou seja:

O centro é o local onde se encontra a roça de um ou mais lavradores. E, pelas razões indicadas acima, define-se também no contexto da oposição a uma outra categoria, a beira (do rio). A beira é entendida como o lugar onde se situam os aglomerados maiores e mais antigos, ou o que poderíamos denominar de civilização. Em contraste, o centro está ligado à ideia de centro da mata; portanto próximo e em contato com a natureza não controlada pelo homem (VELHO, 2009, p. 95).

A distinção entre o “centro”, lugar mais afastado do rio (mais tarde da estrada), e a “beira” vai repercutir diretamente na forma como os habitantes da vila Espírito Santo estabelecem as relações com os espaços habitados por eles. Não é por acaso que o “CENTRIM” era residido de forma temporária, sendo que o verdadeiro lugar de moradia sempre foi a beira do rio. Entretanto, por força da ação da natureza, todos se mostraram inclinados a construir as suas casas naquele espaço onde, outrora, significava tão somente uma forma de escapar da cheia das águas.

Com 54 anos de idade, nascido e criado na vila, o pescador e vice-presidente da associação dos moradores destaca esse episódio de reconstrução da vida em outro lugar como algo positivo. Questionado sobre todo esse processo, ele rememora alguns pontos principais:

Interlocutor. Por intermédio de muitas enchentes, o prefeito Haroldo Bezerra ficou com dó de ver o povo todo ano na mudança pra lá e pra cá. A enchente passava e desmanchava tudo, que era só casa de barro. Quando voltava era aquela luta pra fazer de novo. Então, ele foi e indenizou aquela área ali pro fazendeiro, que era dono da área ali, e mudou nós pra lá. E, assim, formou a vila. Foi nos anos de 1980 que nos mudamos pra lá, por conta da enchente. Ativamos lá a vila e nunca mais mudamos pra cá. E a gente se deu bem, né? Ficou melhor, por causa do sufoco de ir e vir todo ano.

Pesquisador. – Mesmo antes de o fazendeiro ter vendido a área, em épocas de cheias do rio Tocantins, vocês já iam para lá?

Interlocutor. Já ia pra lá. A gente fazia os barraquinhos, mas só provisório. Ele não aceitava fazer casas de morada, casa boa não.

Pesquisador. – O que existiu primeiro, a vila aqui na beira do rio, ou a propriedade do fazendeiro lá no alto?

Interlocutor. A vila aqui. Daqui que fundaram lá, abriram os serviços lá. A vila aqui existiu primeiro (Entrevista concedida em dezembro de 2013).

A enchente de 1980 é trazida na memória como o marco temporal de mudança da vila Espírito Santo de lugar. No entanto, romper com um espaço anteriormente habitado não significa abandoná-lo. As relações com a beira do rio nunca foram deixadas. Isso fica claro quando se percebe, nos dias de hoje, que as margens do rio ainda permanecem habitadas. Há famílias que, mesmo sendo proprietárias de casas na vila, optam por viver mais perto das águas. E aí constituem pequenos comércios, os quais funcionam até em período de inverno. Existem pessoas cujo hábito é o de se deslocar do centro da vila para as ilhas ali próximas, pois elas também compreendem o seu território.



Figura 06: À MARGEM DO RIO: o trabalho cotidiano na/com as águas do rio Tocantins.

Fonte: Cristiano Silva (2014).



Figura 7: À MARGEM DO RIO: o trabalho cotidiano em função da estreiteza com as águas.

Fonte: Cristiano Silva (2014).

Mesmo os comerciantes de beira de rio se deslocam constantemente, inclusive, levando o próprio comércio, que é adaptável tanto a épocas de inverno, quanto a períodos de ocorrência de praias. Não existe, nesse sentido, uma fixidez. Aliás, a lógica da vida naquele território parece ser a mobilidade espacial, sobretudo por conta da possibilidade de transito oferecida pela navegação.



Figura 8: À MARGEM DO RIO: pequenos comércios provisórios situados próximos às águas do rio.

Fonte: Cristiano Silva (2014).

O lugar de moradia e, por que não dizer, o território não se resume tão somente a casa construída no espaço físico adquirido em função da cheia do rio Tocantins, nos anos de 1980. A dinâmica no território e, conseqüentemente, o espaço de sociabilidade se estende da vila Espírito Santo às margens do rio, e de lá para as ilhas que são de domínio de alguns de seus moradores, e também se estende para outras localidades circunvizinhas.

Inclusive, os espaços vizinhos sempre estiveram relacionados ao povoamento da vila mencionada. Uma sr^a. de origem indígena Karajá (80 anos), ao narrar a sua história, demonstra um pouco desse processo.

Nasci no dia 17 de Abril de 1933. Nasci no Mãe Maria. Nasci e me criei, só não acabei de me refazer lá porque fui pra casa de uma avó minha que morava lá em Marabá. E os filhos eu tive todos no Espírito Santo. Só tem uns que não foi lá no Espírito Santo, foi no Mãe Maria. Eu tenho um marido que anda largado ai, não sei nem por onde é que ele anda. Eu morei lá dezoito anos. Depois eu fui pro Mãe Maria pra casa de uma colega minha. Morei um bocado... Ai de lá eu fui lá pro Bacabal [ZINHO], lá mesmo onde eu moro (Entrevista concedida em novembro de 2013).

Apesar de morar em uma comunidade vizinha, a dona da fala acima participou, de maneira ativa, do povoamento e da formação do círculo de sociabilidade da vila. Boa parte de seus filhos, netos e bisnetos residem ali. Inclusive, uma de suas filhas é casada com o neto do casal que nomeou o povoado de vila Espírito Santo. Aliás, naquele contexto é possível perceber uma rede de relações de parentesco muito ampla, onde boa parte dos agentes sociais ou é parente da D. Eliza e do Sr. Benvindo, ou constituiu matrimônio com os descendentes daquele casal. Estas duas situações, seguramente, são as mais comuns.

Ainda destacando o trecho narrado acima, os espaços ali mencionados (Mãe Maria, Bacabalzinho e Marabá), de uma forma ou de outra, são tidos como espaços de trânsito de todos. Por outro lado, é destas realidades que se desloca uma parcela significativa dos grupos sociais que partilham do ritual católico chamado de Festejo do Divino Espírito Santo, ocorrido, todos os anos, 50 dias após a páscoa. A igreja católica é o lugar de referência para a realização de tal atividade. Mais que isso, ela é o templo onde se encontram e confraternizam os que vêm de fora e os que já se encontram por ali.

Construída de madeira no ano de 1983, através de um “mutirão”- modalidade de trabalho coletivo e que conta com a solidariedade da comunidade- ela foi reconstruída nos anos 2000, pelo prefeito de Marabá na época. De acordo com um dos habitantes da vila, que chegou por lá em 1976 vindo de Manaus, ele foi o organizador do mutirão para erguer a primeira Igreja Católica. Com 83 anos de idade, ele traz na memória este episódio.

A primeira foi eu que fiz. Primeiro eu fiz um mutirão pra todo mundo ajudar. Aí eu mandei escolher um lugar, né: “Escolhe o lugar que eu vou levantar a igreja”. Aí escolheram o lugar. Aí foi que eu fui começar a levantar a igreja. Fui lá no meu terreno, tirei a madeira, aí fui levantar a igreja. No primeiro dia foi muita gente ajudar. Aí cercamos de taipa. Aí todo mundo foi ajudar. Aí a gente cercava, quando o padre vinha, aí quando celebrava a missa lá, caía as paredes. Quando o padre vinha de novo tornava a cercar de tábua. Quando foi no ano 2000, tinha o Velozo, era prefeito, ele veio aqui no porto. Aí eu conversei com ele pra ele ajudar na igreja, né? Porque a igreja tava muito fraca já, era velha. Aí eu falei com ele e ele: “Não, pode deixar que eu vou fazer a igreja pra ti”. Aí ele levantou essa daí (Entrevista concedida em novembro de 2013).

A figura (9) a seguir ilustra o formato em que a Igreja Católica ficou após ser reconstruída nos anos 2000.



Figura 9: IGREJA CATÓLICA: um dos símbolos da religiosidade presente na dinâmica da vila.

Fonte: Cristiano Silva (2013).

O festejo do Divino Espírito Santo, inspirador do nome da vila, representa uma tradição ancestral que emerge como uma forma de construção de um círculo de sociabilidade a qual auxilia na aproximação do grupo. Ferreti (1999) caracteriza a festa do Divino como um ritual religioso do catolicismo popular de tem origem açoriana. Este ritual religioso ocorre em diferentes países do globo terrestre. No Brasil, ele possui características distintas em cada região em que é praticado. É o caso, por exemplo, da festa do Divino realizada em São Luis, capital do estado do Maranhão. Naquele contexto, o ritual está associado ao culto religioso afro-brasileiro, cuja denominação local é a de tambor de mina (FERRETI, 1999).

Na vila Espírito Santo, o festejo está circunscrito ao âmbito católico. É costume, naquelas ocasiões, a presença de um padre em alguns momentos do evento. De acordo com o relato da atual imperatriz do festejo (neta da D. Eliza e do Sr. Benvindo), o mencionado ritual tem um caráter agregador.

Pesquisador- Como é o envolvimento da comunidade no Festejo do Divino Espírito Santo?

Interlocutora- Muita gente participa, é muito interessante. Quando é festejo, as pessoas tem aquela preocupação, todo mundo se envolve. As pessoas vêm e procuram: “olha, eu quero participar disso, o que é que tem? O que é que eu posso fazer?”. O festejo tem esse envolvimento. Todos os meus tios, todo mundo tem como devoção o Divino Espírito Santo. Aqui, são nove dias, tem a abertura do Festejo com a missa. A gente convida as outras comunidades: isso também é muito bonito. Hoje a gente convida a comunidade do Km 01, amanhã já é a do São Félix Pioneiro, do Km três, do Bacabal. Ai tem aquelas noites: “hoje é a noite do festejo das comunidades do Bacabal, Bacabalzinho, Mãe Maria”. A gente faz a programação, uns três meses antes. Na preparação, envia para as comunidades. Aí, cada noite é uma novena, daí eles já participam. No encerramento, encerra com a Missa Campal, no domingo. Aí, tem tudo. Tem a procissão de entrada com o Capitão do Mastro, foliões, alferes da bandeira, os anjos. Todas aquelas comunidades que veio nas novenas, eles vem para o encerramento. No final, a gente vende comida. Tem churrasquinho, tem leilão. Era bem maior, porque tinha a cavalgada também. Saia do São Félix, aí vinha pra cá. Muito bonito, era uma forma, também, deles homenagearem o padroeiro (Entrevista concedida em dezembro de 2013).

Esta extensa narrativa demonstra, sobretudo, o quão dinâmico é o Festejo do Divino Espírito Santo. Além de envolver as comunidades circunvizinhas, engloba, também, pessoas provenientes de diversos bairros de Marabá. É nesse sentido que Contins; Gonçalves (2008, p. 78) analisam que este ritual religioso “existe, em todos os seus momentos, por meio de uma vasta teia de relações de parentesco, compadrio, amizade e vizinhança”. Por isso, participar deste tipo de evento significa estar inscrito, de algum modo, numa rede de parentesco e de relações pessoais.

O relato abaixo, que é de um dos filhos do casal fundador da vila, hoje com 68 anos de idade, destaca o movimento feito pelos foliões, durante o desenrolar do ritual: são os chamados “giros” e “pousos”.

Pesquisador – Qual o mês em que acontece o festejo?

Interlocutor – Tem vez que acontece nos mês de maio, no mês de junho. Dura, mais ou menos, um mês. A gente sai na rua, girando com a bandeira e fazendo os cânticos para as pessoas. Encosta nos campos santos faz os cânticos lá no cruzeiro, lá no cemitério. O primeiro cântico é lá, no cemitério. Aí, depois, algumas pessoas vão chegando e diz: “rapaz eu quero que façam um cântico aqui”, para as pessoas dele, né? Aí, a gente vai. Aí, sai na vila girando. Dorme em uma casa aqui, às vezes aquele que quer diz: “rapaz, eu quero que vocês venham dormir lá em casa”. De noite tem uma reza, a gente reza e de manhã a gente vai para outra casa, é assim (Entrevista concedida em dezembro de 2013).

Os giros constituem-se de um itinerário por onde os foliões transitam. Eles giram em determinados lugares e, em alguns deles, pousam. Os pousos, geralmente, são feitos em casas de amigos, parentes e vizinhos. Há sempre pessoas dispostas a acolher os foliões.

Além da realização do Festejo do Divino Espírito Santo, há outros rituais religiosos que fazem parte da vida dos agentes sociais da vila. É o caso do Festejo de Santo Expedito, organizado por um pescador pertencente ao círculo familiar da D. Eliza e do Sr. Benvindo. Este evento é tradicionalmente pensado tendo o rio como eixo de deslocamento. O trajeto se constitui da vila até a ilha do referido pescador, lugar em que existe um altar para o santo do qual ele é devoto. A figura (10) abaixo demonstra o pequeno altar em que permanece Santo Expedito.



Figura 10: SANTUÁRIO DE SANTO EXPEDITO: lugar de culto de mais uma das tradições religiosas do grupo.

Fonte: Cristiano Silva (2013).

O festejo em homenagem a Santo Expedito, originariamente organizado por D. Eliza e o Sr. Benvindo, hoje é conduzido por um de seus netos. Em época de festividade, geralmente no mês de abril, as canoas são enfeitadas e as condições para a realização deste evento ficam a cargo do pescador. Um servidor público (46 anos de idade) descreve o processo organizativo do ritual.

Aqui junta muita canoa, as canoas todas da vila. É a procissão. Ele pega as canoas da gente tudinho e leva pra beira. Lá ele mesmo enfeita as canoas. Quando é no dia, enche de gente lá da vila. Ai vem todo mundo pra cá, pra festa dele ai. Todo mundo já sabe, quando é na véspera do festejo, a gente já deixa as canoas lá. Ai ele já vem e já pega, ou mesmo a gente leva. Ai ele já enfeita todas elas e de manhã você já vem e já pega a sua canoa. Ai tem missa, o padre vem celebrar a missa. É um dia de festa. Tem gente que fica a noite. Muitas vezes vem gente, monta a barraca e dorme ai (Entrevista concedida em novembro de 2013).

Além destes dois eventos religiosos que ocorrem no território da vila Espírito Santo, os agentes sociais também participam do Festejo de Santa Luzia, numa localidade denominada de Bacabalzinho, pertencente ao município de Bom Jesus do Tocantins. Em São João do Araguaia, no povoado de nome Prainha, ocorre o Festejo da Trindade, também de origem popular católica, e que é frequentado por habitantes da vila. O deslocamento é geralmente feito pelo rio Tocantins.

Esta riqueza de cunho religiosa, conforme se percebe, faz emergir aquela dimensão imaterial (simbólico-cultural) que constitui o território, de acordo com o que ressalta Haesbaert (2004). E isto se revela, sobretudo, quando estas práticas são referenciadas como partes intrínsecas à dinâmica da vida. A religiosidade cumpre um papel histórico de coesão social, tanto em relação ao grupo pertencente à vila, quanto deste com outros agentes sociais de espaços vizinhos.

Nesse sentido, ela demarca uma das práticas imateriais mais importantes e antigas da vila. Ao falar em elementos históricos inscritos naquele território, não se pode destacar a escola da vila. O Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola José Freire de Alencar recorda os primeiros passos daquela instituição, bem como os responsáveis pela sua existência:

A escola José Freire de Alencar surgiu da necessidade de se ter uma escola na comunidade sendo que a escola mais próxima ficava a 09 km de distancia. [...] No ano de 1950, iniciou suas atividades com 50 alunos de 1ª a 4ª serie do ensino fundamental, num barracão cedido pelo S.r. Antônio Valadares, a mesma era feita de pau a pique. Com o passar do tempo a escola foi feita em outro local chamado Centrim, devido as enchentes serem constantes todos os anos. Somente em 1980 foi construída com apenas com 04 salas, 01 cozinha separada da escola e 01 banheiro. As primeiras professoras foram: Maria Petrolina, Flor de Mi e Hilda Aquino, sendo elas responsáveis pela escola (Projeto Político Pedagógico da Escola José Freire de Alencar, 2012, p. 11-12).

Hoje, a situação é bem mais confortável, embora a instituição destacada ainda não esteja contando com o ensino médio. No ano de 2012, a escola possuía um número significativo de estudantes e, de acordo com o seu PPP, o esforço em dialogar com os membros e instituições da vila tem sido constante.

[...] um total de 112 alunos, sendo que 40 alunos compõem a Educação Infantil e 72 do Ensino fundamental. [...] Ainda para superar as quatro paredes, as denominadas aulas passeios tornaram-se mais viáveis com o seu apoio. A escola tem conquistado mais parceiros com o intuito de melhorar ainda mais as realizações de projetos e eventos na escola, como parceiros temos a Igreja Católica a Igreja Evangélica Assembleia de Deus, Associação dos Moradores da Comunidade, e os Pais (Projeto Político Pedagógico da Escola José Freire de Alencar, 2012, p. 12).

As figuras (11 e 12) a seguir oferecem uma visualização do espaço físico onde se instalou, originalmente, a instituição mencionada.



Figura 11: PRÉDIO DA ESCOLA JOSÉ FREIRE DE ALENCAR: hoje ele é utilizado como residência e, a área externa, como estacionamento direcionado aos turistas.
Fonte: Cristiano Silva (2013).



Figura 12: ANTIGA SALA DE AULA DA ESCOLA JOSÉ FREIRE DE ALENCAR: marco do primeiro espaço voltado para a educação institucionalizada na vila Espírito Santo.
Fonte: Cristiano Silva (2013).

Este monumento é simbólico, pois é um dos poucos que resistiram à passagem do tempo, desde a época em que o povoado se situava à margem do rio Tocantins. Aliás, o referido monumento atua como uma referência espacial que ativa a memória de uma existência anterior. Nesse sentido, ele é simbólico porque representa parte da história da vila.

Porém, no contexto atual, o conjunto de experiências que conformam a vida no território da vila Espírito Santo está ameaçado. Nesse sentido, a rede de relações sociais (REIS, 1998) que emerge daquele cotidiano através do parentesco, da vizinhança, da afiliação religiosa, das relações com outros lugares fora da vila, está em vias de ser desconstruída em virtude da presença da Usina Hidrelétrica (UHE) de Marabá.

E isto pode configurar tanto um processo de ruptura no nível das relações entre as pessoas, quanto um processo de ruptura dos agentes sociais com o seu território. Além disso, a própria história do grupo naquele espaço será interrompida. Todos esses elementos fazem com que o projeto hidrelétrico mencionado seja visto como algo desastroso. Afinal, o deslocamento que se avizinha não se compara àquele experienciado na década de 1980, quando a vila mudou de lugar. Agora, a situação é muito mais complexa e, por isto, ainda é incompreensível.

A barragem de Marabá, caso construída, irá provocar a inundação total da vila Espírito Santo. Isto porque o eixo de fundação desta tecnologia fica naquele território. Côncios de todo esse processo, os agentes sociais tem nutrido sérias preocupações, justamente, porque eles já sabem que a vila será o primeiro lugar a ser desabitado, se as obras deste empreendimento forem iniciadas.

As narrativas abordando as preocupações relacionadas a esta tecnologia revelam uma intensa apreensão, e também demonstram que há uma crença na possibilidade da obra ser executada. E isto faz dela algo aterrorizante. Aliás, isso contribui muito para o desencadeamento da situação de conflito que estamos considerando estar em construção.

4.2 A EXPERIÊNCIA DO CONTATO COM A USINA HIDRELÉTRICA DE MARABÁ

O contato inicial dos agentes sociais da vila Espírito Santo com a proposta de construção da Usina Hidrelétrica de Marabá remonta ao desenrolar da primeira década do século XXI. A partir de 2011 se amplificam as notícias de que a barragem iria ser construída, ocasionando o alagamento total da vila. Simultaneamente, instalou-se uma crença na veracidade desta informação. Tal anúncio foi veiculado de diferentes modos, inclusive, por técnicos a serviço do referido projeto hidrelétrico.

Isto soa diferente da situação apresentada por Sigaud (1996), quando esta autora analisava a recepção do anúncio da barragem de Sobradinho pelos camponeses de Itapera. Naquela ocasião, os camponeses não acreditaram, de imediato, que o rio fosse encher tanto, a ponto de impedi-los de continuarem habitando os seus domínios. Acreditaram ser mais uma eventual cheia, como as que lhes era de conhecimento, ou então algo semelhante às enchentes das quais os mais velhos falavam.

A situação empírica observada na vila Espírito Santo indica uma reação oposta. Um dos agentes sociais, de 73 anos de idade e habitante dali, lembra a primeira vez que ouviu falar deste projeto hidrelétrico.

Pesquisador. - Quando o senhor ouviu falar da barragem de Marabá?

Interlocutor. - Isso aí já tá com uns dias que eu ouço falar. Assim, né, aqui acolá um fala aqui, outro fala ali. Em 2011 já começou a gente a escutar: “há que vai sair uma barragem aí. O técnico falou aí que em setembro desse ano [2013] ia começar, mas não vigorou. Vão puxar a ferrovia aqui e não tão falando nada de nós. Aqui é sobre a nossa saída. Eles não falam nada pra dizer assim: “você vão sair, mas nós vamos indenizar vocês”. Ninguém não fala isso não. Só faz falar que vai sair.

Esposa do interlocutor. - Mas com certeza que vão indenizar, não é?

Interlocutor. - Não, ninguém sabe, porque eles não falam. Eu sei que pra nós vai ser ruim, ser sair vai ser ruim (Entrevista concedida em novembro de 2013).

Neste trecho estão implicadas diferentes situações. Num primeiro momento, percebe-se que ouvir falar da referida Usina Hidrelétrica significa crer na sua potencial instalação. Isso se revela quando entra no debate questões ligadas à indenização. Se as narrativas evidenciam a preocupação com o ressarcimento dos prejuízos, obviamente, a possibilidade de construção da barragem de Marabá entre aqueles agentes sociais é tida como real. Portanto, existe uma crença de que o empreendimento poderá se efetivar.

Por outro lado, esta crença não é verdadeira em relação às compensações. Não existe uma segurança de que, se o projeto for construído, o processo indenizatório será efetivado de forma justa. O pequeno debate travado entre o nosso interlocutor e a sua esposa revela muito dessa desconfiança. Além disso, a ausência de informações, demonstrada pelo trecho “ninguém sabe, porque eles não falam” destaca a obscuridade no entorno desta questão.

Outro habitante da vila, já com 83 anos, ressalta a forma como a coletividade se sente em relação a este projeto.

Pesquisador: Quando o senhor ouviu pela primeira vez algo referente a Usina Hidrelétrica de Marabá?

Interlocutor: Rapaz, a primeira vez faz pouco tempo, faz uns cinco anos, quando começaram a falar nessa barragem. Essa barragem tem dado dor de cabeça pro pessoal. Era tão bom se não saísse, né? Isso aí é o que o pessoal quer, né?

Pesquisador: E esta notícia veio do pessoal ligado a Eletronorte ou de outras fontes?

Interlocutor: Foi, teve um rapaz aqui, ele falou comigo pra botar as ferramentas dele aqui. Eu falei: “Bota, pode botar, tem problema não, pode botar”. Ele trouxe as ferramentas pra cá pra botar aqui. Até que um rapaz disse assim: “Ah, (...) eu não deixava não”. Eu disse: “Não, rapaz, eu não vou empatar”.

Pesquisador: Alguém falou para o senhor isso? Quem era?

Interlocutor: Foi, era vizinho, até o dono de um terreno aqui. Disse: “Eu não deixava botar nada aqui”. Eu disse: “Não, rapaz, eu tenho que deixar, se é ordem...”. Isso já faz um bom tempo (Entrevista concedida em novembro de 2013).

Conviver com algo que pode ser tão desastroso para a vila significa não ser condescendente com a situação imposta. Aliás, esta narrativa revela que as consequências do projeto hidrelétrico já estão sendo experienciadas pelo grupo. O trecho, “Essa barragem tem dado dor de cabeça pro pessoal”, remete ao desencadear das aflições e das preocupações. Somado a isso, é comum nos relatos o vislumbre da não construção da barragem de Marabá como algo positivo, tal como destacado na passagem: “Era tão bom se não saísse, né? Isso aí é o que o pessoal quer, né?”.

Quando se faz referência a esta usina hidrelétrica é para dizer que ela não é bem vinda ao território da vila Espírito Santo. A advertência do vizinho do nosso interlocutor, ao proferir a frase “Eu não deixava botar nada aqui”, faz referência não só ao sujeito que estava a serviço dos empreendedores, mas a própria forma como está sendo recepcionada a barragem por ali.

Se, por um lado, o projeto já está comunicado, por outro, o silêncio dos grupos empresariais a respeito das consequências desta obra é muito evidente. Conforme demonstra o conteúdo da narrativa de um servidor público de 46 anos, não há clareza sobre vários aspectos. Aliás, as certezas em relação ao futuro, após o anúncio desta usina hidrelétrica, ficaram abaladas:

[...] infelizmente a gente tem, assim, uma incompetência tão grande das empresas, dos governos, né, que num vem trabalhando em cima disso. Eles têm competência para falar pra radio, pra televisão, pra falar com umas autoridades lá. Mas eles não têm competência pra chegar pra gente que mora aqui e dizer “olha, tal dia eu tô na comunidade de vocês”, que eles chamem a gente, “olha vamos precisar dessa área de vocês, aonde nós temos um projeto para ser executado, então, daqui tanto tempo vocês vão se preparando para ir embora daqui”. A gente gostaria que fosse assim, mas, infelizmente, a gente não tem. Porque, até hoje, ninguém sabe de nada, deles mesmos ninguém sabe de nada. A gente vê falar em rádio, televisão que eles têm prazo certo pra começar para terminar, pra inaugurar, tudo eles tem prazo certo. Mas pra nós mesmos nós não sabemos. Ninguém nunca teve essa competência para chamar nós na comunidade e dizer: “olha, nós tem um projeto para ser executado em cima dessa área aqui, tal tempo, assim e assado”, ninguém veio (Entrevista concedida em novembro de 2013).

No ângulo oposto, conforme aponta o nosso interlocutor, os segmentos empresariais vinculados à barragem de Marabá afirmam estar havendo diálogo com os agentes sociais da vila.

E outra, chateia muito a gente, porque ela, nas reuniões dela por ai ela diz que já sentou com todos nós, que já comunicou. Não, ela não sentou. Ela teve uma audiência pública lá em Marabá. A única coisa que ela fez foi aquilo lá. Mas sentar conosco aqui, nunca fez não (Entrevista concedida em novembro de 2013).

A narrativa revela, no primeiro momento, o desdobro de uma preocupação referente à inundação daquele território. Entretanto, ainda é um mistério todas as nuances desta ação. Daí surge a angústia de ouvir que o projeto está próximo de sua efetivação, mas o primeiro espaço a ser desabitado prescinde de informações detalhadas e concretas sobre todo o processo. Ou seja, as decisões são tomadas sem um prévio debate com o grupo afetado.

Somado a isso, a preocupação com o “preparo da comunidade” é intensa. A preparação da comunidade tem muito a ver com o amadurecimento dos agentes sociais para enfrentar as condições de vida futuras. Para isso, teria de haver contatos mais estreitos dos grupos ligados ao projeto da barragem, com os grupos pertencentes aquele território.

O estreitamento das relações, nesse momento crítico, significaria um maior nível de entendimento no que diz respeito aos reais prejuízos desencadeados pelo projeto à vida naquele território. Um debate conjunto, onde todas as questões pudessem ser levantadas e avaliadas, seria fundamental para, pelo menos, expor os impactos em potencial e, de alguma forma, buscar soluções adequadas. Inclusive, caso o processo fosse democrático, poderia ser avaliada a possibilidade da UHE de Marabá não ser construída, já que é para este sentido que as opiniões do grupo convergem.

Entretanto, até o momento, não houve deliberação em conjunto sobre coisa alguma. E isto está sendo amplamente criticado e condenado. Assim, é possível verificar um processo de construção do conflito na medida em que os grupos situados nesse contexto tendem a se colocar, cada vez mais, em polos opostos. A usina hidrelétrica de Marabá incomoda e constrange as pessoas. As narrativas demonstram isso por uma série de ângulos.

Retomando a questão da ausência de diálogo, cabe destacar que essa estratégia dos grupos empresariais não é inusitada. Há grupos afetados pela barragem de Tucuruí que passaram por uma situação similar a esta e, no final, foram privados de deliberar sobre o seu futuro. O diálogo com a Eletronorte, naquele contexto, foi bastante incipiente- isso já foi bem demonstrado por Acselrad; Silva (2004) e Magalhães (1996, 2005, 2007).

Naquele momento, os colonos foram reassentados no Loteamento Rio Moju e se viram diante de condições de moradia e de reprodução social muito diferente daquelas a que estavam habituados. A política de reassentamento tinha sérias limitações. E isto foi o desdobramento da falta de diálogo da empresa para com os colonos que ali foram postos. No final, ocorreu aquilo que Magalhães (2005) denomina de *debandada*, isto é, o abandono dos lotes ofertados pela Eletronorte, e muitos dos colonos retornaram a seus antigos territórios às proximidades do rio Tocantins.

Este fato ilustra um dos efeitos sociais decorrentes de uma política de reassentamento deliberada de forma unilateral e, por isso, refém das decisões dos grupos empreendedores. E isto remete ao contexto de anúncio da barragem de Marabá, onde as relações estão sendo construídas nesse nível, conforme destacam os relatos.

Com as relações sociais se organizando nesse formato, o projeto de construção desta usina hidrelétrica está sendo, claramente, avaliado como algo negativo. Afinal de

contas, os agentes sociais da vila Espírito Santo compreendem que ele põe em risco o seu modo de vida. A falta de esclarecimentos sobre os reais impactos desta tecnologia é bastante preocupante, além disso, a incerteza do futuro é o que se evidencia.

Em todo caso, há uma perspectiva crítica dos agentes sociais da vila Espírito Santo em relação a esta barragem. E a presença do Movimento dos Atingidos Por Barragens (MAB) tem sido decisiva nessa questão. O MAB demonstra que a intervenção de barragens em diversos territórios não resultou em benefícios para os grupos afetados. Diferentes situações empíricas são apontadas, seja através de documentários, conversas ou mesmo incursões em localidades já atingidas por projetos que demandam o deslocamento compulsório. É um trabalho pedagógico que contribui, sobremaneira, para relativizar o modo positivo com o qual o projeto hidrelétrico está sendo anunciado.

Nos encartes distribuídos aos grupos compreendidos como afetados, consta que a construção da barragem de Marabá é de grande importância para o país. Isso porque o Brasil está em um ritmo acelerado de desenvolvimento econômico e social, o que exige a geração de energia para dar suporte a este momento histórico. Além disso, quando a referida usina hidrelétrica for construída, ela vai gerar mais de 1/3 da necessidade de energia anual do país. Nesse sentido, 5 (cinco) milhões de residências seriam beneficiadas.

O que justifica a construção desta tecnologia no sudeste paraense- e na altura da vila Espírito Santo- é a proximidade que essa região tem com as linhas que já fazem parte do Sistema Interligado Nacional (SIM). Desse modo, a energia produzida seria escoada com mais facilidade. Significa dizer que existe uma espécie de prévia justificação à desconstrução da vida em diversos territórios. E isto parece ser uma tentativa de dar legitimidade à implantação da UHE de Marabá.

Por outro lado, essa legitimidade já está sendo questionada. As incursões em campo-das quais falávamos há pouco- realizadas pelos agentes sociais da vila Espírito Santo, fazem transparecer a forma com que os segmentos empresariais constroem as relações com os grupos afetados. Uma das viagens de campo aconteceu no município de Canaã dos Carajás, numa localidade atingida pela expansão da mineração.

A vila Mozartínópolis, conhecida pelo apelido de “Racha de Placa”, se consubstanciou em um espaço de troca de experiências de conflito, oriundas de

situações de dominação similares. A narrativa abaixo, que é de uma comerciante (57 anos) da vila Espírito Santo, mostra o significado desse intercâmbio de experiências.

Quando eu vi aquele povo lá falando tanta coisa, tanta coisa que aconteceu e que tá acontecendo com eles aí eu falei: “meu Deus”. Eu estava vendo nós aqui na vila: “Deus do céu, será que isso vai acontecer com a gente?”. Coisas tristes, famílias desprezadas, sem direito a nada. É aonde era uma vila que tinha de tudo e não tem mais nada. E eles estão cercados já. Tinha um senhor lá, meu Deus, quando ele começou a falar a gente até chorou de dor do que eles estavam passando. É triste quando a gente sai, assim, fora da vila. Aonde já aconteceu é triste demais. É um povo que não pensa em ninguém não. Não pensa no povo, não pensa na humanidade. Só pensa neles. Só querem saber deles. Isso aí não vai servir em nada pra nós. Só vai destruir nós, só isso. Mas de ter serventia pra nós ou pra alguma coisa aqui, não tem não. Só pra destruir. Depois de eles fazer esse projeto deles aí, pronto (Entrevista concedida em novembro de 2013).

O pescador e vice-presidente da associação dos moradores (54 anos de idade), ao vivenciar tal experiência, demonstra que ela serve como alerta aos habitantes da vila contra as estratégias utilizadas pelos empresários. Estas, geralmente, se dedicam a promover a desmobilização dos grupos, o que facilita um processo de convencimento individual.

Você ver aonde tinham 250 (duzentas e cinquenta) famílias, as meninas lhe contaram né? Eles tentaram, tentaram e ainda tiraram 200 (duzentas) famílias de lá, deixaram só 50 (cinquenta). É o caso da mineração lá no Racha Placa. Os outros tinham que ter ajudado os irmãos, ter falado: “não, nós não vamos sair. Nós só saímos sem todos saírem juntos e dessa forma aqui. Nós só saímos sem todos saírem juntos e dessa forma aqui. Vocês tem que pagar todo mundo direitinho, ou então a gente não saímos. Queremos outro lugar pra nós, todo mundo junto”. Mas, não. Chegou um e diz: “rapaz, te dou tanto” e ele já vai saindo. É isso que acaba com as pessoas (Entrevista concedida em dezembro de 2013)

A vila Mozartinópolis está situada na zona rural do município de Canaã dos Carajás, no sudeste paraense. Ela existe desde 1978. Nesse momento histórico, os grupos que ali vivem estão enredados em um conflito com a mineradora VALE por discordarem da expansão do maior projeto de exploração de minério daquela empresa: o famigerado S11D (REIS, 2013).

A ruptura sociocultural, provocada pela presença do S11D, já é experienciada na medida em que o referido projeto incidiu “diretamente na vida das famílias que tinham uma organização social considerável; com suas festas tradicionais, vendas de produtos artesanais e de sua produção agrícola comercializada na feira de Canaã dos Carajás”

(REIS, 2013, p. 3). E isto foi provocado por um processo contínuo de cercamento das propriedades, resultante do convencimento da empresa à grande maioria das famílias.

A reação da interlocutora mencionada (comerciante de 57 anos), ao se deparar com a situação das famílias da vila Mozartinópolis, é de espanto seguido de uma reflexão sobre o território do qual ela é proveniente. São experiências que chocam porque configuram uma espécie de espelho no qual os agentes sociais da vila Espírito Santo se olham e veem a possibilidade de estarem enxergando a si mesmos, no futuro. Ver a si próprio, através das experiências de outros grupos, significa construir um pensamento crítico em relação à barragem de Marabá. No fim, isto acabou se revelando, e o trecho “Só pra destruir. Depois de eles fazer esse projeto deles aí, pronto” demonstra o sentido atribuído ao referido projeto hidrelétrico.

E o pescador e vice-presidente da associação dos moradores demonstra uma preocupação, sobretudo, com um processo organizativo dentro do qual os agentes sociais não se deixem seduzir por propostas de negociações feitas de maneira individualizada pelos setores interessados na edificação da barragem de Marabá.

Essa troca de experiências de conflito se estendeu para outros estados. Desta vez, quem relata a situação de outro grupo é uma agente social (28 anos) que acompanha o Movimento dos Atingidos por Barragens.

Pesquisador. – Qual foi a sua impressão ao visitar todos esses lugares? O que marcou você mais? Algo que ficou na memória...

Interlocutora. – A que mais marcou foi a que nos fomos para Rondônia. A gente conheceu uma comunidade que foi retirada do lugar de onde eles estavam: foi reassentada. A terra onde colocaram eles era uma quinta, porque só tinha pasto, não era uma terra produtiva, tudo que eles plantam não nasce, faz é morrer, não vinga nada lá. Aí eles estavam passando por uma dificuldade muito grande. Aí eu já fiquei pensando em nós, assim, que vamos sair daqui, que não sabe nem pra onde e nem quando vamos sair (Entrevista concedida em dezembro de 2013).

A situação desencadeada nessas realidades, seja onde a mineração se amplia ou onde as usinas hidrelétricas se instalam, não parece resultar em benefícios para os grupos que ali costumavam viver. Ao contrário, estes são submetidos a um intenso processo de desarticulação, resultado da perda de seus territórios e da desfiguração das relações sociais que neles se processavam.

Os trechos narrados acima fornecem elementos para se pensar nesse sentido. As incursões de campo mencionadas configuram práticas políticas as quais, além de

ampliarem a visão do grupo a respeito do significado da construção da barragem de Marabá em seu território, contribuem para a deslegitimação social daquela tecnologia. É a positividade da barragem de Marabá sendo questionada.

Nesse sentido, o Movimento dos Atingidos por Barragens tem dado grandes contribuições, sobretudo, por proporcionar a troca de experiências de conflito entre grupos afetados, em maior ou menor grau, por projetos que demandam o deslocamento compulsório.

De acordo com o que demonstra Sigaud (1996), a presença dos mediadores contribui tanto com a organização dos grupos, quanto para desconstruir a maneira como os projetos hidrelétricos são apresentados a eles. Inclusive, no contexto da barragem de Machadinho, Vianna (2012) destaca que a Comissão dos Atingidos por Barragens (CRAB) e a Igreja católica tiveram um papel fundamental nessa perspectiva. Estes setores auxiliaram nas mobilizações dos camponeses de Lajeado Pepino, os quais se agigantaram diante das empresas e lhes impuseram o constrangimento de ter que mudar o eixo de construção da barragem, além de terem de cumprir uma série de condicionantes.

4.3 “É A NOSSA VIDA QUE VAI EMBORA, É A VIDA”: A BARRAGEM DE MARABÁ COMO MARCO DE UM TEMPO DE PERDAS

Os anos de 1980 do séc. XX significaram uma espécie de primeira ruptura, vivenciada pelos agentes sociais da vila Espírito Santo, com o espaço em que se formou aquele povoado. E isto representa, na memória do grupo, um marco temporal de um deslocamento físico e espacial tido como positivo. Tal deslocamento é representado desta maneira porque não afetou as condições de vida e de reprodução sociocultural do grupo. Ao contrário, deu possibilidades para que elas continuassem acontecendo.

Na situação atual, a ameaça desencadeada pela Usina Hidrelétrica de Marabá emerge como um processo de ruptura muito mais complexo que, não necessariamente, pode desembocar na reconstrução da vida, como em 1980, mas no seu contrário. Os relatos apontam nessa direção. Esta nova situação é lida pelos agentes como algo negativo. E isto tem relações com a desconstrução do modo de vida do grupo, do seu

círculo de sociabilidade, com a perda das referências espaciais e das relações com o território.

De acordo com a narrativa de uma comerciante de 57 anos de idade, deixar a vila significa, principalmente, ser privado do espaço em que a vida foi edificada. Aliás, é a dimensão do sofrimento social que já se apresenta.

Eu nasci aqui, me criei aqui. Meus pais eram tudo de Marabá. Minha mãe nasceu aqui também na vila, quando no começo. Meu pai era do Goiás. Eu nasci mesmo por aqui, me criei e criei meus filhos. Tenho 57 anos. Nasci em 1956 aqui na vila, lá na beira do rio. E agora a gente vê anunciar o impacto dessa barragem, aí todo mundo para tudo e fica com medo até de trabalhar, fica com medo de fazer alguma coisa pra perder, mais de que o que a gente já vai perder mesmo, não tem outro jeito. É muito triste isso aí, porque aqui é nossas raízes (Entrevista concedida em novembro de 2013).

O trecho destacado revela o quão forte é o sentimento de pertença àquele território, porque é nele que a vida tem o seu desdobramento. Porém, a comunicação da barragem prejudica até os projetos futuros, e isto está expresso na passagem: “aí todo mundo para tudo e fica com medo até de trabalhar”. O medo de perder o que for realizado tem relações com a descrença no processo indenizatório. No fim, a Usina Hidrelétrica de Marabá comunicada causa certa resignação e, ao mesmo tempo, uma tristeza, conforme relata a interlocutora nas passagens “não tem outro jeito”, e, “É muito triste isso aí, porque aqui é nossas raízes”.

Além destes aspectos, a liberdade de viver no território é referenciada como uma riqueza fundamental. Inclusive, a riqueza baseada no dinheiro é contraposta à riqueza de construir as experiências fundamentadas em tal liberdade, de acordo com o que demonstra a comerciante em destaque.

É triste. Isso aí é acabar com o sossego, a vida. É a nossa vida que vai embora, é a vida. E não é só pra mim como pra todos, porque a maioria desse povo nasceu e se criou aqui. Aqui pra nós é... O povo diz “é porque são os ricos quem pode, os ricos faz isso, faz aquilo”. Tudo bem, eles são os ricos, ricos de dinheiro. Mas nós somos ricos na nossa liberdade, no nosso viver, no nosso dia a dia. Porque essa tranquilidade pra nós aqui é uma riqueza muito grande. Quem não gostaria de estar numa tranquilidade dessas? (Entrevista concedida em novembro de 2013).

Caso o deslocamento compulsório seja efetivado, as condições de vida (liberdade, sossego e tranquilidade), bem como as referências espaciais (um rio bonito,

balneário, praias e etc.) não são vistas como reparáveis. E isto se evidencia na narrativa da comerciante supracitada.

Não vai achar um lugar que nem esse aqui pra colocar a gente. E se colocar a gente em um lugar que a gente possa ter o que a gente já tem aqui, a gente vai começar tudo de novo. E se for um lugar que não dê nada, um lugar que não tenha um riozão tão bonito correndo aí. Água pra gente tomar banho, o balneário, as praias, tudo aí que a gente tem. Porque isso é uma coisa muito boa. Aí tudo isso vai tudo acabar, acabar. E isso aí, se nós sairmos daqui, nós não vamos ter isso mais não. Nem esse sossego que nós temos aqui, nós não vamos ter mais (Entrevista concedida em novembro de 2013).

O futuro aparece como um lugar indigno para se viver. Ele é referenciado como um tempo de perdas, traduzido pelo trecho “Aí tudo isso vai acabar” e “se nós sairmos daqui, nós não vamos ter isso mais não”. Este contexto se assemelha àquele de construção das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, onde, de acordo com Silva (2012, p. 203), havia “muita reticência em relação ao presente e maior incerteza ainda quanto ao futuro”. As reflexões deste autor o levam a uma análise bastante interessante. Ele demonstra que:

A incerteza aqui não está relacionada às múltiplas possibilidades disponíveis, mas ao estreito caminho que se apresenta como sendo o único. [...] Para os afetados, o futuro se apresenta como tendo uma só direção, cuja trilha aprofunda o fosso em relação ao passado. Este sim cheio de significados e balizador do que é bom ou ruim no presente (SILVA, 2012, p. 203).

Ainda, conforme aponta Silva (2012), a direção única de futuro que aparece nos contextos onde usinas hidrelétricas estão sendo construídas é resultante, principalmente, das políticas de Estado. Nesse sentido, é preciso que elas sejam modificadas. Por outro lado, uma perspectiva plural de futuro poderia brotar da capacidade de resistência dos segmentos afetados por projetos hidrelétricos. Assim, a pressão destes grupos poderia influenciar e impor alterações nas estratégias em andamento. Em todo caso, “a ampliação do campo de possibilidades não tem como prescindir da luta política. Esta é um dos caminhos para que o *futuro* se torne plural” (SILVA, 2012, p. 204 grifos do autor). As experiências de conflito na vila Espírito Santo apontam que as alternativas de futuro estão reduzidas e, pior ainda, sequer estão sendo debatidas entre empreendedores e agentes sociais.

Apesar disso, o desejo de continuar vivendo naquele território é intenso. O relato de uma dona de casa, que também se uniu ao Movimento dos Atingidos por Barragens, é esclarecedor nesse sentido.

[...] a gente já acabou saindo daqui e dando esse pulinho pra li, né. E aí a tristeza é grande, porque a gente não queria sair daqui. A gente já saiu da beira só pra ali. Mas, a gente tá bem aqui, porque o lazer nosso é... Eu que nasci e me criei aqui também, a gente acha bom e a gente é feliz com o que a gente tem. Então, a gente não queria isso. O colégio aqui, o pouquinho que eu sei eu aprendi aqui nessa beira de rio. E aí foi luta pra conseguir esse outro ali. É isso aí. A gente não queria que acabasse. A gente já saiu com medo da água e vai acabar saindo de novo (Entrevista concedida em novembro de 2013).

A experiência de deixar às margens do rio, no contexto atual, pode ser diferente daquela vivenciada nos anos de 1980. As rupturas são vistas a partir de escalas divergentes. Primeiro porque, na década 80, romper com a vida às margens do rio significava reconstruí-la em outro canto. O futuro, em tal situação, não era algo incerto, reticente. O que é justificável pelo fato do deslocamento espacial ter ocorrido dentro do território que compreende a vila Espírito Santo. As relações, os referenciais espaciais e o modo de vida do grupo não sofreram danos. Foi uma trajetória pequena, inclusive, compreendida como um “pulinho” da beira do rio para um espaço em que o avanço das águas não fosse tão prejudicial, em períodos de inverno.

Por outro lado, a ruptura que pode derivar do alagamento provocado pela barragem em destaque é entendida numa escala muito mais preocupante. Os relatos apontam essa nova ruptura como algo que trará a decadência da vila e da vida. A situação que agora se apresenta possui desdobramentos muito mais profundos, se comparada àquela de 1980. A consciência disso se manifesta, por exemplo, no trecho da narrativa acima que diz: “A gente não queria que acabasse. A gente já saiu com medo da água e vai acabar saindo de novo”.

Olhando a situação por esse mesmo ângulo, um pescador também ressalta o quanto está temeroso em relação ao futuro.

Pra onde a gente vai não tem nada. Aqui, pelo menos a gente tem o peixinho, tem a macaxeira, tem o abacaxi, tem o caju. Tudo eu tenho, sem precisar comprar. E aí eles não dão valor que tem naquelas coisas lá. Porque o dinheiro se acaba e aquilo ali não se acaba, né? Vai se acabar agora, se chegar a sair a barragem. Vai tudo para o fundo (Entrevista concedida em novembro de 2013).

Neste relato, percebe-se o receio no que diz respeito à perda dos meios de reprodução material da vida. Sobretudo, porque, para o interlocutor “o peixinho”, “a macaxeira”, “o abacaxi”, “o caju” e outros produtos mais que a sua família consome não são frutos de nenhuma transação comercial. Ao contrário, eles provêm de uma ilha da qual o referido pescador é proprietário. Porém, se a barragem for construída, no entendimento daquele agente social, “Vai tudo para o fundo”.

Os casos relatados na vila Espírito Santo demonstram que o futuro não é um lugar cheio de possibilidades. A possibilidade única de futuro que se apresenta aqui é sombria, e os relatos convergem na medida em que vislumbram o futuro como um lugar de perdas.

Esses entendimentos revelam que o modo como os setores ligados à construção da Usina Hidrelétrica de Marabá constroem as relações com os agentes sociais da vila Espírito Santo contribui, tanto para a formação de um pensamento crítico destes últimos em relação à edificação daquela tecnologia, quanto com as representações do futuro como um lugar de perdas.

O formato destas relações sociais deixa transparecer a construção de um conflito pela existência no território. Afinal, são projetos de vida que estão se confrontando, e ambos precisam daquele território para afirmar as suas diferenças. Enquanto projeto vinculado à lógica de expansão capitalista, a Usina Hidrelétrica de Marabá interfere nas formas de organização da vida referenciadas nas águas do rio.

Nesse sentido, a lógica de uso das águas, com base na geração de energia elétrica e vinculada à expansão capitalista, emerge como uma racionalidade que projeta a sua pretensa superioridade sobre qualquer outra. E isto tende a repercutir negativamente nas diferentes esferas da vida que conformam o território da vila Espírito Santo. Como desdobramento, os agentes sociais avaliam que, na atual situação, eles já estão sendo atingidos pela Usina Hidrelétrica de Marabá.

4.4 AUTOAVALIAR-SE COMO ATINGIDO

Com a barragem de Marabá em processo, os agentes sociais da vila Espírito começam a se autotransformar como atingidos, já que são afetados de diferentes formas. A perda da tranquilidade no presente, e a insegurança quanto ao futuro parecem ser os elementos-chaves para entender o desdobramento desse processo. Ainda, nesse sentido,

o fato de saber que a vila será o primeiro espaço a ser desabitado para dar lugar a construção da Usina Hidrelétrica de Marabá concorre, diretamente, para que hajam estas auto-avaliações.

No dia 21 de novembro de 2013, um grupo formado por agentes sociais que participavam de um evento chamado “Seminário Mineração e Energia na Pan-Amazônia¹⁹”, em Marabá, percorria o sudeste paraense buscando ter contato com os espaços afetados por estes dois tipos de projetos.

O primeiro lugar visitado foi a vila Espírito Santo. A figura (13) abaixo demonstra este encontro, o qual se realizou no espaço mais representativo da história daqueles agentes sociais: a margem do rio Tocantins.



Figura 13: ENCONTRO ÀS MARGENS DO RIO TOCANTINS: o debate sobre as repercussões da Usina Hidrelétrica de Marabá no território da Vila Espírito Santo.

Fonte: Cristiano Silva (2013).

Neste evento, um dos coordenadores do Movimento dos Atingidos por Barragens expressou a situação vivenciada, no presente contexto, da seguinte maneira:

¹⁹ Naquela ocasião estavam presentes representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento Debate e Ação (MDA), representantes da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará e pessoas vindas de países como Peru, Equador e Colômbia, dentre outros setores da sociedade.

Essa é uma região que vai ser alagada em função da construção dessa usina. A gente diz “em função da construção” porque essa luta é contra a construção da hidrelétrica. São 10 mil famílias. Aqui são cento e poucas famílias, só nessa comunidade (Fala gravada em novembro de 2013).

Além de frisar o processo de enfrentamento contra a construção da barragem, o relato também deixa evidente que, só no território da vila Espírito Santo, mais de cem famílias estão submetidas ao risco de serem deslocadas compulsoriamente. Em toda a área que será coberta pelo lago este número se agiganta para um total de 10 mil famílias.

Em meio à exposição dos problemas, os habitantes daquele espaço tomaram a palavra e verbalizaram as suas preocupações, inclusive, mencionando que já sentem os impactos desta tecnologia. Por isso, se autoclassificam como atingidos.

Uma das lideranças da vila, no conteúdo de seu relato, aprecia a situação da seguinte forma: “a gente se coloca aqui e expressa todas as nossas emoções diante desse impacto que nós estamos passando”. Conforme já ressaltado, sofrer o impacto do projeto é está enredado numa situação onde o presente é o tempo da inquietude, e o futuro um lugar de incertezas. Tais incertezas emergem do fato do grupo não saber para onde ir, caso a instalação da Usina Hidrelétrica de Marabá ocorra.

O relato de uma professora, que também é habitante da vila, é bastante evidente nesse sentido.

Eu nasci justamente aqui nessa beira do rio, desse paraíso que vocês estão vendo. E, vejo hoje, com esta história se repete, e cada dia vai passando. Nós estamos no paraíso, agora nós não sabemos pra onde que vão nos mandar. Será que nós vamos pra outro paraíso, ou nós vamos para o inferno? Eu ainda fico pensando, nem quero pensar assim: “você vai sair daqui” (Fala gravada em novembro de 2013).

Além de se situar na história daquele território fazendo referência ao seu nascimento na “beira do rio”, a professora demonstra, assim como vários outros agentes sociais, que ali é o “paraíso”. Em contrapartida, sair daquele espaço pode significar a ida para um lugar indigno de se viver, algo semelhante ao “inferno”.

Esta dúvida, e é continuamente importante reafirmar, além de ser fruto da inquietude de viver o presente, e da incerteza quanto ao futuro, é proveniente, sobretudo, da forma como os segmentos empresariais vinculados à construção da

barragem de Marabá tem se relacionado com os agentes sociais da vila Espírito Santo. Isto é, sem apresentar-lhes esclarecimentos detalhados sobre os reais impactos desta obra em suas vidas, e sem debater alternativas de futuro com os mesmos. A distância que marca as relações entre os dois grupos mencionados coloca-os em polos opostos e, deste modo, vai se construindo uma situação social de conflito pela existência naquele território.

Em outra ocasião²⁰, uma das agentes sociais da vila, ao participar de um evento no auditório da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), destaca, novamente, essa dimensão dos impactos fazendo referência ao grupo como atingido.

A nossa vila, como já falaram, vai ser o canteiro de obras. Então, a gente vai ser a primeira comunidade a ser retirada do lugar, né? Então a gente já tá sofrendo com os impactos antes de começarem a barragem, porque lá nós somos mais de 100 famílias, tem muitas crianças que ainda não entendem o que está acontecendo (Fala gravada em fevereiro de 2014).

Neste mesmo sentido, o pescador e vice-presidente da associação da vila, com base em suas participações nas reuniões promovidas pelo Movimento dos Atingidos por Barragens, avalia como entende a si próprio, e os outros agentes sociais da vila Espírito Santo como atingidos pela barragem de Marabá.

As informações que nós temos sempre é pelo movimento. É trazendo vídeo de outras hidrelétricas que foram construídas e quais são os impactos que elas fazem com as populações. E a gente vê que o sofrimento é muito grande. A gente já se sente sofrendo do mesmo jeito dos outros. Porque estamos na mesma situação (Entrevista concedida em dezembro de 2013).

A recorrência daqueles agentes sociais se autoanalisando desta maneira revela que eles já sofrem as consequências deste empreendimento. E as sofrem, principalmente, quando deixam de dar continuidade aos projetos traçados para o futuro, ou quando se pegam a pensar no quão absurda lhes parece esta tecnologia. O relato de um servidor público (46 anos) e de uma comerciante (57 anos) apontam nessa direção.

²⁰ O evento mencionado recebeu a denominação de “Ciclo de Palestras: comunicação em Cartografia Social- experiências sociais e questões socioambientais em projetos hidroelétricos no sudeste do Pará”. Ele foi realizado no dia 25 de fevereiro de 2014, e contou com diversas entidades. Dentre elas está a Faculdade de Educação do Campo (UNIFESSPA), Observatório Socioambiental do Sudeste Paraense (CPT), Comissão Pastoral da Terra- CPT-, Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/ Núcleo Marabá- PNCSA, Projeto MAPEAMENTO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO TERRITORIAL CONTRA O DESMATAMENTO E A DEVASTAÇÃO: Processo de capacitação de Povos e Comunidades Tradicionais, e outros setores da sociedade.

O servidor público (46 anos) que, dentre as suas posses, é detentor também de uma chácara na margem do rio Tocantins, destaca o seguinte:

Ai comprei isso aqui, tinha um sonho de arrumar tudinho, botar umas cinco vacas, tirar o leite pra consumir. Acho que isso aí vai embora antes de realizar o sonho. Do jeito que ta indo aí, num tem muita chance não (Entrevista concedida em novembro de 2013).

Aqui, o que se revela é não continuidade de um projeto previamente pensado para o futuro, tendo em vista a insegurança de realizar novos investimentos na propriedade. E aí se desfazem os sonhos de “botar umas cinco vacas”, cuja finalidade seria a de “tirar leite pra consumir”. Essas situações também influenciam na hora em que os agentes sociais se autodefinem como atingidos. Inclusive, Daou (2013) já analisava que ser atingido está relacionado, também, ao fato de não saber se é possível continuar com o curso normal da vida, semeando, investindo, fazendo novas aquisições e, em função disso, suspender ações que foram previamente planejadas.

O incomodo de ter que conviver com a barragem de Marabá anunciada afeta o cotidiano das pessoas de diversas formas. De acordo com o relato da comerciante mencionada, pensar na instalação desta usina hidrelétrica é sofrer.

Isso me entristece demais, olha, demais, demais. Eu não penso só por mim, eu penso nessas crianças, esses adolescentes e por esses que estão chegando, né. Ver tudo isso aqui. Desde quando começou esse negócio, tem noite que eu nem durmo, pensando. Quando eu começo a pensar, eu penso, assim, em tudo que eu já vivi; em tudo que a gente tem. Tudo indo por água abaixo, sem saber nem o que vai acontecer com a gente. Começo a pensar, vai embora o sono, vai embora tudo. Às vezes eu passo noites e noites sem dormir pensando nisso (Entrevista concedida em novembro de 2013).

Experienciar situações desta natureza é degradante para o ser humano. Além disso, saber que o rumo da vida é uma incógnita contribui, sobremaneira, para que isto ocorra. No caso da interlocutora, ela se sente afetada quando fica “noites sem dormir”, em função da tristeza em pensar a respeito de tudo que ela já viveu “indo por água abaixo”. Então, ser atingido e se autodefinir como tal, no território da vila Espírito Santo, remete ao conjunto de questões levantadas nesse tópico: o presente perturbador, um futuro incerto, a não continuidade dos projetos de vida e a tristeza que ali se instala.

Nesta situação de desencadeamento do conflito, como vimos, o futuro aparece como um lugar sombrio, porque é representado como um tempo de perdas. Aliás, deixar

aquele território é perder as relações, materiais e simbólicas, com ele. Dentro desse contexto, uma das soluções que as narrativas apontam como temerosa é a de que as pessoas deslocadas sejam reassentadas na cidade. Habitar os bairros de Marabá é algo que emerge como uma solução imprópria, sobretudo, porque a referida cidade não tem possibilidades de ofertar uma vida semelhante àquela que os agentes sociais possuem no território da vila.

4.5 A SOLUÇÃO IMPRÓPRIA: IR MORAR NA CIDADE

É curioso o quanto os relatos convergem quando apontam que, morar na cidade, caso o deslocamento compulsório ocorra, não é uma solução adequada. E os agentes sociais fazem essa avaliação comparando a experiência de viver no território da vila Espírito Santo, com o que eles conhecem da vida na cidade.

Uma garota de 11 anos de idade, e estudante da Escola José Freire de Alencar, ilustra essa questão com clareza. Ao fazer a sua avaliação sobre as repercussões da barragem de Marabá, ela diz o seguinte:

Aqui é um lugar tão bom, ai vai vir essa enchente, então, nós vamos ter que sair daqui. Aqui tem as árvores, tem um quintalzinho, tem as nossas galinhas, mas só que, lá na cidade, lá só tem uma casinha. Lá não tem espaço pra plantar uma árvore, pra fazer aquelas coisas, plantar uma plantinha lá. Tem os animais, mas só que... Não, vai ser ruim demais quando a gente sair daqui. Lá na beira do rio é bom demais (Entrevista concedida em dezembro de 2013).

A vinda da “enchente” significa a saída dos grupos para outro lugar. Nesse caso, a cidade é vista como um possível espaço de reassentamento. Se, por um lado, o espaço de construção da vida no território da vila Espírito Santo é amplo, pois comporta a plantação de árvores, dá para fazer um “quintalzinho” e criar animais, por outro, a cidade é referenciada como um lugar que não é tão bom para viver, já que “só tem uma casinha” onde morar.

Ainda, nessa perspectiva, a cidade é representada como um lugar de ocorrência do crime, da insegurança e do cerceamento da liberdade de andar livremente. E o medo de ter a integridade física violentada contribui muito para esse olhar de desconfiança. Por isso, de acordo com um dos agentes sociais da vila Espírito Santo (68 anos de

idade), filho da D. Eliza e do Sr. Benvindo, seria melhor continuar vivendo naquele território, porque por ali é “quieto”.

E hoje em dia o negócio tá perigoso. Tem muito malandro que não quer trabalhar, só para puxar a vida dos outros. É o que tá se vendo, todo dia. A gente liga uma televisão, é só o que se vê é isso aí. Dá pra a gente ficar nervoso. Se, para mim, não saísse era melhor. Aqui é um lugarzinho quieto, não sei se é porque a gente é acostumado aqui, eu fui nascido e criado, né? (Entrevista concedida em dezembro de 2013).

Analisando a questão por esse mesmo ângulo, uma comerciante (57 anos) destaca o receio de que, no futuro lugar de moradia, não tenha a tranquilidade da vila. E ir habitar a cidade, tratada como “rua”, não lhe soa como uma proposta agradável.

Quem não gostaria de estar numa tranquilidade dessas? A gente sair daqui pra ir pra dentro da rua, ou mesmo pra outro lugar que seja que não seja pra dentro da rua, outro lugar para colocar a gente, mas onde é que eles vão achar um lugar que nem esse aqui? Porque, já pensou? Eles dão uma indenização, ninguém sabe nem de quanto. A gente sai daqui e vai pra rua. Isso, claro, se der. Aí você diz: “vamos comprar aquela casa!” Aí vai viver de quê? Vai comer o quê? (Entrevista concedida em novembro de 2013).

A ideia de ir morar na cidade, vale salientar, não foi uma proposta lançada pela Eletronorte e a empresa Camargo Corrêa, responsáveis pelos Estudos de Impacto Ambiental. Conforme mencionado, não houve, até o momento, um debate entre estes segmentos empresariais e os agentes sociais da vila Espírito Santo. Então, diante deste quadro de ausência de diálogo, as propostas das empresas ainda são desconhecidas. Apesar disso, os habitantes formulam opiniões a respeito de possíveis espaços no quais eles seriam reassentados.

O futuro, como já destacado, é tido como um tempo de perdas. Do mesmo modo, ir morar na cidade é uma solução imprópria porque também remete a ausência, sobretudo, da tranquilidade e do sossego que há no cotidiano da vila Espírito Santo. Um dos habitantes da vila (73 anos de idade), quando questionado se costuma frequentar os debates promovidos pelo Movimento dos Atingidos por Barragens, destaca a importância daqueles momentos, e avalia o quanto ir morar na cidade pode ser negativo.

Eu vou. Todas que tem eu vou. Eles botam o vídeo pra gente ver o sofrimento desse negócio dessa saída. É triste. Se mudar pra outro canto aí que vai ficar ruim mesmo. Esses que não tem emprego, não tem nada, vai sofrer. Aqui não, que vai ali e apanha uma manga, uma banana por ali. Mas

na rua, meu irmão! Na rua é só o dinheiro vivo aí. Se não tiver o dinheiro...
(Entrevista concedida em novembro de 2013).

O pescador e também vice-presidente da associação dos moradores da vila demonstra ter um posicionamento similar ao do interlocutor acima.

Lá na rua, lá fora se sabe que a vida não é muito boa. É por zuada, o negócio da malandragem hoje é muito grande. E aqui todo mundo tem os seus barraquinhos, tá tranquilo. Menino sai daí, dorme lá fora, depois vem e o barraquinho tá do mesmo jeito. Isso vai ser um desassossego pra todo mundo. Essa que é a nossa preocupação (Entrevista concedida em dezembro de 2013).

Sem alternativas seguras de um futuro positivo, os agentes sociais conjecturam a possibilidade de serem vítimas de uma política de reassentamento que os restabeleçam na cidade de Marabá. Contudo, não é isto que vislumbram. Embora pensem num possível processo de reassentamento, vale ressaltar que a resistência contra a instalação daquele projeto em seu território é um dos horizontes de enfrentamento.

Entretanto, se os representantes da Eletronorte e da empresa Camargo Corrêa não se dispõem a dialogar com o referido grupo, eles mesmos ofertam soluções ao problema do deslocamento compulsório, caso a barragem venha a se instalar. Diante de um futuro de perdas e do fato de ir morar na cidade representar uma solução imprópria, a proposta que emerge como uma forma de atenuar os impactos da barragem é a de reassentamento às margens do lago, ou em um território com características similares as daquele.

4.6 RESPOSTAS CABÍVEIS: POSSÍVEIS SOLUÇÕES

Ir morar na cidade, como destacado, representa uma incongruência com o modo de vida dos agentes sociais habitantes do território da vila Espírito Santo. Temerosos em relação a esta solução imprópria, os relatos coletados em campo apontam que a forma de manter o grupo unido, com suas tradições e organização social, caso a referida barragem seja edificada, é o reassentamento às margens do lago desta usina hidrelétrica, ou em outro lugar com características similares às aquelas presentes no território que compreende a vila.

Tais propostas surgem da preocupação dos agentes sociais em serem vítimas de uma política de reassentamento imposta, e que não observe a maneira como a vida, no

cotidiano daquele território, se processa. O alerta de um servidor público (46 anos de idade) ilustra com clareza tal preocupação.

Essa comunidade ai, o que eles sabem é aquilo lá. Se pegar eles e levar pra cidade, o que é que vai acontecer: eles não têm conhecimento de nada na cidade, não sabe trabalhar de nada lá. Eles vivem ai de pesca, tem a vida deles mesmo ai de pesca, como ribeirinho (Entrevista concedida em novembro de 2013).

A centralidade da pesca reside no fato dela ser tanto uma forma de aquisição do sustento familiar, quanto uma prática que afirma um modo de vida. Não é por acaso que o interlocutor destaca que muitos habitantes da vila “tem a vida deles ai de pesca, como ribeirinho”. A preocupação contida no relato é com o desmonte destas formas de vida referenciadas nas águas do rio. Nesse sentido, naquela realidade, o território aparece não só como o espaço de onde se retiram recursos naturais, seja para o consumo ou para a venda. Ele emerge como um espaço onde se cultivam práticas importantes para os desdobramentos da vida.

Por isso, conforme destaca o servidor público, para não serem arbitrários no processo de reassentamento, seria necessário que os segmentos empresariais vinculados à construção da UHE de Marabá buscassem entender, de forma sistemática, a dinâmica do cotidiano naquele território.

Eu acho que eles tinham que ver o dia a dia das pessoas, como é que a gente vive, de que maneira a gente quer continuar vivendo. Tinha que ver o lado de todo mundo, não é só o lado deles, de construir o projeto deles. Eles ignoram totalmente a gente e faz um troço desses lá. Quem achou bom, tudo bem! Se se não achou bom, tudo bem também, não faz diferença. Nem todo mundo aceita a situação, sabe? Com certeza, se eles viessem aqui a gente conversava de igual pra igual (Entrevista concedida em novembro de 2013).

O interlocutor expressa a vontade de se fazer ouvir pela Eletronorte e a Camargo Corrêa, para que a intenção do grupo em continuar a vida em um espaço adequado seja levada em consideração. Ele demonstra, também, que os setores empresariais tinham “que ver o lado de todo mundo, não só o lado deles”. Apesar disso, para o servidor em destaque, o silêncio dos grupos empresariais não o impede de avaliar a questão de uma forma que agrada ao conjunto dos agentes sociais da vila Espírito Santo.

Acho que se alguém pudesse montar a vila na beira do rio seria muito importante. Eu acho que seria mais importante pegar essa comunidade daqui e ver aonde é que vai ficar a margem, montar uma comunidade lá na margem e deixar nós lá que seria bem mais importante pra nós, né, nós ribeirinhos.

Porque aqui é tudo pra nós. O que nós sabemos é isso aqui (Entrevista concedida em novembro de 2013).

(Re) instalar a vila às margens do lago significa uma possibilidade de que o futuro não seja tão prejudicial. Aliás, este é um exemplo de como as possibilidades de futuro podem ser alargadas. A referida proposta evidencia, também, a relação de apego que o grupo mantém com aquele território. Nesse sentido, a solução aqui analisada se aproxima muito daquilo que se convencionou chamar de “resposta cultural”. A resposta cultural é uma maneira própria de sanear um problema causado, principalmente, em função de catástrofes naturais: terremoto, vulcão. Conforme assinala Magalhães (2007), os autores que discutem nessa perspectiva:

[...] têm chamado a atenção para a particular relação que os grupos demonstram estabelecer com a paisagem e o patrimônio, conduzindo-os a escolher- o que geralmente é qualificado como irracional- permanecer no local e reconstruí-lo, mesmo em situações nas quais são previstas novas ocorrências e em que há um trabalho de convencimento dos poderes públicos (MAGALHÃES, 2007, p. 210).

Ainda, de acordo com Magalhães (2007, p. 210), “se as respostas são culturais, elas têm em comum, todavia, a morte simbolizada pela destruição da paisagem e do patrimônio coletivo (monumentos, casas, edificações)”. Nesse sentido, a enchente que poderá ser causada em função da barragem significa, para o grupo, tanto a morte das referências espaciais, quanto de uma forma de vida. Em virtude disso, e para resguardar pelo menos o modo de vida e as tradições, emerge a proposta de reassentamento às margens do lago.

Olhando a questão por um prisma semelhante a este, uma agente social, que é condutora do Festejo do Divino Espírito Santo, demonstra a preocupação em manter o grupo unido.

Mas é o que a gente tenta conscientizar, para que a gente possa continuar juntos, que a vila possa ir pra outro lugar pra a gente dar continuidade na nossa cultura, nesse laço familiar. Aqui quase todo mundo é parente, e a gente se preocupa de um ir para um lado, outro ir para outro lado e depois a gente não tem mais esse aconchego. Não tem mais esse espaço, essa liberdade, esse lazer, tudo assim... O sonho, mesmo, é o de que todos se juntassem e dissessem: “nós queremos um reassentamento, queremos a vila, onde possamos continuar vivendo do que a gente vivia antes, numa beira de rio e que a gente possa ter melhor do que a gente tinha aqui”. Porque, ninguém chegou aqui para perguntar se alguém queria sair daqui, ninguém perguntou. E pelo que a gente observa quase ninguém quer (Entrevista concedida em dezembro de 2013).

Este relato demonstra a dimensão do significado de continuar vivendo às margens do rio, de continuar cultivando as práticas culturais. Mas, para isto, é preciso assegurar a manutenção do “laço familiar”. Habitar as margens do rio, dentro desse processo de exclusão das possibilidades, e mesmo que seja em outro território, tem um sentido positivo.

Mesmo tal proposta surgindo como uma forma de atenuar as consequências da barragem aos agentes sociais da vila Espírito Santo, eles ainda não se fizeram ouvir pela Eletronorte e Camargo Corrêa. E isto fica demonstrado na passagem “ninguém chegou aqui para perguntar se alguém queria sair”. Mas, se todas as decisões fossem respeitadas, diz a nossa interlocutora, “pelo que a gente observa quase ninguém quer”.

O que se revela, nesta situação de desencadeamento do conflito em função do anúncio da UHE de Marabá, é a busca dos agentes sociais da vila Espírito Santo por um protagonismo nesse evento histórico. Imprimir a sua própria participação no processo decisório sobre o deslocamento que está previsto, significa evocar o evento e nele se colocar (REIS, 1998). Ou seja, é projetar um entendimento sobre o que é melhor ou pior para o grupo. Apesar de discordarem da instalação da referida barragem, avaliando a sua inevitabilidade, os agentes sociais deixam claro o que lhes é pertinente, em termos de um futuro menos prejudicial. Entretanto, se ressentem por conta da distância que os grupos ligados à construção da barragem de Marabá mantêm em relação a eles.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho desenvolve uma reflexão lastreada pelo contexto de constituição das relações sociais entre o segmento vinculado à concepção da barragem de Marabá, e a vila Espírito Santo: território marcado para ser o “canteiro de obras” do projeto. A principal linha argumentativa é a de que este momento no qual a UHE de Marabá está comunicada configura um ambiente específico de conflito.

Na tentativa de melhor apreender a situação empírica investigada, foi preciso realizar uma incursão bibliográfica por outras realidades afetadas pela presença da tecnologia de barragem. Isto permitiu comparar experiências de conflito externas com o que está ocorrendo no sudeste paraense a fim, inclusive, de melhor orientar o trajeto metodológico da pesquisa.

O fato é que estas outras experiências conflituosas ajudaram no entendimento de que o contexto predecessor do levantamento da estrutura de concreto de uma barragem é muito fértil em termos analíticos. Aliás, existe aí um determinado *gérmen* de conflito social. E isto fica muito evidente quando, a partir da situação empírica apresentada na vila Espírito Santo, se percebe o quanto os grupos empresariais se esforçam em controlar o curso dos acontecimentos, desconsiderando o que pensam os agentes sociais daquele povoado.

Além disso, no sudeste paraense, são muitos os territórios e grupos em situação similar. E eles têm que conviver, por exemplo, com a presença de técnicos a serviço da ELETRONORTE adentrando os seus domínios, inclusive, sem a sua anuência. A audiência pública realizada em 2007 foi montada, estrategicamente, para que os povos e comunidades situados, por assim dizer, no eixo do lago da barragem não pudessem se manifestar.

E nesse ambiente de conflitualidade estão enredados os grupos indígenas da Reserva Indígena Mãe Maria, sobretudo, os Akrãtikatêjê. Estes possuem um grosso repertório de embates com a ELETRONORTE em função de que foram, literalmente, expulsos de seu território, quando da construção da barragem de Tucuruí. No presente contexto, é preciso autorização dos grupos indígenas para a finalização dos estudos (EIA/RIMA) da barragem de Marabá. Neste ponto, está havendo certo desacordo entre o setor empresarial e os povos aqui mencionados.

Na vila Espírito Santo também está evidente que o mote do conflito é a disputa pela existência no território. E isto é o desdobramento do fato de que, quando está em jogo a construção de projetos hidrelétricos, o território passa a ser valorizado com base numa perspectiva econômica e política, onde a acumulação de capital tende a dar a tônica do processo.

Tudo isto tende a invisibilizar, por exemplo, a dimensão religiosa presente no contexto investigado. A religiosidade, no sentido posto, representa uma forma de valorização simbólica do território. O festejo de Santo Expedido é pensado tendo o rio como eixo de referência.

Com a Usina Hidrelétrica de Marabá comunicada, essas experiências e práticas religiosas referenciadas nas águas do rio Tocantins são entendidas como ameaçadas. Por isto, os agentes sociais vêm com um olhar crítico a ideia de terem que deixar o seu território (representado tanto como um espaço de reprodução material da vida, quanto como espaço de referência simbólica) para dar lugar a esta tecnologia de utilização das águas do rio.

O conteúdo dos relatos demonstra que a barragem de Marabá não goza da aquiescência dos agentes sociais ali presentes. Começa a ser questionada a legitimidade social deste empreendimento, sobretudo, quando as pessoas vivenciam outras experiências de conflito com projetos que demandam o deslocamento compulsório. As visitas a comunidades afetadas pela expansão da mineração, e de outros projetos hidrelétricos, chocam os envolvidos.

Isto porque as localidades já afetadas por projetos dessa natureza configuram uma espécie de espelho no qual os agentes sociais da vila se olham e vêm a possibilidade de estarem enxergando a si mesmos, no futuro. Ver a si próprio, através das experiências de outros grupos, significa construir um pensamento crítico em relação à barragem destacada. Além disso, o referido intercâmbio de experiências conflituosas constitui, para além de uma incursão em outro território, uma prática política no sentido de que põe em questão a positividade desse projeto.

Diversas preocupações emergem daquele contexto. Em primeiro lugar está a preocupação com o futuro. O futuro aparece como um lugar indigno para se viver. Ele é referenciado como um tempo de perdas, tanto do território, quanto da tranquilidade e

das condições de vida atuais. Em face disso, os agentes sociais da vila Espírito Santo começam a se identificar como atingidos.

Neste ponto específico, é possível verificar o recuo temporal atribuído a este termo e as formas distintas pelas quais os agentes sociais se sentem enredados nesta condição (a de atingidos), mesmo no momento em que a referida barragem está na fase de estudos.

Esta noção de atingido apresenta aspectos essenciais, quais sejam: a) há a idéia de que o atingido se situa em uma temporalidade anterior a fase de deslocamento compulsório; b) a incerteza quanto ao futuro e uma intensa intranquilidade no tempo presente fazem com que as pessoas se situem frente à barragem como afetadas; se sentir atingido vincula-se, fundamentalmente, à acentuada relativização do poder de decisão dos atores sociais da vila Espírito Santo, no que diz respeito aos rumos da barragem e, conseqüentemente, de suas próprias vidas.

A insegurança do presente, associada ao futuro como um tempo de incertezas faz surgir um medo de que, caso a barragem de Marabá se instale, o grupo seja reassentado na cidade de Marabá. Ir morar na cidade aparece como uma solução imprópria na medida em que desarticula o modo de vida daqueles agentes sociais. Esta solução imprópria aparece não como o resultado de um diálogo da ELETRONORTE e do grupo Camargo Correa com os agentes sociais. Ela surge, ao contrário, da falta dele. E aí a possibilidade de reassentamento é conjecturada desta forma.

Ressaltamos também que a solução imprópria é interpelada por uma proposta mais adequada de reassentamento. Os relatos apontam que a solução vislumbrada, nesse sentido, seria a de reconstrução da vila às bordas do lago, ou então em outro território com características similares às daquele em vias de ser inundado.

Assinalou-se, principalmente, que o anseio que brota nos relatos é o de que a Usina Hidrelétrica em destaque não seja construída. Contudo, as narrativas apontam que os segmentos empresariais interessados na edificação dessa tecnologia tem mantido, até o presente momento, uma relação não dialógica com aquele grupo.

Mesmo com o eixo da barragem sendo projetado a altura do território da vila Espírito Santo, os esclarecimentos quanto aos desdobramentos dos impactos são praticamente inexistentes. E isso tem provocado reações que demonstram o quanto a Usina hidrelétrica de Marabá esta sendo avaliada como negativa.

No fim, o que se revela é a forma como os segmentos empresariais vinculados à construção da barragem de Marabá tem se relacionado com os agentes sociais da vila Espírito Santo, sem apresentar-lhes esclarecimentos detalhados sobre os reais impactos desta obra em suas vidas, e sem debater alternativas de futuro com os mesmos. E isto marca um processo de construção social do conflito, aonde tais grupos sociais vêm se colocando, cada vez mais, em pólos opostos. A ameaça de interpelação da vida, dos sonhos e dos projetos individuais e coletivos concorre, e muito, para que isto ocorra.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; SILVA, Maria das Graças da. Conflito social e mudança ambiental na barragem de Tucuruí. In: ACSELRAD, Henri (Org.) *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia do desenvolvimento. In: MAGALHAES, S.; BRITTO, R. & CASTRO, E. (Orgs) *Energia na Amazônia*. Vol. II. Belém: Museu Emilio Goeldi, 1996.

ALVES, Juliete Miranda. Hidrelétrica de Belo Monte: a apresentação de um projeto e as representações coletivas que circulam em torno do conceito de desenvolvimento. In: 27^o *Reunião Brasileira de Antropologia*. 01 a 04 de agosto de 2010, Belém-PA.

BALTAZAR, Maria da Saudade. (Re) Pensar a Sociologia dos Conflitos: a Disputa Paradigmática entre a Paz Negativa e/ou a Paz Positiva. In: *Primavera*, N^o. 116-3^a Série, 2007.

BARRETO, Maria Cristina Rocha. Individualismo e conflito como fonte de sofrimento social. In: *Politica & Trabalho*. Setembro/ 2001.

BERMAM, Célio. O projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: a autocracia energética como paradigma. In: *Novos Cadernos NAEA*. v. 15, n. 1, p. 5-23, Jun. 2012.

CONTINS, Márcia; GONÇALVES, José Reginaldo. Entre o Divino e os homens: a arte nas festas do Divino Espírito Santo. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 14, n. 29, p. 67-94, jan./jun. 2008.

CRUZ, Thiago Martinz da. *Araras – um povo no meio do caminho do capital* (ou sobre as influências do projeto de construção da Hidrelétrica de Marabá sobre o PA. Castanhal Araras). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará/Campus de Marabá, Marabá, 2009.

DA MATTA, Roberto da; LARAIA, Roque de Barros. *Índios e castanheiros: A empresa extrativa e os índios no médio Tocantins*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DAOU, Ana Maria. Os “desobrigados” da barragem: longe e perto do lago. Uma reflexão sobre o deslocamento compulsório em Sobradinho. In: MAGALHAES, S.; BRITTO, R. & CASTRO, E. (Orgs) *Energia na Amazônia*. Vol. II. Belém: Museu Emilio Goeldi, 1996.

_____. Um espaço social fora do mapa: as lutas que as águas ensejam e o território como dispositivo. In: *Cartografia social, terra e território*. Henri Acserald (org.); Rodrigues Nunes Viégas... [et al.]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013.

EMMI, Marília. F. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

ENGELS, Friedrich. Prefácio à segunda edição alemã. In: *O dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. MARX, K. ENGELS, F. Trad. Silvio Donizete Chagas. 3ª Ed. São Paulo: Centauro, 2003.

FEARNSIDE, Philip M. *Impactos sociais da hidrelétrica de Tucuruí*. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Manaus- Amazônia, 2002.

FERRETI, Sérgio Figueiredo. Festa do Divino no tambor de mina: Estudo de ritos e símbolos na religião e na cultura popular. In: *XXV Conférence de la Société Internationale de Sociologie des Religions (SISR)* Université Catholique de Leuven, Bélgica, de 26-30 juillet 1999.

HAESBAERT, Rogério. Definindo Território para entender a Desterritorialização. In: *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

JUNIOR, José O. Alcântara. Georg Simmel e o conflito social. In: *Caderno Pós Ciências Sociais*- São Paulo, v. 2, n. 3, jan./ jun. 2005.

JUNIOR, Olympio Barbanti. *Conflitos socioambientais: teorias e práticas*. Disponível em< <http://www.unituebingen.de/egwinfo/susam/download/barbanti.pdf>> acesso em 09 de out. 2011.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. A dor como objeto de pesquisa social. In: *Ilha-Revista de antropologia*. Florianópolis, Programa de Pós-Graduação em Antropologia social, Universidade Federal de Santa Catarina, nº 0, out. 1999, pp. 74-84.

LALANDA, Piedade. Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica. In: *análise Social*, vol. XXXIII (148), 1998, 871-883.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. O desencantamento da beira- reflexões sobre a transferência compulsória provocada pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí. In: MAGALHAES, S.; BRITTO, R. & CASTRO, E. (Orgs) *Energia na Amazônia*. Vol. II. Belém: Museu Emilio Goeldi, 1996.

_____. Política e sociedade na construção de efeitos das grandes barragens: o caso de Tucuruí. In: FILHO, Oswaldo Sevá (Org.) *Tenotã-mô: Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*. IRN, 2005.

_____. *Lamento e dor*. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Tese de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará em co-tutela com a École Doctore Vivant et Sociétés da Universidade Paris 13. Belém: UFPA, 2007.

MARIN, Rosa Elizabeth A; TRINDADE, Joseline. S. B. "WAKYMÃHÃ MEKTO KHÔNHITONXAKAKA: projeto da hidrelétrica de Marabá-Pará" in: *III Encontro Latinoamericano Ciências Sociais e Barragens*. 30 de novembro a 03 de dezembro de 2010, Belém-PA.

MELLO, Cecília Campello do Amaral. Se houvesse equidade: a percepção dos grupos indígenas e ribeirinhos da região de Altamira sobre o projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. In: *Novos Cadernos do NAEA*, v. 16, n. 1. Jun. 2013, p. 125-147.

NOBREGA, Renata da Silva. Os atingidos por barragem: refugiados de uma guerra desconhecida. In: *Ver. Inter Mob. Hum.*, Brasília, Ano XIX, Nº 36, p. 125-143, jan./jun. 2011.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: *O trabalho do antropólogo*. 2ª ed. SP: UNESP/Paralelo 15, 2000. pp.17- 35.

ORNELAS, Raul. Contra - Hegemonias e Emancipações: apontamentos para um início de debate. (Org.) Ana Esther Ceceña. In: *Os desafios das emancipações em um contexto militarizado*. Tradução [de] Cecília Martha Botana. 1. Ed. São Paulo: Expressão popular, 2008.

REIS, Maria José. Espaços vividos, migração compulsória, identidade: os camponeses do Alto Uruguai e a hidrelétrica de Itá. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 1998.

REIS, Iara Fernandes dos. Mineração e expropriação no município de Canaã dos Carajás: o caso da vila Mozartínópolis (Racha Placa). In: *IV Seminário Amazônia Interações entre o global e o local: O pensamento social crítico contemporâneo*, Marabá-PA, 2013.

RIBEIRO, Laércio. A usina e os oprimidos do progresso. In: *Foco Carajás*. Ano V – nº 30 – Marabá – PA, Julho e Agosto de 2013.

SIGAUD, Lygia. O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. In: *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Anpocs, 1992, pp. 18-29.

_____. Crenças, descrenças e interesses: por uma sociologia das condutas face ao deslocamento compulsório. In: MAGALHAES, S.; BRITTO, R. & CASTRO, E. (Orgs) *Energia na Amazônia*. Vol. II. Belém: Museu Emilio Goeldi, 1996.

SILVA, Joseli da. Da beira do rio e da festa do Divino- um olhar sobre o processo de formação histórica da vila Espírito Santo. In: *Boletim Técnico nº 3*. Casa da Cultura de Marabá, 2004.

SILVA, Marcos José Diniz. O conflito social e suas mutações na teoria sociológica. In: *Qualit@s: revista eletrônica*. ISSN 1677 4280. Vol. 1. Nº 2, 2011.

SILVA, Cristiano Bento da. *Entre o recurso e a vida: territorialidades em disputa na dinâmica de construção da Usina Hidrelétrica de Marabá*. Trabalho de Conclusão de

Curso (Graduação) - Curso de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará/Campus de Marabá. Marabá-PA, 2012. 85 f.

SILVA, José Guilherme da. *Hidrelétricas em Rondônia: tempos e conflitos nas águas do Madeira*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2012.

SIMMEL, George. O conflito como sociação. Trad. Mauro Guilherme Pinheiro Koury. In: *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 10, n. 30, 2011.

SIMMEL, George. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, Evaristo (Org.), *Simmel*. São Paulo, Ática, 1983.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. Novos processos sociais globais e violência. In: *São Paulo em Perspectiva*, 13 (3), 1999.

_____. Violências, América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidades. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 04, nº jul /dez, 2002.

_____. Violências e dilemas do controle social nas sociedades da “Modernidade tardia”. In: *São Paulo em Perspectiva*, 18 (1): 3-12, 2004.

VAINER, C. B. Conceito de “Atingido”: uma revisão do debate. In: ROTHMAN, F. D (Org.). *Vidas alagadas- conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. Viçosa: UFV, 2008, p. 39-63.

VELHO, O. G. *Frentes de expansão e estrutura agrária*. Estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisa. Rio de Janeiro/RJ. 2009.

VIANNA Jr., Aurélio. *Prisão em Lajeado Pepino: uma ação social contra a Barragem de Machadinho*. Rio de Janeiro: Casa 8, 2012.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

BRASIL, Ministério de Minas e Energia. *Plano decenal de expansão de energia: 2007/2016*. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético. Brasília: MME, 2007. 2 v.

BRASIL, Ministério de Minas e Energia. *Plano Decenal de Expansão de Energia 2021*. Empresa de Pesquisa Energética. Brasília: MME/EPE, 2012.

O direito de dizer “não” à construção da Hidrelétrica de Marabá. Boletim Informativo 4. Nova Cartografia Social da Amazônia. Disponível em: novacartografiaoscial.com. acessado em 20 de setembro de 2013.

DECRETO 7342/10 | Decreto nº 7.342, de 26 de outubro de 2010. Diário Online da União, publicado em 27 de Outubro de 2010.

DIÁLOGO, *AHE Marabá comunicação e informação*. Perguntas e Respostas Sobre os Estudos da Barragem Marabá. Marabá-PA, 2012.

EPE- EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. *Avaliação Integrada dos Aproveitamentos Hidrelétricos na Bacia do Rio Tocantins*. Relatório Final. Julho de 2007.

ELETROBRAS/ELETRONORTE. *AHE Marabá*. Câmara Municipal de Vereadores de Marabá. Apresentação de Power Point. 23 de maio de 2013.

Projeto Político Pedagógico da Escola Polo José Freire de Alencar- Aprendizizes, Educadores, Comunidades: reconstruindo saberes. Marabá-PA, 2012.

SITES CONSULTADOS.

Confirmado: Hidrelétrica de Marabá começa em 2015. 04 de junho de 2013. Disponível em <www.marabanoticias.com> acessado em 06 de março de 2014.

Hidrelétrica de Marabá: obras devem começar em 2014. 20 de janeiro de 2014. Disponível em <www.marabanoticias.com> acessado em 06 de março de 2014

MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE. Pescadores continuam acampados em protesto contra Belo Monte. Disponível em <<http://www.xinguvivo.org.br/2012/09/25/pescadores-continuum-acampados-em-protesto-contr-belo-monte/>> Acessado em outubro de 2013.